UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

UMA LEITURA DOS CONFLITOS NA PRODUÇÃO DO ASSENTAMENTO RURAL DA FAZENDA JUPIRA NO MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ

AMAURI TADEU BARBOSA NOGUEIRA

SÃO PAULO
2007

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Uma leitura dos conflitos na produção do Assentamento Rural da Fazenda Jupira no Município de Porto Feliz.

Orientando: Amauri Tadeu Barbosa Nogueira

Orientador: Júlio César Suzuki

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH/USP, para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

São Paulo/SP
2007

Dedicação especial à minha mãe Derminda Barbosa Nogueira e a meu pai Mario Nogueira, pela vida;
A minha esposa Claudete de Sousa Nogueira, que transformou a minha vida em poesia;
A minha filha Mariane Cristina de Sousa Nogueira, que me fez eterno;
A Maria Benedita de Almeida Sousa, com muito carinho;
A Roque de Sousa, onde quer que esteja...
Aos meus irmãos Célia, Daluci, Maria Lucia e Ernani, meus Ébanos.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças a colaboração direta e indireta de muitas pessoas. Manifestamos nossa gratidão a todas elas e de forma particular:

Ao orientador Professor Dr. Júlio César Suzuki, pela competência e seriedade nos encontros de orientação, e ensinamentos que levo para toda vida.

Aos Professores do Departamento de Geografia e História: Profa. Dra. Maria Aparecida Aquino, Prof. Dr. Cliff Welch, Profa. Dra. Odette de Carvalho de Lima Seabra, Profa. Dra. Marte Inez Medeiros Marques, Prof. Dr. Júlio César Suzuki, Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira;

Aos Professores que constituíram a banca de qualificação, contribuindo teórico-metodologicamente no desenvolvimento da pesquisa: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Prof. Dr. Marcelo Gomes Justo;

Aos Professores Dr. Fernando Antonio Lourenço e Drª Maria do Carmo de Sousa pela possibilidade de diálogo;

Ao Doutorando Gerson de Sousa, pelas leituras críticas do projeto;

Ao casal Adilson e Juliana, que contribuíram para a realização do trabalho;

Aos companheiros do Grupo de Laboratório de Geografia Agrária pela partilha de conhecimento durante os colóquios: André, Evandro, Elisa, Elisângela, Márcio, Marli, Rogério e Selito;

Aos representantes do MST nacional e regional de Sorocaba, Joaquim, Nilcio, pela presteza em atender o pesquisador sempre quando acionados;

Aos assentados(as) Edson, Idarlei, Wilson, Miltão, Nilton, Osvaldo, Francisco, Cleter, Dona Ana Maria, Dona Ramira, Dona Evanilda, Sueli, Edilaine, Joelma, pelas contribuições presentes em suas vidas e em suas lutas.

A Neide Sônia pela revisão final;

Aos funcionários do ITESP/SP e do ITESP/Sorocaba;

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Porto Feliz.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação da FFLCH;

A CAPES pelo financiamento da pesquisa.

**“AOS ESFARRAPADOS DO MUNDO
E AOS QUE NELES SE
DESCOBREM E, ASSIM
DESCOBRINDO-SE, COM ELES
SOFREM, MAS, SOBRETUDO,
COM ELES LUTAM.”**

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender os conflitos no interior das práticas sociais e estratégias de luta nos processos de formação e de organização em assentamentos rurais, e seus desdobramentos entre trabalhadores assentados, lideranças e representantes no assentamento da Fazenda Jupira, no município de Porto Feliz (São Paulo), de 1986 até 2006. Na construção da pesquisa buscamos entender o assentamento como espaço social que pode ser expresso nas relações de tensões e conflitos que podem ser desvendadas nas práticas sociais, nas estratégias de luta, impregnadas de simbologias (re)encontros de culturas, espaço de representação e legitimação dos sujeitos sociais. Definimos como área de estudo o Assentamento da Fazenda Jupira, localizado em Porto Feliz/SP, pertencente à Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora (CAIC). Optamos pelas entrevistas semi-estruturadas e análises documentais que nos permitiram compreender as várias facetas do conflito. As análises revelam-nos que o conflito no interior das práticas sociais e das estratégias de luta proporciona a incorporação de mecanismos que possibilitam questionamentos de valores seculares (clientelismo, paternalismo), além de instrumentalizar os camponeses com outros conteúdos democráticos que são estruturadores de identidades coletivas. Concluímos que, as práticas e estratégias como: reuniões, assembléias, passeatas, associações, cooperativas e outras redimensionam o universo simbólico, cultural, político e econômico dos assentados e questionam a vida pregressa dos mesmos.
Palavras-Chaves**: Conflitos – Assentamentos Rurais – MST – Democracia – Movimento social**

Abstract

This work intends to understand the conflicts inside in the social practices and the ways of strategies to improve the development process and the organization in the rurals settlements, and his development between settlements laborers, leaders and representatives in settlements from Jupira farm, in Porto Feliz city (São Paulo State), in the period from 1986 until 2006. In the construction of the research we looked for to understand the settlements as social space that it can be expressed in the relationships with tensions, conflicts and they can be unmasked in the social practices, in the ways of strategies, impregnated with symbolic themes, meetings of cultures space of representation and legitimation of social subjects. We defined as study area Jupira Farm Establishment, located in Porto Feliz city (SP), belonging to the Agricultural Company, Real estate and Settler (CAIC). We opted for the semi-structured interviews and documental analyses that we allowed to understand us many facets of conflict. The analyses show us that the conflict inside the social practices and the ways of strategies provides the incorporation of mechanisms that make possible request of secular values (customers, fatherhood), besides it, give tools to the farmer workers with other democratic subjects that are structures of collective identities. We concluded that the practices and strategies like: meetings, assemblies, marches, associations, cooperatives and others, re-structure the symbolic universe, cultural, political and economical of those settlements and they ask about their lifetime before.

Key-words: **Conflicts - Rural Establishments - MST- Democracy - Social Movement**

Lista de Siglas

CAIC: Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonização

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas

CNBB: Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CUT: Central Única dos Trabalhadores

CPT: Comissão Pastoral da Terra

DAF: Departamento de Assuntos Fundiários

IAF: Instituo de Assuntos Fundiários

ITESP: Instituto de Terras de São Paulo

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

ONGs: Organizações não Governamentais

PUCCAMP: Pontifica Católica de Campinas

Pc do B: Partido Comunista do Brasil

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PROCERA: Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSF: Programa de Saúde Familiar

PT: Partido dos Trabalhadores

PVTP: Plano de Valorização das Terras Públicas

SEAF: Secretaria de Assuntos Fundiários

SRTs: Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UNESP: Universidade Estadual Paulista

UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas

UNISO: Universidade de Sorocaba

UDR: União Democrática Ruralista

USP: Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Apresentação.....01

Introdução.....03

Capítulo 1
A gênese do assentamento: construção de sonhos e liberdade.....44

Capítulo 2
A Construção do espaço e as contradições entre o universo simbólico concebido e o vivido.....73

Capítulo 3
Metamorfose do Assentamento: territórios, urbanidades, redes.....123

Considerações finais.....165

Bibliografia.....170

LISTA DE FOTOS

Introdução –

Foto 01: Vamos a Luta.....01

Capítulo I - A gênese do assentamento: construção de sonhos e liberdade

Foto 02: As primeiras Reuniões.....47
Foto 03: Conquista.....58

Capítulo II - A construção do espaço e as contradições entre o universo simbólico concebido e o vivido

Foto 04: Produção do coletivo.....77
Foto 05: As primeiras moradias.....91
Foto 06: Lugar marcado, fixado, alcançado.....100
Foto 07**:** As conquistas da Associação.....104
Foto 08**:** A primeira colheita.....106
Foto 09: Venda de ingressos para a festa beneficente.....107
Foto 10: O almoço coletivo.....108
Foto11: A luta da Mulher.....118
Foto 12: A inserção das mulheres no espaço político.....123
Foto 13: Distrito Industrial.....126

Capítulo III- Metamorfoses do Assentamento: territórios, redes e urbanidades

Foto 14: Confraternização.....131
Foto 15: O extra-trabalho.....142
Foto 16: Alternativas de trabalho.....143
Foto 17: Formação da nova cooperativa.....144
Foto 18: Momento de fortalecimento da comunidade.....145
Foto 19: A luta das gerações.....159
Foto 20: Assentados buscam visibilidade.....163
Foto 21: Oportunidades de trabalhos.....165
Foto22: A participação da igreja católica.....169

Foto 23: Programa da saúde familiar.....169
Foto 24: Escola Agrovila.....170

INTRODUÇÃO

Foto 01

Foto 01: **Vamos a Luta**

Miltão ao lado da bandeira do MST (exigência do assentado).
Fonte: Amauri T. B. Nogueira, em 02/10/2006.

> *Não sei se existe ou não número suficiente de pessoas que desejam uma nova forma de vida e que são bastante fortes e sinceras para formar tais grupos. Todavia, estou certo de uma coisa: se tais grupos existissem, eles exerceriam considerável influência em seus concidadãos porque demonstrariam a força e a alegria de pessoas que têm profundas convicções sem serem fanáticas, que são afetuosas sem serem sentimentais, que são imaginativas sem serem irrealistas, que são destemidas sem depreciarem a vida e que são disciplinadas sem submissão. Historicamente, movimentos importantes começaram em pequenos grupos. Não importa que pensemos nos primeiros cristãos, nos primeiros quacres ou nos maçons. Refiro-me ao fato de que os grupos que representam uma idéia em sua pureza e sem compromissos são as sementeiras da história; eles mantêm viva a idéia, independentemente do índice de progressos que ela tem no seio da maioria. Se a idéia não está mais incorporada 'na carne', mesmo que apenas de um pequeno grupo, ela na realidade corre o risco de morrer. O importante é a prática da vida, a atitude total, a meta, e não uma conceituação. Isso não quer dizer que os grupos deveriam ser desarticulados, que eles não deveriam discutir ou mesmo argumentar sobre conceitos, mas que aquilo que os une é a atitude e a ação de cada membro e não um chavão conceitual que ele aceita. (Fromm, 1981:185)*

Os conflitos no interior das práticas sociais e estratégias de luta que envolvem os assentados, os líderes assentados vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e representantes (padres e/ou pastores, técnicos agrônomos do Instituto de Terras de São Paulo) constituem o tema da presente pesquisa.

A área aqui abordada é o assentamento da Fazenda Jupira, localizado no Município de Porto Feliz/SP, pertencente à Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora (CAIC), que é de domínio Estadual e que se efetivou em 19 de março de 1986, no Município de Porto Feliz, com 124 famílias.

Esta dissertação tem sua origem em experiência por nós vivenciada no cotidiano do Assentamento Agrário de Porto Feliz, a partir de 1986. O contato com as instituições políticas, religiosas, com os assentados, com os segmentos ligados ao assentamento, e também com a luta de todos, ora para se fixarem, ora para se manterem na terra ocupada, foi despertando nossa reflexão sobre a função do assentamento no contexto

nacional. A convivência, por meio de partido político, da Igreja e, depois, cursando História, na Universidade de Sorocaba (UNISO) mostrou-nos o quanto esses trabalhadores ainda necessitam de políticas públicas que os incorporem, realmente, ao contexto em que pretendem atuar.

O contato com o assentamento se dá a partir da fixação das famílias na Fazenda Jupira CAIC, no município de Porto Feliz/SP. Na graduação percebemos, ainda de forma intuitiva, os problemas, decorrentes e particulares, surgidos na medida em que o assentamento se desenvolvia: a falta de perspectiva de soluções para os problemas (a curto, médio e longo prazo) criava conflitos nas práticas sociais e estratégias de luta, seguidos de insatisfações e de tensões, com a constatação de políticas agrárias descontínuas e instáveis.

Diante do exposto, tomamos 1986 como marco temporal inicial da pesquisa, o ano de origem oficial do assentamento, em que o território ocupado passa a ser o lugar das manifestações conflituosas, de práticas culturais e sociais dos sujeitos envolvidos no processo. Por outro lado, escolhemos o ano de 2006 como limite, por compreender a formação e a organização do assentamento, do seu impacto local, e observar os assentados, os representantes, as lideranças, as práticas sociais e estratégias de lutas iniciais (coletivas, semicoletivas, associativas, individuais) e os seus impactos para a construção do assentamento.

Segundo Nilcio[1] (2006), a região de Sorocaba encontra-se, atualmente, com cinco Assentamentos e um acampamento sob a inserção do MST.

---

[1] Entrevista realizada por Amauri T.B. Nogueira, na sede do MST, em Sorocaba, em 31/08/2006. Nilcio é casado, tem 32 anos, é militante no MST há catorze anos, estuda Direito e está no último semestre; faz parte da coordenação Estadual do MST e atua na área dos Direitos Humanos. Residente no Assentamento Ipanema, no Município de Iperó, é filho de agricultores meeiros. Nasceu no Paraná e chegou no ano de 1990 em Sorocaba, lugar onde trabalhou como motorista da construção civil e no comércio local por dois anos, aproximadamente, até atuar no MST.

> *Hoje nós temos, na região de Sorocaba, o Assentamento Porto Feliz [Fazenda Jupira], o Bela Vista Iperó, o Ipanema Iperó, o Carlos Lamarca, no município de Itapetininga e Capão Alto, também em Itapetininga. Desses assentamentos, o único em que o MST não tem uma inserção maior, até pela origem, é o de Capão Alto, que hoje já se tem uma aproximação de algum assentado com o MST os demais todos o MST tem inserção nesses assentamentos. E mais um acampamento novo no município de Itapetininga também que está sob a orientação do MST.*

O assentamento da fazenda Jupira, foco de nossa análise**,** localiza-se a 15 km do centro da cidade, no km 101 da rodovia Castelo Branco, no cruzamento com a SP 91(Antônio Almeida de Aquiles), encontrando-se próximo aos mercados regionais de Sorocaba, com distância de 18 km; e do centro de São Paulo, de 100 km.

Na configuração do território do Município de Porto Feliz, desde sua origem, a Igreja Católica desempenha uma força política e ideológica importante para a aglutinação de forças e a transformação da Vila em Município. Não obstante a isto, outra força que compunha o poder local com a Igreja era a dos bandeirantes, juntamente com fazendeiros donos de escravos, os Coronéis. (Soares, 1971:75)

É no Município de Porto Feliz, herdeiro de práticas clientelísticas, sob a ótica da patronagem e a influência da Igreja, que se constitui, em 1986, o Assentamento da Fazenda Jupira, produzindo impactos de várias ordens, mexendo com o cotidiano do município.

Segundo Belleville (1993), o assentamento da Fazenda Jupira ficou assim dividido:

> *O setor I, com 21 lotes;*
> *O setor II, ou agrovila, com 41 lotes*;
> *O setor III, com 21 lotes. As principais culturas presentes no assentamento são: a mandioca, a banana, o feijão, o arroz e o milho. (Belleville, 1993: 08-09)*

Com o advento dessa nova estrutura, ancorada na produção agrícola para consumo e mercado sob a condução da associação coletiva, os assentados procuram restaurar as relações sócio-econômicas, culturais, políticas e produtivas, transformando o assentamento num espaço social interativo. Na tentativa de restaurarem suas práticas consuetudinárias ao plantar, colher, usar e cuidar de animais dividem-se em dois grupos: os da agrovila, que almejam desenvolver ações coletivas e moram em lotes separados do lote agricultável, em que o lote de moradia fica na agrovila; e os individuais, que anseiam por estabelecer relações fundadas na agricultura de base familiar e moram nos lotes agricultáveis fora da agrovila.

Martins (2002) chama a atenção para o trabalho do camponês familiar que é independente, pois este dispõe dos seus instrumentos de produção, desses o mais importante é a terra, em princípio ele é que decide o que fazer na terra. É na condição de proprietário que ele assegura o caráter independente de seu trabalho. O camponês não trabalha sozinho, seu trabalho não é um trabalho solitário, o camponês trabalha com sua família. Mesmo quando o camponês desenvolve um trabalho especializado com produtos da agricultura, este vive da economia excedente.

> *Nas situações de maior integração no mercado, em que parte ponderável do tempo do camponês e de sua família é dedicada à produção de mercadorias, ainda assim têm elas um certo caráter de excedente. Porque, no geral, o agricultor familiar mesmo especializado na produção de fumo, milho, feijão, suínos, soja, mandioca, frutas ou o que for, tende a produzir diretamente seus meios de vida, aquilo que se destina ao consumo diário da própria família. (Martins, 2002:77)*

Nesse contexto de fixação e organização da produção, homens e mulheres deparam-se com o novo, que é um modelo de assentamento que lhes propõe meios de convivência mais específicos: tecnologia mecanizada (tratores/colheitadeiras), exigindo deles atitudes, participação em atividades coletivas (como caminhadas, assembléias e reuniões), cobrando-lhes responsabilidade tanto própria como pelos outros assentados.

Assim, acreditamos ser importante, para as nossas análises, a separação aqui feita entre individuais e coletivos, distinguindo os dois grupos no interior do Assentamento da Fazenda Jupira, a fim de enfatizar as múltiplas faces do conflito em decorrência das posições de cada grupo ou sujeito. Ou seja, os conflitos se dão ora entre individuais/individuais, ora entre coletivos/coletivos, individuais/coletivos e vice-versa. Tais conflitos não apresentam uma ordem, uma regra geral, acontecendo em diversos momentos, inesperadamente, sendo de ordem econômica, política, cultural e outras; até mesmo afetiva.

No contato com o grupo, percebemos que o conflito se reflete inclusive na forma como os grupos são reconhecidos. Os que fizeram opção por viver fora da Agrovila, são chamados de "Individualistas" ou de "Independentes". No decorrer da coleta de depoimentos, pudemos presenciar nas falas dos entrevistados essa divisão. [2]

Sendo assim, priorizamos no nosso trabalho a denominação de individuais, que, na visão de Francisco, são compreendidos como independentes, o que demarca uma autonomia em suas ações no interior do coletivo, sem que os assentados abram mão de participarem e opinarem nas decisões do assentamento.

Outro aspecto a se destacar é a característica distinta existente nesse Assentamento, que, por sua formação, constitui-se em uma realidade diferente pelas suas características urbanas enraizadas nas famílias, as quais, em sua maioria, são oriundas das cidades (Campinas e Sumaré), e ficaram distantes da atividade agrícola por longo período. (ITESP, 1991:02)

Tais características urbanas são ressaltadas pelo geógrafo Bernardo Mançano Fernandes (2000), em seu estudo **A formação do MST no Brasil**:

---

[2] Padre Chico foi representante da Igreja Católica, vinculado à Teologia da Libertação, e atuou no assentamento durante quase quinze anos. Francisco é assentado e participou do MST durante a formação e a organização do assentamento. Os individuais não são vistos como "individualistas", conforme indicação de padre Chico, mas como "independentes", segundo Francisco,

> *Em Sumaré, município da região de Campinas originou-se outro movimento de luta pela terra. Esta região conheceu nas décadas de 1970-80 um processo de interiorização da indústria. De modo que a luta pela terra na região é distinta das outras regiões do estado. Nas regiões Oeste e Sudeste, a população sem–terra era composta por posseiros, rendeiros, meeiros, bóias–frias etc. Em Sumaré, as famílias que participaram da luta moravam na cidade. Expropriados, expulsos do campo, migraram para a cidade em busca de trabalho. Agora enfrentavam o problema do desemprego, e a luta pela terra era uma forma de garantir a sobrevivência. (Fernandes, 2000:68)*

Assim, tais migrantes não eram mais trabalhadores rurais. Entraram em contato com uma nova ordem produtiva (a informatização, a comunicação, a robotização e a microeletrônica), marcada pela flexibilização do trabalho. O que os distancia dos sem-terra do Oeste e do Sudeste do Estado de São Paulo não é só a maneira de conseguir trabalho, mas de como viver e se organizar enquanto grupo. As relações de parentesco e de compadrio advindas do mundo rural esfacelam-se pelas migrações (a origem de vários assentados oriundos de lugares diferentes), ficando submersas nas formas urbanas objetivas e subjetivas que passam a influenciar o universo simbólico desses sujeitos, em que as várias relações sociais travadas nas trajetórias de vida e trabalho para sobreviverem marcam profundamente os valores do mundo rural, que, paulatinamente, vão sendo substituídos por valores urbanos.

Essa transformação não significa que não existam os gêneros tradicionais da vida pregressa, mas que não são utilizados devido aos espaços reduzidos de sociabilidade desse modo de vida, o qual perde sentido quando inserido no estilo de vida urbano. Segundo Silva (2001), esses gêneros de vida sofrem preconceitos, gerando conflitos e estranhamentos, ficando, então, submersos na subjetividade dos sujeitos, isto é, “protegidos” na memória individual e social, e constrangidos nos espaços reduzidos, como as periferias das cidades médias e cidades-dormitório, para, no momento

oportuno, serem acionadas com outros contornos resignificados, seja na forma de rodeios, seja em festas promovidas pelas Companhias de Reis e outras.

> *Espaços reduzidos, sociabilidade, marcada, muitas vezes, por conflitos, violência, preconceitos, e, sobretudo, por sinais de estranhamento mútuo. A sociabilidade ancorada nas relações primárias, caracterizadas pelo reconhecimento interpessoal e auto-reconhecimento,cede lugar à sociabilidade individualizada e estranhada. Com o passar dos anos, a vida social foi sendo reconstruída nesses novos espaços. No entanto, as tradições, a cultura do mundo de antes, não couberam nos limites desses espaços. Foi necessária a construção dos lugares para protegê-las, para impedir sua morte. (Silva, 2001:103)*

De acordo com as análises de Tarelho (1988) sobre a formação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra de Sumaré, lugar do surgimento do grupo III que deu origem ao Assentamento da Fazenda Jupira em Porto Feliz/SP, os trabalhadores sem-terra viveram longe do campo por, mais ou menos, dez anos, e eram oriundos de várias localidades diferentes: do Paraná, de Minas Gerais, do Nordeste ou do interior do Estado de São Paulo, sendo inseridos no mercado de trabalho de forma precária, impelidos para a miséria e para a periferia das cidades.

> *Ou seja, trata-se de sujeitos que já perderam muitos dos costumes, dos valores e das tradições culturais que possuíam como camponeses, mas que, em função de não terem conseguido se afirmar como proletários, como homens da cidade, porque não encontraram espaço para isso, ainda conservam uma forte expectativa em relação à possibilidade de poder voltar a ser um camponês. (Tarelho, 1988:99).*

Estudando o Movimento dos Sem-Terra de Sumaré, Fernandes (1999:117-118) destaca que:

> *Em Sumaré, todos os trabalhadores que participavam das lutas estavam na cidade. Segundo os dados demográficos da Fundação Seade (1983), em 1980, a participação dos migrantes representava 59% na composição da população total da região. As origens de parte desses migrantes são os estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Paraná, etc. São trabalhadores que vieram da terra atrás da sobrevivência, de emprego na cidade ou no campo.*

Ao observarmos a trajetória de vida e de trabalho dessas famílias, levamos em conta que não são apenas pessoas desempregadas, à espera da reposição imediata de trabalho, mas também fruto de uma trajetória urbano-industrial que impõe outros elementos de reposição no mercado de trabalho. Como, por exemplo, uma melhor qualificação profissional, um grau mediano de estudo etc.

> *Infelizmente a sorte não esperava por eles. Ao contrário, o que os esperava era a triste realidade da saturação do mercado de trabalho e da recessão econômica, incontornável para quem já não é mais jovem e não possui qualificação profissional. O que os esperava na verdade era o exército industrial de reserva, o desemprego, a periferia, a miséria. (Tarelho, 1988:99)*

Ao mesmo tempo, a passagem pela cidade lhes possibilitou uma politização, a elaboração de práticas sociais e de estratégias de luta, cuja organização irão incluir na suas pautas de reivindicações, na luta pela posse da terra e na sua manutenção, que servirão como uma mediação dessas experiências.

Com as reuniões na Comunidade Nossa Senhora de Fátima, no município de Sumaré, no interior do Estado de São Paulo, os trabalhadores tiveram a oportunidade de fazer contatos com a Igreja Católica por meio de padres e seminaristas ligados à Teologia da Libertação; aproximaram-se, também, do Partido dos Trabalhadores. A partir do envolvimento com os representantes (os religiosos e os políticos), os trabalhadores iniciaram uma horta comunitária no Bairro de Nossa Senhora de Fátima, fundaram o PT, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Sumaré.

> *Nesse movimento o pessoal aprendeu a lidar com as autoridades a fazer passeatas, abaixo-assinado, manifestações, etc. Eles adquiriram um espírito de luta. Ou seja, eles aprenderam a não se acomodar. Mais que isso: eles perceberam a importância de se organizar a nível partidário. (Tarelho, 1988:124)*

A história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Sumaré, que culminou com quatro assentamentos de terra, inicia-se, em 1981, a partir de reuniões para reflexões bíblicas na Igreja Católica na Comunidade Nossa Senhora de Fátima, no bairro de mesmo nome. As reflexões giravam em torno da conjuntura econômica e política pela qual o país passava. “As reuniões eram de fato um espaço comunicativo onde se desenvolvia um processo de educação popular”. (Fernandes, 1999:119)

As discussões evoluíram para a construção de uma horta comunitária, o que permitiu, com o auxílio da Igreja, formar o grupo de sem-terra com o objetivo de conquistar terras para plantar e produzir. (Tarelho, 1988:124)

Com a formação do grupo I dos Sem-Terra de Sumaré, foi possível, por meio de muitas negociações com os representantes do Estado, conquistar a terra definitiva no Horto Florestal de Sumaré, propriedade da Fepasa (em janeiro de 1984). Nesse processo de luta, nasceu o Movimento dos Sem-Terra de Sumaré. Essa vitória incentivou outras famílias a se organizarem em torno da luta pela terra, formando-se o grupo de sem-terra II, que se assentou na terra do Horto Florestal Boa Vista no dia dezessete de maio de 1985, mas foram desalojados por meio de uma ordem judicial. As famílias que compunham o grupo II foram acampar em uma avenida próxima e continuaram as negociações que, finalmente, resultaram no assentamento do Horto Florestal de Sumaré. “Com o estabelecimento dos dois assentamentos e com o crescimento da organização, os trabalhadores do grupo I e II fundaram o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sumaré, em julho de 1985” (Fernandes, 1999:126). Portanto, o grupo dos sem-terra III, que vão para o Município de Porto Feliz/SP formar o Assentamento da Fazenda Jupira, é o desdobramento desses processos de assentamentos.

Com a emergência desse tipo de movimento, fomentou-se o interesse sobre os conflitos em assentamentos rurais, tema que tem sido objeto de várias pesquisas nas Ciências Sociais, sob os mais variados prismas. Pesquisas[3] que destacam não só a capacidade de esses assentamentos interferirem na questão agrária, mas também, numa perspectiva emancipatória, como projeto de reconstrução de espaços de liberdade para a agricultura expropriada produzir roças comunitárias como formas de produção coletiva ou para desenvolver associações de agricultores familiares, setores de educação e cooperativas. "Os setores de educação, formação e cooperação são fundamentais no processo de socialização política e, consequentemente, lugares de redimensionamento da práxis sócio-política do MST". (Souza, 1999:87)

Ademais, estudos, como o de Leite et al (2004) e Bergamasco e Ferrante (1997), também destacam a criação de empregos diretos para as famílias assentadas, e de trabalhos indiretos a baixo custo para população local. Com sua efetivação nos municípios, esses assentamentos, ao terem acesso à linha de crédito bancário, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), por exemplo, influenciam o comércio agrícola na região e provocam diversos impactos (diretos e indiretos) para os municípios onde se localizam.

Aquino (2003:23) et. al ao estudar a distribuição do crédito rural do PRONAF de 1996 a 2001 afirma que o crédito foi criado com o objetivo de facilitar o acesso da agricultura familiar ao crédito rural, mas o que se tem observado nos primeiros anos do programa é que uma parcela significativa de famílias pobres da agricultura familiar, não esta sendo beneficiada. Neste estudo o autor afirma que o problema é que o PRONAF esta inserido em uma perspectiva produtivista e setorial que idealiza um "tipo ideal" de agricultor a ser estimulado no país, excluindo todos os demais

[3] Ver BERGAMASCO e NORDER (1999), D' INCAO & ROY (1995), MEDEIROS e SÉRGIO (1999).

produtores incapazes de enquadrarem-se[4] em seus preceitos. Sendo assim o PRONAF se transforma em uma política discriminatória.

> *Desse modo, verifica-se que os recursos do PRONAF não estão sendo direcionados para os produtores que mais têm necessidade do apoio financeiro governamental. Como os recursos públicos para financiar a agricultura familiar são escassos e estão sendo distribuídos de formas desiguais, o resultado é uma política discriminatória. Em vista disso, é possível sustentar que o PRONAF está contribuindo de forma decisiva para a configuração de uma 'nova modernização desigual' no meio rural brasileiro, só que, desta vez, no interior mesmo da agricultura familiar. (Aquino, 2003:23)*

Os movimentos sociais também questionam as formas de implantação do PRONAF e outras linhas de créditos. Analisando um documento do Fórum Nacional Pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (1999), ao tentarem responder ao porque da reforma agrária, os líderes denunciam o corte de investimento do governo e criticam o modelo econômico agrário de concentração de terra, tendo em vista a reforma agrária como democratização do acesso à terra.

> *E este comando institucional significa o reconhecimento de que o mercado capitalista, por si só, não conduz a uma repartição mais eqüitativa da terra e que os outros instrumentos de que o Estado dispõe para desconcentrar a terra, como o imposto territorial rural progressivo, o banco hipotecário, o crédito subsidiado ao pequeno agricultor, a exclusão das grandes propriedades dos programas governamentais de assistência técnica e comercialização, são insuficientes para desestimular a concentração de terras. (CNBB, 1999:66*).

O documento mostra também a dificuldade de incorporação dos movimentos sociais e sindicais pelos órgãos governamentais no processo democrático, denunciando

[4] Segundo Aquino et. al (2003:12), para levar a cabo esta missão, o programa foi dividido basicamente em três eixos de ação:1) financiamento de infra-estrutura nos municípios (Pronaf Infra-Estrutura ou Pronaf-M); 2) financiamento da agricultura familiar (Pronaf Crédito ou Pronaf-C); e 3) capacitação e profissionalização dos agricultores familiares (Pronaf-Capacitação)

um pacto do governo com setores econômicos internacionais e de fazer uma reforma agrária pelo mercado.

> *Desorientado pela impossibilidade de cooptar os trabalhadores rurais sem terra e de dissuadir suas ações pela repressão político-militares e do Banco Mundial, desenvolveu uma nova estratégia para desmobilizar os movimentos sociais e sindicais no campo, não mais dando ênfase às iniciativas no campo político-administrativo e ideológico, mas sim no econômico, com o programa Cédula da Terra e a criação do Banco da Terra, ambos formas institucionais da proposta de reforma agrária pelo mercado. (CNBB, 1999:68)*

Nessa perspectiva, o documento aponta para uma política agrícola realizada pelo governo federal contra os trabalhadores rurais, detectando um aumento substancial nos juros de créditos bancários que não levam em consideração a crise econômica e social pela qual passa o país.

"No PROCERA o agricultor familiar assentado pagaria 6,5% de juros ao ano, mas na hora do pagamento dessa dívida teria um desconto (rebate) de 50%. Já no PRONAF o pequeno agricultor teria que pagar, nos valores atuais, aproximadamente, 42% de juros ao ano e sem qualquer desconto" (CNBB, 1999:70). Nesse sentido, o governo federal esta propondo que os assentados paguem os mesmos juros que os pequenos agricultores já consolidados. "A idéia que os movimentos sociais e sindicais defendem é exatamente o inverso" (CNBB, 1999:70).

Esta forma de negociar por meio de créditos entrava o andamento de consolidação da reforma agrária no campo brasileiro. Segundo Bergamasco e Norder (1996), "(...) Restam ainda 5 milhões de famílias que, permanecendo o ritmo atual, terão de esperar mais de 250 anos para começar a construir uma nova vida, uma nova sociedade. A reforma agrária ainda está por ser feita." (Bergamasco e Norder,1996:81)

A presença dos assentamentos e das políticas a eles associadas, que viabilizam, embora precariamente, a implantação de alguma infra-estrutura também atua como

fator gerador de postos de trabalho não-agrícolas (construção de casas, estradas, escolas, contratação de professores, surgimento de transportes alternativos etc.) e como dinamizador do comércio local nos municípios onde se inserem, fato que se acentua nos casos de elevada concentração de assentados. (Leite et al, 2004:259)

Outrossim, o impacto demográfico aciona de forma relativa o mercado local em que se estabelecem os assentamentos rurais, com o comércio de insumos, de equipamentos agrícolas, de bens de consumo, de material de construção e outros, influenciando no aumento do número de estabelecimentos e de empregos concernentes ao setor. Esse processo permite uma maior arrecadação de impostos, de incentivos à produção agrícola e, guardadas as devidas proporções, transforma as relações de poder local.

> *Dessa forma, os assentamentos acabam provocando a dinamização da vida econômica de vários dos municípios onde se inserem: para além da relevância do número de novos produtores que entram como tal no mercado, introduzindo maior oferta e diversidade de produtos, em especial alimentares, os assentados aumentam sua capacidade de consumo, comprando não só gêneros alimentícios nas feiras, no comércio local e até mesmo de vizinhos (atividade bastante comum, mas dificilmente captada nas estatísticas), como também insumos e implementos agrícolas, eletrodomésticos e bens de consumo em geral. (Leite et al, 2004:259)*

Sob a efetivação dos assentamentos rurais, desenvolvem-se ações multilaterais que acompanham o processo de assentamento das famílias sem-terra, como, por exemplo:

- A redistribuição fundiária, mesmo que de forma precária, trazendo no seu bojo elementos mediadores que expressam mudanças nas relações de dominação entre os grandes proprietários de terras e os trabalhadores rurais;

- as intervenções dos representantes, sejam eles ONGs, Partidos Políticos, Comissão Pastoral da Terra, que, em conjunto com os trabalhadores rurais, permitem

questionar, por meio de práticas sociais e estratégias de luta, antigos laços de patronagem, tornando o assentamento um espaço privilegiado de transformação de relações clientelistas e de subordinação que, anteriormente, submetiam os trabalhadores rurais aos donos das terras (coronéis/padrinhos);

- a concentração de terras, ancorada no sistema econômico, social e político, privilegiando os grandes proprietários de terras. Com o advento dos assentamentos, há uma desconcentração da propriedade da terra e a transformação das grandes lavouras (soja, algodão, cana-de-açúcar, pastagem etc.), em lavouras de subsistência (mandioca, milho, arroz, feijão etc.), baseadas na agricultura de excedente.

Segundo Martins (1997:188), a economia de excedente, se baseia, na necessidade do camponês em produzir seus próprios meios de vida, vendendo seus produtos como excedente e não como produtos organizados em bases empresariais.

> *A isso chamo de economia de excedentes para diferençá-la de mera economia de subsistência. Nela o excedente já aparece como tal na própria produção. O essencial nessa interpretação é que os meios de vida do agricultor não são imediatamente estabelecidos pela mediação do mercado Mesmo que o camponês venha a ter de comercializar também parte de seus meios de vida, ele sabe que está vendendo aquilo que originalmente fora destinado à sua subsistência. O excedente não é o resto ou a sobra. Trata-se de uma economia de excedente porque o raciocínio que preside a organização da produção, isto é o que plantar e, sobretudo quanto plantar e até onde plantar está organizado a partir da idéia de que do que se planta uma parte deveria destinar-se primeiramente à subsistência da família do produtor e um excedente deveria ser produzido para a troca ou comércio.* (*Martins, 1997:189-190)*

Segundo Leite et. al (2004:259), a comercialização dos produtos provocou a dinamização dos assentamentos, com a recriação de canais tradicionais como atravessadores, além da criação de feiras de produtores, de formas de cooperativas, de pequenas agroindústrias (experiências relativamente bem sucedidas) e da constituição

de marcas para comercializar a produção, dando visibilidade e especificidade aos produtos. Sobre essas marcas, o autor faz algumas observações:

> *Nesse último caso, as inovações não apenas atestam a origem do produto comercializado, mas principalmente têm a função de transformar a comercialização num momento de afirmação social e política da identidade de assentamentos e de sucesso das experiências de redistribuição fundiária. (Leite et. al, 2004:260*).

É notório que as pessoas que se encontram nos assentamentos e se beneficiam dos ganhos econômicos, sociais e políticos fazem parte de uma parcela considerável da população expropriada e espoliada pela territorialização do capital. Stédile (1997c) descreve o perfil dos assentados do MST, afirmando que a maioria é de agricultores.

> *Em termos gerais, é o seguinte: 955 dos assentados eram agricultores, assalariados, filhos de pequenos agricultores ou viviam como parceiros e arrendatários. Embora haja muito desemprego na cidade, a ampla maioria dos assentados é de agricultores. (Stédile, 1997c:75)*

Segundo Bergamasco e Norder (1996:08), no Brasil, em 1994, havia algo em torno de 350.000 famílias assentadas, distribuídas em 1.500 núcleos. A múltipla origem desses assentados pode ser distribuída da seguinte maneira:

- Assalariados: trabalhadores rurais, com a predominância de relações contratuais;
- posseiros: ocupantes de terra sem título legal;
- sem-terra: trabalhadores rurais que lutam pela posse definitiva da terra;
- meeiros: parceiros;
- bóias-frias: trabalhadores temporários, na sua maioria, que lutam por melhores salários e condições de trabalho.

Os processos sociais que produziram os assentamentos giram na órbita das relações do capital econômico, social, político e cultural dentro da sua espacialidade e temporalidade: é a luta dos desiguais. Os trabalhadores são obrigados a utilizar estratégias de sobrevivência que resultam em formas organizadas de luta pela posse da

terra. Dentre essas, as passeatas, as ocupações de prédios públicos, as greves de fome, as alianças com partidos políticos, como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com segmentos religiosos, como a Comissão Pastoral da Terra e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, e com a organização em sindicatos ou movimentos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). (D´Incao e Roy, 1995:26; Martins, 1987:179)

A CPT (Comissão Pastoral da terra), surgida em 1975, com o objetivo de apoiar a luta camponesa fez com que a igreja se voltasse para as questões locais e a partir daí em conjunto com os camponeses refletissem sobre as causas e os problemas dos camponeses no Brasil. Já o MST, fundado em 1984, em Cascavel, Paraná, durante o Primeiro encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, tem comissões por quase todos os estados e atua na maioria dos acampamentos/ocupações de terras existentes. (Oliveira, 1996:83)

Entretanto, é no interior dos assentamentos que se acentuam os problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais, representantes e líderes assentados. Os problemas relacionados ao alto custo da produção, à complexidade tecnocrática do modelo nacional agrário e à falta de infra-estrutura (saúde, segurança, transporte, educação etc.) produzem conflitos, ora relativos à produção, ora à organização política, eventualmente penetrando nas relações afetivas e criando mágoas profundas nos sujeitos envolvidos no processo de formação e organização do assentamento.

Os assentamentos enfrentam grandes dificuldades econômicas e de organização, tendo como principal desafio estruturar suas estratégias de desenvolvimento sem que se

desarticulem. Como resposta a esses problemas, surge uma série de comissões (saúde, segurança, transporte, educação etc), com a proposta de viabilização do uso das terras ocupadas.

Os produtos agrícolas, geralmente, possuem um valor irrisório diante do trabalho e dos insumos aplicados na produção. Assim, a própria conjuntura nacional impõe limites à viabilidade sócio-econômica da reforma agrária. O MST reage a tais contextos conjunturais construindo espaços de resistência, tais como a organização de associações, de cooperativas coletivas de produção, de grupos coletivos de trabalho, entre outros, que poderão surgir no cotidiano dos assentamentos. (Souza, 1999:04)

Tal processo associa-se à maior presença das formas capitalistas de produção, que estreitam o mercado do trabalhador rural, cujo desafio, para os assentamentos, se traduz na criação de trabalho e de oportunidades para a mão-de-obra "ociosa" que se formou em seu interior, adequando-os às necessidades imediatas dentro de um processo mediato que, em escala nacional, os impele para fora da nova ordem produtiva. Acrescentam-se a esse quadro conflitos políticos e culturais advindos de diferentes experiências das mais variadas trajetórias de vida/trabalho dos sujeitos envolvidos no processo de organização e de formação nos assentamentos. Quanto às dificuldades de relacionamento social no interior do assentamento, geralmente, caracterizam-se pelo confronto de opiniões político-ideológica-culturais entre membros do MST e assentados não vinculados à direção do movimento. Supomos que tais conflitos sejam resultantes da heterogeneidade cultural, caracterizada por diferentes experiências e formações técnicas/ideológicas sobre o trabalho na terra e ainda advindos do nível de organização política no assentamento. (Souza, 1999:04).

As pesquisas sobre assentamentos rurais voltaram-se, com maior intensidade, para as relações sociais no interior dos assentamentos.

Sergio Leite et. al. (1998) partem das redes de relações sociais formadas pelos assentados no processo de acampamento e de ocupação da terra para refletir sobre a possibilidade de reposição ou não dos conflitos e das relações de favores. Os autores, ao reconstituir a trajetória do assentamento São José da Boa Morte, em Cachoeiras do Macuco, no Rio de Janeiro, destaca a ação do Estado em relação aos créditos bancários que interferem em necessidades, instalação e produção. Os autores observam, ainda, no assentamento, a existência de uma rede de relações sociais que envolvem diversos setores, tais como: empresas, geração de renda, produção para o mercado doméstico, organização e representação política, perfil de intervenção do Estado, experimentados nesses núcleos.

> *Finalmente, um terceiro momento é o da instalação e reprodução: após a chegada a terra, delimitação de lotes e início da produção, que a literatura tem mostrado ser de inventividade, mas também de reposição de conflitos, novas questões se colocam: a necessidade, muitas vezes, de disputar os créditos de implantação e do Procera, a imposição de formas associativas, a diferenciação política que ela produz (ou consolida) entre os assentados, a busca de mercados para os produtos, a manifestação de uma série de carências com relação às formas de escoar o que é produzido, a obtenção de insumos, as carências com relação à saúde, educação, transporte, etc. Esses temas trazem os assentados para novas redes de relações sociais, constituindo espaços de formulação de demandas, de reiteração de antigas mediações, de constituição de outras. Aprendem-se determinadas regras da representação/delegação, que podem (ou não) reproduzir antigas relações (de clientela, por exemplo), constituem-se novos parâmetros para a vida em conjunto, exploram-se caminhos de sobrevivência. É nesse processo que se delimita a região do assentamento. (Leite et. al, 1998:13).*

Na trajetória dos assentados, passando pela ocupação, formam-se as redes de relações sociais, econômicas e políticas, o que lhes permite criar vínculos com a comunidade em seu entorno, possibilitando uma inserção nas entidades e nas

instituições locais que possam ampliar a luta pela manutenção da terra ocupada, a ampliação de oportunidades no mercado local e a construção de alianças com as forças políticas do lugar. Contudo, durante o processo, os assentados encontram opositores nessas relações, com influência na demarcação do espaço social.

Brenneisen (2002), ao analisar as relações de poder, dominação e resistência camponesa no interior de dois assentamentos (Verdum e Vitória), no Rio Grande do Sul, enfatizou o permanente desrespeito às diferenças. Aponta a falta de democracia nos assentamentos, afirmando que os assentados são postos como coadjuvantes do processo, e não como protagonistas de sua história, o que permitiria a reprodução de relações desiguais no assentamento.

> *A imposição, por parte da direção do MST, de um modelo supostamente ideal de organização da produção, além de poder ser qualificada como violência simbólica contra estas populações, tem causado, nos assentamentos rurais, cisões e seqüelas das mais diversas ordens. Esses fatores têm dificultado tanto a reorganização dos grupos, como também têm-se demonstrado limitantes à continuidade do processo de democratização nas relações sociais no campo. (Brenneisen, 2002:288)*

Para Brenneisen (2002:289), os assentados são considerados vítimas por estarem condicionados pelo controle e centralização do poder dos líderes e representantes que manipulam o poder político por meio dos discursos e práticas, transformando os assentados num instrumento político distante de seus ideais. As lideranças uniformizam, totalizam e centralizam o poder sobre os assentados. Ao dividir os assentados em dois grupos, em que um domina e os dominados que resistem, a autora expõe como frágil a dinâmica das relações sociais no interior dos assentamentos. Nos conflitos, para a autora, os sujeitos sociais agentes representantes aparecem como grupos de dominantes e dominados, como opressores e oprimidos, mas sempre apresentando os assentados como oprimidos, não levando em conta que, no

interior do assentamento, existe um jogo de poder em que os elementos mediadores nas ações cotidianas constituem um conjunto de forças que possibilitam negociações mais vantajosas, ou não, dependendo da capacidade de articulação dos grupos envolvidos.

Outro problema, que também influencia na organização e na formação do assentamento, é o da evasão, tema de pesquisa de Leonilde Medeiros e Regina Bruno (1998) sobre os percentuais e as causas das evasões nos assentamentos rurais. Nesse estudo comparativo em que as autoras buscaram as razões das evasões por meio das políticas públicas para os assentados e como estas políticas se operacionalizam concretamente. Para tanto pesquisaram 59 assentamentos rurais, distribuídos em 22 estados do país visando obterem índices de evasões em diferentes momentos da história dos assentamentos. Durante a pesquisa, observaram que, em alguns momentos, as saídas foram mais intensas, principalmente no início dos assentamentos, devido à demora no recebimento dos créditos para o plantio e à decepção das condições encontradas. As autoras consideram evadidas as famílias que saíram mediante abandono, venda ou troca de lotes. Em linhas gerais, as causas das evasões são de infra-estrutura: a ausência e a precariedade de serviços de uso coletivo previstos nos projetos de assentamento, especialmente atendimento médico. (Medeiros e Bruno, 1998:43)

Outros aspectos que contribuem para as evasões são os ligados à ação do Estado e à forma como o processo de assentamento tem sido conduzido:

> *A demora na regularização/demarcação dos lotes, os critérios de definição do seu tamanho, de seleção de candidatos, o atraso ou mesmo a não implementação da infra-estrutura básica, a irregularidade na liberação dos primeiros recursos, o não acompanhamento ou a falta de incentivo dos órgãos diretamente responsáveis são os fatores apontados pelos entrevistados como motivadores das saídas. (Medeiros e Bruno, 1998:45)*

Percebemos que a organização do espaço social dos assentamentos está fortemente vinculada a questões relativas à forma como se propõe gerir a produção e a possibilidade de acesso à infra-estrutura, ocasionando momentos dramáticos para os assentados, como problemas de convivência, conflitos pessoais e expulsão devido ao descumprimento de regras no interior dos assentamentos.

Outra autora que permite pensar sobre a organização do assentamento é a socióloga Zimmermann (1994), que discute a dinâmica interna do processo de organização social e produtiva no assentamento Annoni, localizado no Rio Grande do Sul. O assentamento é estudado enquanto um espaço de relações sociais em que as características heterogêneas individuais são homogeneizadas no processo de luta pela terra e ressurgem em bases novas. A autora observa os mecanismos sociais internos associativos e dissociativos que interferem no cotidiano dos assentados e na formação de suas identidades: os descendentes de três e quatro gerações de imigrantes alemães e italianos, denominados 'os de origem'; e os com ascendência lusa, espanhola e/ou indígena, conhecidos como 'os caboclos', 'brasileiros' ou ainda 'os bugres', quando há predominância dos caracteres indígenas. Sendo que os de origem profissionalizaram-se, por meio de suas qualificações de trabalho, e familiarizaram-se com as culturas e insumos modernos, já os caboclos ou brasileiros, em sua maioria, permaneceram meeiros em propriedades que não usaram os produtos modernos de forma intensiva. (Zimmermann,1994:206)

Zimmermann (1994) propõe uma análise que leve em conta não apenas os confrontos individuais e coletivos no assentamento, mas também o "ser colono", que tem uma dimensão de concepção de mundo, de valores culturais, de relações de compadrio, de parentesco e outras. A pesquisadora concentra-se na tentativa dos grupos envolvidos no processo de recuperar suas identidades, de "serem colonos".

> *Os depoimentos das famílias entrevistadas levam à compreensão de que o móvel principal da luta pela terra que empreenderam foi a busca da efetivação do projeto de ser colono, ou seja, ver viabilizada uma forma de apropriação da terra e ter sob seu controle a organização e os resultados da produção. E, nessa remontagem de um novo modo de vida, padrões fundamentais do processo produtivo e da vida social da família camponesa se explicitam. (Zimmermann, 1994:208).*

A autora destaca também a prioridade dada pelos colonos às relações de parentesco na trajetória comum de lutas ou às características étnicas dentro do sistema de classificação do MST: coletivo, semicoletivo e associação de máquinas.

A socióloga aponta para os conflitos de lideranças entre as famílias e para o surgimento da discriminação étnica que envolve os grupos dos caboclos e os grupos de origem: "(...) cada um tinha seu pedaço de terra... mas todos queriam ser comunitários, plantar e dividir igual; mas o racismo é que é muito; nós somos tudo caboclo. Eles chamam a gente de negro sujo..." (Zimmermann, 1994:213)

Embora Zimmermann tenha observado tensões e conflitos no interior do assentamento a partir da questão étnica, que é secular na cultura brasileira, não deixa de demonstrar que em outros grupos houve aproximações por outros elementos, como parentesco e produtividade.

> *Excetuando-se o grupo Coletivo e o Semicoletivo, que já chegaram ao assentamento de forma consolidada, é possível dizer que as famílias se buscaram independente de origem étnica. São os elementos estruturais das famílias (capacidade produtiva, parentesco) e conjunturais (trajetória de vida, de trabalho e as condições naturais do lote recebido no assentamento) que explicam a efetivação e viabilidade dos arranjos grupais. (Zimmermann, 1994:214).*

Zimmermann observa que os elementos mediadores entre o MST e os assentados, nas ações cotidianas e na organização produtiva, constituem um conjunto de forças eficazes, mas que encontra seus limites nas práticas sociais coletivas. Os sujeitos sociais envolvidos aparecem frente a uma sociedade com regras pré-estabelecidas, com espaços hierarquizados, que determinam a reprodução social, sua

permanência e até mesmo sua exclusão. A democracia, para a autora, está para ser alcançada, encoberta pelas ações do MST e de outros representantes que põem a teoria distante da realidade objetiva dos grupos envolvidos no processo. As estratégias do MST aparecem como uma negação da realidade em que pretende atuar.

> *O primado do coletivo e de outras formas modelares acaba por desrespeitar o ritmo de aprendizagem e a conduta democrática de convivência que, juntamente com o trabalho de formação teórica, atuam como sustentáculos do crescimento conjunto da consciência política. A adoção de formas mais complexas, comprovadamente mais eficazes, a potencialização da produtividade do trabalho e aumento dos investimentos produtivos, terá de se dar em meio à prática democrática do autofazer-se na diversidade de formas associativas que as especificidades das famílias determinam. Havendo equilíbrio de poder e de reconhecimento político, as contradições que ameaçam o projeto de ser colono poderão ser solucionadas. (Zimmermann, 1994:223).*

Nessa concepção, a autora afirma que a democracia é um objetivo a ser alcançado pelos assentados, mas que cotidianamente vem sendo encoberto pelas ações das propostas do MST.

Parece haver aí a relativização do conflito. É possível pensar que, na dinâmica dos conflitos, apontada por Zimmermann (1994), os sujeitos sociais aparecem como grupos homogeneizados e ao que tudo indica o estudo não atenta para a possibilidade de os assentados terem a capacidade de fazerem suas próprias leituras dos conflitos e transformarem as situações adversas. Sendo assim, essa visão empobrece os espaços construídos pelos sujeitos sociais por meio de suas práticas sociais e estratégias de luta no interior do assentamento.

Os conflitos também podem ser jurídicos, ou seja, durante o processo de ocupação e assentamento, surgem discussões que podem chegar a radicalização. Um exemplo desse tipo de conflito é analisado no estudo de Justo (2002) sobre o conflito de terra, em que se discute a ocorrência de dois homicídios de camponeses na Fazenda

Gurugi 2, no município de Conde Paraíba. Segundo o autor, o conflito, que produziu dois homicídios, demonstra que a luta pelo espaço não se dá no vazio das relações e que seu resultado tenciona a lei, o que revela, sobretudo a fragilidade da justiça devido ao caráter discriminador do Poder Judiciário e à necessidade de outras instituições intermediadoras na luta pela terra. Assim, o Poder Judiciário torna-se um obstáculo para a reforma agrária em curso.

D'Incao e Roy (1995), ao estudarem o assentamento da Fazenda Jupira, em Porto Feliz/SP, destacam a incapacidade dos assentados de terem relações democráticas devido às relações sociais de dominação a que estão submetidos.

> *O tema deste texto é a necessária criação de relações sociais democráticas no seio de populações contempladas por programas de desenvolvimento oriundos de políticas sociais governamentais e não-governamentais. Populações, via de regra, socializadas em relações de dominação as mais perversas e, por isso mesmo, incapacitadas para a conquista e o exercício dos direitos de cidadania. Ao abordá-lo, partimos do pressuposto de que, no dia-a-dia dessas populações, as pessoas tendem a reproduzir as mencionadas relações de dominação, isto é, a não se comportar como cidadãs em relação às outras. E, considerando essa circunstância desfavorável ao desenvolvimento dessas populações, em razão às de suas próprias condições de existência: presas em relações sociais, econômicas e políticas que as colocam em situação de dominados, essas mesmas relações de dominação não conseguem se encontrar ou se comunicar de modo a chegar a uma visão comum das condições que lhes são impostas, ou daquilo que lhes é dado suportar. (D'Incao e Roy, 1995:23).*

Ao analisarem o cotidiano dos assentamentos, os autores observam que os conflitos e as tensões se refletem na forma de exploração agrícola realizada no assentamento, no estado catastrófico das máquinas e no funcionamento da associação.

D'Incao e Roy destacam que também fatores culturais pré-estabelecidos a partir de matrizes ideológicas estruturadas no machismo, com heranças de clientelismo e de paternalismo, gerando uma disputa de poder político no interior do assentamento,

dificultam e desestabilizam a opção pela democracia como forma de organização social, caindo no viés autoritário, apoiado no poder carismático de alguns líderes. Segundo os autores, havia um frágil funcionamento das modalidades coletivas de tomadas de decisão, por meio dos discursos das partes envolvidas (individuais, coletivos e representantes), levando a uma invalidação circular:

> *Essa dialética entre as relações quotidianas e as relações de dominação existentes na situação de assentamento foi evidenciando-se como uma constante à medida que avançávamos na nossa trajetória de investigação e interrogação das relações sociais obstaculizadoras do que entendíamos ser o processo de democratização das relações sociais no interior da agrovila. Revelando-nos, cada vez mais, a forte imbricação existente entre os valores da moral social dominante e os da moral militante na produção das relações de dominação paralisantes ou inibidoras de práticas sociais mais criativas entre os trabalhadores. (D´Incao e Roy, 1995:167)*

De acordo com os pesquisadores, o discurso da moral militante era utilizado para ocultar o exercício autoritário de poder no assentamento. Tais mecanismos de invalidação estavam na base dos discursos militantes, configurando uma lógica de reprodução das lideranças. A invalidação visava ao poder, e o controle criava obstáculos para experiências democráticas no interior do assentamento.

Nessa perspectiva, partilhamos do pensamento de Carvalho (2002), que propõe uma discussão mais ampla da realidade em que emergiu e se desenvolve o MST, o qual, segundo o autor, vai na direção de uma proposta de reconversão dos direitos de acesso à terra, numa releitura das análises que sugere uma ausência de democracia nos assentamento e na própria instituição.

Segundo Carvalho (2002), a luta pela posse da terra está inserida na luta contra o capital, lembrando que os donos de terras não são mais exclusivamente os coronéis, mas os donos do capital financeiro e comercial dos grandes centros urbanos. O autor sugere que o foco da discussão sobre a organização nos assentamentos não seja

mudado, mas ampliado e processado dentro de uma práxis, colocando os trabalhadores rurais como sujeitos históricos, formados no cotidiano dos conflitos, travados no interior dos assentamentos ou fora deles.

> *Desejo sugerir que a emancipação social é um processo continuado. Pode ter começo, e a percepção do seu início poderá até ser datada, mas necessariamente não tem fim. (...) Da ocupação de terras realizada por milhares de famílias, quando a tensão e o alerta despertam os instintos de defesa e de sobrevivência até a flor que viceja nas praças dos assentamentos há muitos planos sociais vivenciados pelas pessoas sem terra que lhes proporcionam emancipações pessoais e sociais continuadas numa humanização plena de significados e de idéias. (Carvalho, 2002:239-253).*

Autores como D'Incao e Roy (1995), Brenneisen (2002) e Zimermann (1994) contribuem de forma bastante significativa para o aprofundamento do tema, levando-se em conta suas metodologias, críticas e análises sobre os desafios dos assentados e suas formas de produção do espaço. Ao mesmo tempo, esses autores criticam a instituição do MST na manutenção dos assentamentos, na organização de suas fileiras, na arregimentação de pessoas para liderança, na maneira de distribuir poder no interior do assentamento, e atribuem ao MST e aos representantes envolvidos a característica de antidemocráticos, relativizando, desta forma, as práticas sociais e estratégias de luta no interior dos assentamentos e da instituição.

Assim, tais pesquisas demonstram que, pela dimensão do conflito, percebe-se a dramaticidade das relações estabelecidas no interior dos assentamentos, daí a necessidade da ampliação do conceito de democracia que os autores apresentam.

Em nossa análise, entendemos que uma noção de democracia que enxerga os conflitos como sendo entre dominantes e dominados pode desconsiderar a riqueza do jogo do conflito que impõe desafios, identifica aliados e opositores, permite o (re)arranjo de forças no interior e fora do assentamento, cria redes sociais, políticas, econômicas e exige dos assentados uma participação ativa nas decisões e rumos que o

assentamento possa tomar.

Portanto, em nossas reflexões, vamos retomar o jogo do conflito sob a perspectiva da democracia participativa-ativa , fundamentada em Bobbio et. al. (1993).

Segundo Bobbio et. al. (2003), a participação política possui três níveis:

1) Presença: comportamentos receptivos ou passivos, situação em que o indivíduo não dá contribuição;
2) Ativação: o sujeito desenvolve dentro ou fora da organização, uma série de atividades que lhe foram confiadas por delegação permanente;
3) Participação: situações em que o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política. Na maioria dos casos, a contribuição é indireta e se expressa na escolha do pessoal dirigente, pessoas que têm o poder de analisar alternativas e tomar decisões que se vinculam à sociedade.

Nesse contexto, entendemos o assentamento como um momento e como resultado da concretude histórica, produto e síntese das relações sociais, fruto de uma construção histórica. O assentamento é o espaço que expressa relações de conflitos e tensões que podem ser revelados nas práticas sociais e nas estratégias de luta, impregnadas de simbologias. O assentamento é o lugar dos (re)encontros de culturas, espaço de representação e legitimação dos sujeitos sociais envolvidos no processo de formação e organização do espaço social, e que se constitui num momento de contradição socioespacial, trazendo no seu bojo as construções produtivas e históricas, e também a construção do território que se configura nas relações sociais produtivas, políticas e culturais da dialética da realidade social.

Estabelecemos como objeto da pesquisa ***o conflito*** no interior das práticas sociais e estratégias de luta em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem-Terra, compreendido como fruto das relações sociais multifacetadas, decorrentes das mais variadas trajetórias de vida e de trabalho que se expressam nos valores, nos símbolos, nos desejos e nos projetos que permeiam o imaginário e as atitudes dos sujeitos sociais aí envolvidos. Conflito esse que emerge como uma perspectiva analítica das práticas sociais e estratégias de luta, fruto das relações socioespaciais no interior do assentamento, produzindo, assim, uma redefinição do uso do espaço social, que passa a ser construído pelos assentados com o advento do assentamento, expressão da complexidade política, social, econômica, cultural, organizativa e produtiva. Nessa perspectiva, o assentamento torna-se também um espaço de contradições culturais, de projetos distintos, econômicos e políticos, em que o conflito coexiste entre os assentados, as lideranças e os representantes.

Tais assentados inserem-se nas redes econômicas por intermédio de financiamentos, créditos, gestão e administração dos lotes, organização dos espaços de trabalho e de moradias coletivas, semicoletivas, associativas e cooperativas; nas redes políticas, por meio das participações em assembléias, passeatas, greves, cursos políticos, aliadas com as redes sociais**,** por eles estabelecidas com Partidos Políticos, Igrejas, ONGs, Universidades, Estado e outros.

O assentamento é o lugar do (re)encontro do velho/novo, das diferenças sociais geradoras de conflitos de representações que influem no espaço de vivência dos assentados. Sendo um universo extremamente complexo, interagem, nesse espaço social, várias representações de mundo, a partir dos assentados, dos líderes assentados, dos técnicos, dos engenheiros agrônomos, do Estado, da Igreja, do MST e outros.

Para nós, a relevância do tema reside na explicação por meio dos conflitos da força transformadora da democracia[5], que, de acordo com o nosso entendimento, é uma força impositiva sobre o clientelismo, o paternalismo, o autoritarismo e outras formas de relações de favores. Portanto, a democracia obriga os sujeitos envolvidos no processo a avanços e momentos de tensões; avanços na tentativa de incorporar valores cada vez mais democráticos no assentamento; e tensões nos avanços das práticas democráticas. Os momentos de tensões são relativos, pois uma vez questionadas as relações de favores pelos assentados por meio dos conflitos, sejam eles declarados, em forma de práticas sociais e estratégias de luta, ou de insubordinações discretas, transformam-se em momentos em que as relações de favores sofrem questionamentos. Ao mesmo tempo, desenvolvem a percepção das relações de poder, dos motivos dos conflitos, dos (re)arranjos de forças para a realização de práticas sociais e estratégias de lutas. É o momento de afirmação de direitos e de identificação dos adversários e companheiros no espaço em disputa, em que o território do assentamento encerra um "processo de domínio (político-econômico) e apropriação (simbólico-cultural)" e é necessário planejá-los, construindo os espaços das diferenças, situando os sujeitos sociais por meio de relações que são simbólicas e de concreticidade, frente às implicações, aos desafios, às necessidades e às especificidades das relações sociais na complexidade da sociedade atual, que exige a problematização do conflito sob a dialética da realidade social. "Cada um de nós necessita, como um recurso básico, territorializar-se. Não nos moldes de um espaço vital darwinista-ratzeliano, que impõe o solo como um determinante da vida humana, mas num sentido muito mais múltiplo e relacional, mergulhado na diversidade e na dinâmica temporal do mundo" (Haesbaert, 2004:16). Não podemos, contudo, deixar de compreender os elementos incorporados

[5] Apresentamos uma das regras práticas do método dialético, segundo LÉFÈBVRE, (1991:24): "Analisar a luta, o conflito interno das contradições, o movimento, tendência (o que tende a ser e o que tende a cair no nada)".

por esses trabalhadores rurais devido a suas trajetórias de vida/trabalho, às reuniões, às assembléias e a outras ações, bem como os conteúdos democráticos daí advindos, estruturadores de identidades coletivas.

A partir desse contexto marcado por relações contraditórias entre identidade e diferença, entre o velho e o novo nos conflitos no interior das práticas sociais e estratégias de luta e das várias representações de mundo dos sujeitos envolvidos no processo de assentamento, as questões que se colocam podem ser assim formuladas:

- Como os sujeitos sociais envolvidos no assentamento rural da Fazenda Jupira estão conseguindo estabelecer práticas de participação e processos decisórios efetivamente democráticos?

- Esse assentamento rural está conseguindo romper com as seculares práticas da dominação pessoal e do favor, predominantes na sociedade brasileira?

- Como essas diferenças são 'negociadas' entre lideranças, assentados e representantes nesse assentamento?

Portanto, nossa pesquisa tem como objetivo geral compreender os conflitos no interior das práticas sociais e estratégias de luta nos processos de formação e de organização em assentamentos rurais, e seus desdobramentos entre trabalhadores assentados, lideranças e representantes no assentamento da Fazenda Jupira, no município de Porto Feliz (São Paulo), de 1986 até 2006.

Temos como objetivos específicos:

a) Identificar as formas de relações sociais predominantes no assentamento da Fazenda Jupira e como elas são classificadas pelos próprios trabalhadores assentados, pelas lideranças e pelos agentes mediadores.

b) Discutir as redes de interdependência, de solidariedade e de conflitos

estabelecidas entre os diferentes sujeitos que se relacionam no espaço social do assentamento.

c) Analisar os discursos e as atitudes dos assentados sobre o assentamento, as formas de participação nas decisões, como avaliam os demais sujeitos envolvidos; as principais aspirações e projetos de vida desses sujeitos, bem como o território construído.

A presente pesquisa deve ser considerada como um estudo de caso, na medida em que trabalhamos com ações práticas e estratégias delimitadas espacialmente, nas quais as práticas e estratégias se dão em uma dimensão singular no interior do movimento do conflito.

Nesse sentido, nosso trabalho insere-se na abordagem culturalista dos estudos referentes aos movimentos sociais rurais.

Segundo Scherer-Warren (1998, 223-224), nos estudos culturalistas a referência é de grupos empíricos específicos (índios, seringueiros, mulheres agricultoras etc.), levando em consideração à práxis no interior de cada movimento. Nos estudos culturalistas a construção da identidade coletiva, de políticas contestatórias e de novas manifestações político-culturais têm raízes nos microfundamentos das relações sociais cotidianas, ou seja, em torno de identificações socioculturais específicas". Em que os sujeitos coletivos são "contingentes, dependendo da práxis que se desenvolve no interior de cada movimento". Assim, a dimensão espaço-tempo se desloca para a preocupação em analisar "ações específicas e localizadas, centra-se também em processos históricos de curta duração, relativos a conquistas cidadãs e a democratização". E sua utopia culturalista se manifesta nas transformações graduais, cumulativas, por meio da resistência democrática no cotidiano. (Scherer-Warren, 1998:225)

Sendo assim, fundamentamos nosso estudo no conceito de **Totalidade Concreta,** de Karel Kosik (1976), com o objetivo de recuperar o seu poder explicativo e metodológico para a análise do tema, suas implicações e suas relações com assentamentos rurais. As idéias presentes nesse conceito são extremamente importantes para a compreensão do tema, com o intuito de buscar elementos que contribuam para entender os conflitos presentes nas práticas sociais e estratégias de luta nos processos de formação e de organização em assentamentos rurais, e seus desdobramentos entre trabalhadores assentados, lideranças e representantes, não isolando o assentamento do contexto social mais amplo.

O conceito de totalidade concreta é uma teoria da realidade e um método do conhecimento fundado na História, a qual parte do pressuposto de que a dialética está no mundo em movimento e transformação, e tem um reclamo nas práticas sociais em que o conhecimento não pode se deslocar da realidade. A totalidade permite refletir sobre qualquer ponto do processo histórico, que corresponde a uma estrutura e tem uma conjuntura correspondente. É produto de uma epigênese histórica, sendo que, a cada momento correspondente completado, traz no seu bojo sua negação, ou seja, o mundo material é dialético, isto é, está em constante movimento, e, historicamente, as mudanças ocorrem em função das contradições entre os homens, em dadas condições históricas e sociais. A totalidade concreta estuda o que é e o que está sendo no devir histórico.

> *O princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo: desempenha, portanto, uma função dupla, a de um lado, definir a si mesmo, e de outro, definir o todo: ser ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio*

> *significado autêntico e ao mesmo tempo definir um sentido a algo mais. (Kosik,1976:40)*

O conceito de totalidade concreta não pressupõe, por conseguinte, um acréscimo sistemático de fatos. O estudo das partes não é um processo isolado do todo, em que o todo é maior que as partes. O ponto de vista da totalidade concreta nada tem em comum com a totalidade holística organicista ou neo-romântica, que hipostasia o todo antes das partes e efetua sua mitologização. (Kosik,1976:49)

Kosik (1976:51) desenvolve uma práxis, atividade objetiva, colocando o homem como sujeito histórico social, é o sujeito que conhece a realidade e que, ao conhecê-la, cria e recria a realidade humana por meio da prática social.

> *E afinal, também a totalidade de base e superestrutura permanece abstrata se não se demonstra que é o homem, como sujeito histórico social, que no processo social de produção e reprodução cria a base e a superestrutura, forma e realidade social como totalidade das relações sociais, instituições e idéias; e nesta criação da realidade social objetiva cria ao mesmo tempo a si próprio, como ser histórico e social, dotado de sentidos e potencialidades humanas, e realiza o infinito processo da humanização do homem. (Kosik, 1976:51)*

Assim, os sujeitos históricos são produtos das relações sociais, que se fazem no cotidiano dos conflitos sociais; é o homem concreto.

Nesse contexto, percebemos o assentamento como um momento da totalidade social que se constitui nas relações produtivas, culturais e políticas, por meio das quais o mesmo foi forjado historicamente. Portanto, não nos é permitido analisá-lo isoladamente, mas como um fenômeno do todo social, produto das relações sociais, como uma construção histórica: a (re)territorialização de um grupo de seres humanos desterritorializados (destituídos dos seus laços básicos sociais, sexuais, familiares, de parentescos e outros) devido ao atual estágio do sistema capitalista e aos vetores que os inserem nas políticas agrárias e que privilegiam um tipo de modelo de agricultura concentracionista e excludente.

Segundo Haesbaert (2004), a desterritorialização é, para os mais pobres, uma múlti ou, no limite a-territorialidade insegura, em que a mobilidade é compulsória (quando lhes é dada como possibilidade), resultado da falta de alternativas, de flexibilidade, em experiências múltiplas imprevisíveis em busca da simples sobrevivência física cotidiana. Esse processo abre a possibilidade de garantir um 'capital espacial' em relação aos pobres que não conseguiram se desterritorializar, permitindo-lhes acionar, recriar diferentes territórios. (Haesbaert, 2004:251)

O assentamento constitui o resultado de um momento de segregação socioespacial, trazendo no seu bojo as construções históricas e produtivas, além da transformação do território que se configura nas relações sócio-produtivas, políticas e culturais da dialética da realidade social. A segregação socioespacial envolve desigualdades no acesso a diferentes espaços, em que a exclusão fragiliza os segregados, impõe uma mobilidade sem rumo, tornando-se um instrumento de poder de um grupo sobre outro. O assentamento surge como possibilidade de fixar-se no espaço marcado, tornando-se um lugar de abrigo, de resistência, de referência e de pertencimento.

Assim, enfocam-se as relações sociais na perspectiva do processo contraditório da identidade/diferença do velho/novo, entre as velhas práticas e estratégias trazidas pelos sem-terra, fruto de suas trajetórias de vida/trabalho fragilizadas das referências socioespaciais que lhes propiciem se relacionarem no interior desta nova territorialidade, carregando as identidades formadas em outros lugares que irão influir na nova sociabilidade. Os conflitos surgidos no interior do assentamento advêm das formas de produzir os bens de consumo, nas maneiras de organizar a produção, na partilha das colheitas, nos hábitos sócio-culturais comuns, na similaridade étnica, nas relações de parentesco e de compadrio, na busca de prestígio político, nos projetos

distintos, nas frustrações e em outros valores sociais. O quadro exposto acima permite-nos pensar os conflitos sob a luz da práxis laborativa e existencial que se produz como realidade humano-social, tanto na objetivação do homem quanto na realização da liberdade humana. (Kosik, 1976:203)

> *Assim a **práxis** compreende, além do momento **laborativo**, também o momento existencial: ela se manifesta tanto na atividade objetiva do homem, que transforma a natureza e marca com sentido humano os materiais naturais: como na formação da subjetividade humana, na qual os momentos existenciais como a angústia, a náusea, o medo, a alegria, o riso, a esperança etc, não se apresentam como experiência passiva, mas como parte da luta pelo reconhecimento, isto é, do processo de realização da liberdade humana. Sem o momento existencial o trabalho deixaria de ser parte da práxis. (Kosik, 1976:204)*

Na práxis, o homem emerge com sua força total, é fruto das suas relações concretas do cotidiano, tensões, conflitos, solidariedades, paixões, ações políticas, sociais, econômicas, culturais; é o homem por inteiro, forte em alguns momentos e frágil em outros. É esse conjunto de relações que possibilita aos sujeitos sociais a reprodução social dos envolvidos nos processos de constituição do espaço social.

Privilegiaremos as relações contraditórias de identidade/diferença do velho/novo e como essas se concretizam na práxis cotidiana do assentamento sob o processo contraditório de produção, de consumo e de cultura. Inserir a práxis na análise do conflito significa ampliar o foco de análise a partir do movimento do conflito e, sobretudo, percebermos que, no jogo do conflito, não existe dominantes e dominados, mas um movimento de correlação de forças que permite num determinado momento histórico um grupo ou outro negociar/impor com mais ou com menos vantagem suas necessidades nos contextos sociais em que pretendem atuar.

Sendo assim, levamos em conta, em nossa pesquisa, as características não apenas urbanas do grupo do Sem-Terra III, mas as que se estabeleceram no contexto de sua

formação e consolidação, culminando com o Assentamento da Fazenda Jupira, onde os líderes, assentados e Movimento eram um só. "Quando nosso grupo se reuniu pela primeira vez, nasceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Sumaré III[6]", pois estavam em processo de construção.

Diante do exposto, acreditamos ser importante também analisar o papel das lideranças e dos representantes nesse processo de formação e consolidação dos assentamentos. Compartilhamos o conceito de liderança com Souza (1994), que observa, em sua pesquisa sobre a formação das lideranças em Assentamentos Rurais do MST, que alguns sujeitos que "puxavam" as primeiras ocupações no processo de acampamento e assentamento tornavam-se lideranças e passavam a selecionar as próximas lideranças. A partir daí vão fazer parte do movimento e fazê-lo crescer. (Souza, 1994:55)

> *Portanto, liderança é o indivíduo ou o conjunto de indivíduos que lutam pela organização e desenvolvimento do movimento social. São sujeitos que possuem experiência em diferentes práticas sociais, possuem consciência crítica para analisar estratégias e conseqüências de luta. Geralmente conciliam interesses subjetivos e objetivos com os interesses grupais. (Souza, 1994:56)*

Segundo Justo (2002), o Estado, e os demais segmentos sociais envolvidos no conflito de terras são considerados representantes.

> *Por serem representantes, assumem o lugar do representado; assim, a distância entre a base e a direção ficaria latente. Essa teoria permite-nos colocar, representantes e Estado num mesmo nível, no sentido de que os dois tomam partido e somam forças para um dos lados do conflito sair vitorioso. (Justo, 2002:194)*

---

[6] Essa afirmação, embora seja anônima, encontra-se em um texto intitulado **Terra não se ganha, terra se conquista: a caminhada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Sumaré III,** referente ao grupo dos Sem Terra III**,** organizado pelo seminariasta Geraldo S. Pinto, pelos Professores Ariovaldo U. de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes, Luiz Carlos Tarelho (estudioso do MST/Sumaré), e pelos assentados, Alcides Leopoldino de Oliveira, Milton Cardoso da Silva (Miltão), Bernardo Barbosa (falecido), José Bernardino (falecido) e outros Militantes do MST/ Sumaré III.

Para pensarmos o processo de formação e de organização no interior do assentamento e os conflitos ocasionados pelas relações de força, ancoramos nossa análise no conceito de campo de forças de Bourdieu (1989), que privilegia a experiência e os microrrecortes sociais. Para Bourdieu (1989:72-73), a sociedade está dividida em micro campos hierarquizados, em que agentes e instituições encontram-se em espaços sociais que se confrontam, competem entre si na busca de conquistar melhores posições e na manutenção das mesmas. Cada campo possui suas regras, cabendo ao agente ou à instituição dominar seus códigos e regras pré-existentes no interior de cada um. O sucesso, para os concorrentes, se dá a partir da capacidade de acumular o capital específico exigido em cada campo. Nesse sentido, usar o capital específico é fundamental, na medida em que ele se torna o passaporte para uma mobilidade social.

Bourdieu (1989:28-29) parte da noção de que o capital econômico (dinheiro) é tão importante quanto o capital cultural (diploma) ou capital social (relacionamentos). A sociedade é o lugar de mercado, mas também de trocas simbólicas em que prevalecem os estilos de vida numa sociedade estratificada por meio de suas palavras, práticas, imagens e apropriações dos bens de consumo.

Bourdieu (1989) observa que o sistema capitalista proporciona uma mobilidade social a qual permite a seus concorrentes participar dos mais variados campos sociais em uma sociedade fragmentada, pois em cada campo desejado encontra regras pré-estabelecidas, espaços hierarquizados com seus capitais específicos, que determinam a reprodução social e sua permanência, sua ascensão e até mesmo sua exclusão.

Tal noção permite-nos pensar os sujeitos envolvidos no processo de ocupação e assentamento a partir da disputa de capitais presente no próprio processo e no jogo político que define os lugares, posições, práticas e estratégias no interior do movimento do real.

Para compreendermos o processo de resistência que envolve os sujeitos sociais no processo de ocupação e de assentamento, nos apoiamos em estudo de Marshal Sahlins (1997:42-43) sobre as práticas culturais cotidianas. Sahlins analisa os estudos de Rena Lederman sobre os índios Mendi da Nova Guiné. Concentrando sua análise na apropriação cotidiana, feita pelos Mendi, dos objetos europeus, Sahlins pôde ver detalhadamente como os índios conseguiram infundir seus próprios significados aos objetos estrangeiros. Por meio da bricolagem com os objetos europeus, os Mendi interagiam sem perder o sentido de si mesmos. Sahlins observou que os instrumentos do sistema mundial sofrem reveses nas leituras locais. Por intermédio dessas leituras, os povos organizam suas experiências, praticam valores, forjam significados, imprimem novas necessidades, novas intenções aos objetos. Eles invertem os objetos e códigos, dando novos significados de acordo com suas próprias necessidades e intenções.

O estudo de Sahlins (1997) possibilita-nos penetrar, por meio da organização da experiência e da ação humana, nos espaços objetivos e simbólicos, buscar elementos para o desvendamento dos conflitos no interior das práticas sociais e estratégias de luta no assentamento.

Semelhantes conflitos são expressões não no seu todo, mas em parte, das pressões do sistema capitalista, que cria e recria suas condições materiais e espirituais, trazendo no seu seio conflitos surgidos na conquista de espaços, em que o rebatimento se realiza por meio das práticas e das estratégias no interior do assentamento entre representantes, líderes e assentados. Ao trabalharmos com o sujeito e com o espaço em construção, em que as práticas sociais e estratégias de luta têm a democracia como uma força transformadora, baseamo-nos nas contribuições de Chauí. Para a autora, a sociedade democrática está envolvida em práticas e idéias que permeiam o tecido social, tendo nas eleições e nas relações daí advindas uma demonstração de que a sociedade não é uma

comunidade una e indivisa voltada para o bem comum. “A democracia é a única forma política que considera legítimo e legal o conflito, permitindo que seja trabalhado politicamente pela própria sociedade”. (Chauí, 1999:431)

Chauí (1999:431) faz uma distinção fundamental para o entendimento da democracia: “o direito difere de uma necessidade ou carência e de um interesse”. Existem tantas necessidades ou carências quantos indivíduos e grupos existem na sociedade, e estas podem ser conflitantes, ou seja, numa mesma cidade pode haver grupos com carência/necessidade de creche e outro com necessidade de moradia; de sorte que atender uma pode ser abandonar a outra.

O interesse também é algo particular e específico, podendo gerar conflitos entre os grupos envolvidos, como, por exemplo, os sem-terra e os proprietários de terra. Os direitos, ao contrário de necessidades, carências e interesses, não são particulares e específicos, mas gerais e universais, válidos para todos os indivíduos, classes e grupos sociais. Assim, por exemplo, a carência de água e de comida manifesta algo mais profundo: o direito à vida; o interesse dos sem-terra, o direito ao trabalho. (Chauí, 1999:431).

Estudar os conflitos no interior das práticas sociais e estratégias de luta é ver para além dos interesses, necessidades e carências, mas, sobretudo, investigar se daí surge algo mais profundo, isto é, a instituição de direitos, participações efetivas nas práticas e estratégias, as formas de negociações entre os envolvidos no processo.

A periodização nos permitiu perceber as relações contraditórias de identidade/diferença do velho/novo entre os sujeitos envolvidos e de como essas se concretizaram na práxis cotidiana do assentamento sob o processo contraditório (de produção, de consumo e de cultura), que vem recoberto por utopias individuais e coletivas, pautadas por projetos distintos. O recorte temporal escolhido para a realização

da nossa pesquisa é de 1986 a 2006, o que nos deu a oportunidade de analisar, por meio das informações colhidas junto a assentados e lideranças, documentos do ITESP, matérias de Jornais locais, a formação da primeira associação, a divisão dos assentados em individuais e coletivos e outros aspectos, devido ao impacto sobre os assentados e a sociedade local.

Optamos pelas entrevistas semi-estruturadas, que nos possibilitaram centrar as perguntas no nosso objeto, ao mesmo tempo em que deram aos nossos entrevistados a oportunidade de discorrer sobre outros assuntos. Definimos que os sujeitos entrevistados seriam os representantes (técnicos agrônomos/padres/políticos), líderes e assentados (trabalhadores rurais) que participaram de todas as etapas do processo de acampamento até o assentamento definitivo, o que permitiu perceber os projetos e aspirações distintos, motivos de alguns conflitos.

A pesquisa de campo teve início no primeiro semestre de 2005. Com exceção do Prefeito de Porto Feliz Maffei, do padre Chico, da engenheira Izabel e do coordenador do MST regional Nilcio de Sorocaba/SP, todos os demais foram entrevistados várias vezes. Compartilhar, durante mais de um ano, o mesmo ambiente desses assentados contribuiu para estreitar a relação com cada sujeito e identificar suas interrogações, frustrações e desejos, o que permitiu explorar algumas questões mais contundentes (principalmente as que se relacionavam aos conflitos) nas entrevistas. Com essa abordagem, passamos a priorizar mais o aspecto sócio-cultural, recorrendo à análise dos motivos que conduzem esses homens e mulheres ao retorno à terra e do impacto que a nova sociabilidade provoca na construção da identidade do grupo.

As questões da entrevista, entre outras, versaram sobre:

- a chegada ao Município de Sumaré;

- locais de trabalho anteriores do assentado;

- envolvimento com a luta pela terra;

- motivo de participar na luta;

- resoluções dos problemas de saúde, transporte e educação;

- decisão sobre o que plantar, o que colher e o ritmo do trabalho.

Ao todo, foram entrevistadas dezesseis pessoas, sendo que as entrevistas foram gravadas em fitas cassetes. Conscientes de que entrevista é um diálogo possível, procuramos respeitar a individualidade de cada entrevistado. O resultado foi a coleta de uma variedade de discussões com riqueza de argumentos. Sendo assim, distribuímos os depoimentos de forma temática, abordando:

- um pequeno histórico de vida;

- a composição da família do entrevistado;

- a trajetória pessoal;

- a luta pela terra;

- acampamentos;

- assentamento definitivo;

- infra-estrutura;

- estrutura produtiva;

- o trabalho da família no assentamento;

- aspirações.

As entrevistas semi-estruturadas foram feitas individualmente ou junto com a família do entrevistado, no espaço combinado, com o objetivo de colher informações que nos permitiram apreender aspectos para reconstruir as trajetórias dos envolvidos e as relações organizativas na construção do assentamento, depreendendo daí as várias maneiras de entender a luta na ótica de cada segmento ou sujeito envolvido no processo.

Segundo Ecléa Bosi (2004:15), por meio da memória oral, as camadas excluídas da sociedade encontram sua forma de expressão negada pelas instituições oficiais: escolas, partidos políticos, igrejas etc, as quais possuem seus limites, por intermédio de seus documentos que, em alguns casos, escondem as paixões individuais silenciadas pelas classes dominantes em seus discursos oficiais.

> *A memória oral, longe da unilateralidade para a qual tendem certas instituições, faz intervir pontos de vistas contraditórios, pelo menos distintos entre eles, e aí se encontra a sua maior riqueza. Ela não pode atingir uma teoria da história nem pretender tal fato: ela ilustra o que chamamos hoje de a História das Mentalidades, a História das Sensibilidades. (Bosi, 2004:15)*

Pesquisamos os arquivos da Prefeitura Municipal de Porto Feliz e do jornal local (Tribuna das Monções, de Porto Feliz), no qual encontramos imagens e matérias referentes ao assentamento no período de 1986 em diante. Com base nesse material, pudemos observar as reações da sociedade civil organizada, suas opiniões e expectativas quanto ao assentamento. Tivemos condições de perceber, nas reportagens e nos comentários, as influências da opinião pública, e como a população local recebeu o impacto da chegada do assentamento em Porto Feliz, levando em consideração que os jornais expressam a voz de determinados segmentos sociais. Pesquisamos também os arquivos do jornal Correio Popular, de Campinas, no qual encontramos informações sobre a participação dos assentados durante o período de acampamento.

Outros documentos importantes são as atas das reuniões, que nos levaram a conhecer os assuntos discutidos no cotidiano e os conflitos presentes em seu interior, dando-nos uma visão de como as tensões e os conflitos são negociados, pensados estrategicamente, como são (re)traçados os avanços e os recuos das negociações em que cada grupo ou sujeitos sociais se desvelam ou se ocultam, a si mesmos e aos fatos, os objetivos imediatos, o projeto transformador e os métodos de organização propostos

pelos líderes, representantes e assentados.

Fizeram parte da pesquisa, ainda, os Pareceres e Decretos, documentos pesquisados nos arquivos do ITESP/SP e ITESP/Sorocaba. Nos documentos, encontramos dados referentes às questões legais que envolveram o processo de ocupação e assentamento. Já nos pareceres e decretos, houve a possibilidade de avaliar, por exemplo, como se deu a posse provisória da terra, a sua estrutura, desde o tamanho, as condições do solo etc, bem como os conflitos envolvendo os assentados e a comunidade local, e o apoio de alguns setores organizados, como partidos políticos e sindicatos, que poderão ser observados em matérias de jornais publicados no período. Nesse sentido, concordamos com Le Goff (1990):

> *O documento não é qualquer coisa do passado que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto documento permite à memória coletiva recuperá-la e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (Le Goff, 1990:102)*

A partir do cruzamento de dados obtidos por meio das fontes: atas de reuniões, entrevistas, matérias de jornais, decretos e pareceres, tivemos a oportunidade de compreender com mais clareza as práticas e estratégias entre os sujeitos envolvidos.

Para tanto, organizamos, então, a dissertação em três capítulos.

No primeiro capítulo, fomos delimitando, paulatinamente, a cisão que foi se iniciando entre individuais/coletivos, no percurso do grupo III, gerando os conflitos entre grupos e gestando, ao mesmo tempo, um projeto político na tentativa de reprodução camponesa que acompanha os assentados até os dias atuais (houve transformações neste projeto inicial, mas a essência continua).

No segundo capítulo, destacamos o esforço das lideranças para que a nova sociabilidade que ganha relevância no processo de formação e organização do

assentamento e os conflitos, que se deram neste período, sobretudo entre o universo concebido pelos assentados, fruto das representações de mundo que se eclipsaram no interior do assentamento e o vivido, por meio, da práxis cotidiana, mediata e imediata. Os assentados introduziram formas de se organizar enquanto grupo, as quais permitiram a consolidação das práticas e estratégias, que são acionadas na medida em que o grupo julga necessário.

No terceiro capítulo, foi possível compor o ser camponês assentado e afirmar que este é fruto de uma atitude política, ou seja, não basta estar morando no assentamento para ser assentado, é necessário estar territorializado pelas práticas e estratégias do grupo. Nesse sentido, foi possível, no decorrer do trabalho, perceber que as práticas e estratégias de luta iniciadas na Comunidade Nossa Senhora de Fátima, sob vários (re)arranjos, continua prevalecendo até os dias atuais, por meio de reuniões (relativas à formação da cooperativa, à saúde, o apoio a partidos políticos, à documentação da terra, aos financiamentos habitacionais e a outras necessidades), de assembléias e de passeatas, fazendo parte do universo político dos assentados da Fazenda Jupira.

CAPÍTULO I

A gênese do assentamento: construção de sonhos e liberdade

Foto 02

Foto 02: As primeiras Reuniões

A engenheira Izabel, representante do ITESP,
organizando as primeiras reuniões
Fonte: Nilton Martins de Oliveira (assentado), em 01/1997.

> *(...) Quanto a pedir esmolas, é mais seguro pedir do que tomar, mas, é bem mais digno tomar, do que pedir. Não: um homem pobre que seja ingrato, perdulário, insatisfeito e rebelde possui de certo uma personalidade plena e verdadeira. Constitui de qualquer forma, um protesto sadio. Quanto aos pobres virtuosos, é natural que deles se tenha piedade, mas não admiração. Fizeram um acordo secreto com o inimigo e venderam seus direitos inatos em troca de um péssimo prato de comida. Devem também ser muito tolos. Posso compreender que um homem aceite as leis que protegem a propriedade privada e admita sua acumulação, desde que nessas circunstâncias ele próprio seja capaz de atingir alguma forma de existência harmoniosa e intelectual. Parece-me, porém, quase inacreditável que um homem cuja existência perdeu e abrutalhou por forças dessas mesmas leis, possa vir a concordar com a sua vigência. (WILDE, 2004:32)*

"Pobres", "perdulários", "proteção à propriedade privada", "acumulação" são palavras encontradas no nosso cotidiano quando se trata de qualificar as relações estabelecidas entre os sem-terra e os donos de terras. Contudo o clássico ensaio de Oscar Wilde, publicado pela primeira vez em 1891, já alertava a sociedade inglesa sobre as condições nefastas que se colocam no cotidiano, na cultura dos homens e mulheres que não se abateram no processo de construção de suas vidas, mesmo em situações adversas, e procuraram construir seus próprios espaços de vivência.

É dessa constatação que surge o título do presente capítulo, inspirado, sobretudo, a partir da análise da vontade dos sujeitos envolvidos de construírem, no processo de assentamento, uma possibilidade de reinventar a vida. Nesse processo, construíram também motivos para lutarem e resistirem durante esse período, mas, acima de tudo, construíram sonhos de liberdade que lhes garantiram suportar as agruras de morar em acampamentos, de fazerem caminhadas e enfrentar frio, vento, chuvas, fome, freqüentemente com embate das forças policiais. Tudo isso em nome de um sonho: o de ter seu pedaço de chão.

Partindo dessas reflexões, podemos destacar a importância da década de 80, na qual se revela um contexto marcado por uma extrema recessão, em meio às greves dos trabalhadores rurais e urbanos. Marcado também pela intensificação "da mobilidade tanto intermunicipal quanto intramunicipal, seja rural-urbana ou rural-rural, em decorrência da progressiva escassez do fator terra, levando à eclosão de movimentos sociais de resistência, do que são exemplos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o das populações extrativistas da Amazônia Ocidental". (Becker, 1997:322)

Esse período também é caracterizado pelo aumento da participação dos movimentos sociais que, com a abertura política, tornam-se movimentos autônomos, em que seus agentes procuraram caminhos para se efetivarem como forças sociais no novo espaço social e político que estava se esboçando por reivindicações de direito à cidadania, proporcionando relativas conquistas.

Emerge, então, no campo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Assim, o MST é fruto das experiências das lutas cotidianas de vários movimentos sociais em busca da terra. Com o apoio do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o MST se fortalece, cria formas novas de enfrentar, resistir, reivindicar a posse da terra e de ocupar o espaço político no horizonte que se punha.

> *No início da década de 80, as experiências com ocupações de terra nos estados do Sul e em São Paulo e Mato Grosso do Sul reuniram os trabalhadores que iniciaram o processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A construção do Movimento se constitui na interação com outras instituições, especialmente a Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Aprendendo com a história da formação camponesa, na sua caminhada, o MST construiu o seu espaço político, garantindo a sua autonomia, uma das diferenças com outros movimentos camponeses que o precederam (Fernandes, 2000:47).*

No processo de territorialização e espacialização da luta pela terra, o MST desloca-se para o Estado de São Paulo, formando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Oeste do Estado de São Paulo e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Sumaré, possibilitando um deslocamento das ações antes coordenadas pela CPT e que, a partir de 1985, passaram a ser coordenadas pelo MST de São Paulo nas lutas pela posse da terra no Estado. Em janeiro de 1984, no município de Sumaré, região de Campinas, os sem-terra haviam conquistado um assentamento em uma área de 237 ha. do Horto Florestal de Sumaré, de propriedade das Ferrovias Paulistas S/A (FEPASA), que foi denominado de Sumaré I. Nas Comunidades Eclesiais da região, os trabalhadores realizavam trabalhos de Base para a formação de negociações com o governo estadual e, sem resultados concretos, quarenta e cinco famílias ocuparam o Horto Florestal da Boa Vista também no município de Sumaré e pertencente a Fepasa. Foram despejadas, continuaram negociando até serem assentadas provisoriamente no Horto da Boa Vista, para depois serem transferidas definitivamente para uma área remanescente do Horto de Sumaré, onde estabeleceram o assentamento Sumaré II. Na conquista de Sumaré II, principiou o terceiro grupo de famílias no processo de territorialização. Em novembro de 1985, o grupo III, formado por cem famílias, ocupou uma área do Estado no município de Nova Odessa, na região de Campinas. (Fernandes, 2000:148)

A presença dos militantes (lideranças) do MST, CPT e a CUT durante o processo de organização até a ocupação se faz presente. “Quando surgiu a ocupação no trevo da Bosch em Campinas, em 1985, houve juntamente com a militância que eu disse antes do MST, CPT e a CUT, houve uma marcha de Campinas a São Paulo, em negociação com o governo. Na época, surgiu a proposta de assentamento e de lá foram transportados já para a área onde eles seriam assentados”. (Entrevista com Nilcio, em 31/08/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

Na busca da recuperação e da manutenção das necessidades básicas para sobrevivência, uma parcela dessa população rural sem terra encontra sentido para reconstituir suas vidas por meio de um movimento social: o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), representado pelos seus líderes por meio de suas práticas sociais e estratégias de luta, que se caracteriza pela ocupação, pela resistência e pelo assentamento das famílias em terras devolutas ou propriedades consideradas improdutivas pelo Movimento e desapropriadas pelo governo, e que busca dar melhores condições de vida aos expropriados e espoliados pela territorialização do capital, com a formação de assentamentos rurais por todo o Brasil.

É nesse contexto, marcado pela reorganização e pelo fortalecimento dos movimentos sociais, que se insere a História do Movimento dos Sem-Terra de Sumaré, que culminou com três assentamentos de terra e teve seu início nos primeiros anos da década de 80, sobretudo a partir de reuniões para reflexões bíblicas na Igreja Católica na Comunidade Nossa Senhora de Fátima, cujo Bairro leva o mesmo nome. “O início da organização começou no centro comunitário Nossa Senhora de Fátima, no ano de 1982”. (Fernandes, 1999:118).

As reflexões giravam em torno da conjuntura econômica e política pela qual passava o país. As discussões evoluíram para a construção de uma horta comunitária, o que permitiu, com o auxílio da igreja, formar o grupo de sem-terra, com o objetivo de conquistar terras para plantar e produzir.

Com a formação do grupo I dos sem-terra de Sumaré, foi possível, por meio de muitas negociações com o Estado, conquistar a terra definitiva no Horto Florestal de Sumaré, em Janeiro de 1984, de propriedade da Fepasa. Nesse processo de luta, nasceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Sumaré. (Fernandes, 1999:124)

A vitória incentivou outras famílias a se organizarem em torno da luta pela terra, e se formou o grupo de sem-terra II, que foi acampado nas terras do Horto Florestal Boa Vista, no dia dezessete de maio de 1985, mas foram despejados por meio de uma ordem judicial. As famílias que compunham o grupo II acamparam em uma avenida próxima e continuaram as negociações, que finalmente resultaram no assentamento do Horto Florestal de Sumaré. (Fernandes, 1999:126)

Assim, o grupo dos sem-terra III, que se assentou em Porto Feliz em dezenove de março de 1986 com 124 famílias, cuja formação se dá pelo desdobramento dos grupos I e II**,** são considerados os mais antigos do Estado de São Paulo**.** É esse grupo III de homens e mulheres, foco do nosso olhar, que, devido às características já destacadas, permite-nos pensar no processo de ocupação e assentamento sob o prisma da diversidade espacial, advinda das alterações ocorridas nos diferentes momentos da luta pela terra.Durante o desenvolvimento da luta do grupo II, germinava o grupo III. As famílias começaram a se reunir em Abril de 1985. Neste ano a campanha da fraternidade trabalhava com o tema da fome: Pão para quem tem fome, e o governo federal decretava o Plano Nacional de Reforma Agrária. Se, por um lado, o tema da campanha da fraternidade ajudava nas reuniões das comunidades para a reflexão e organização dos trabalhadores, por outro lado, o Plano, no qual os trabalhadores não tinham nenhum crédito, serviu como argumento ao Estado para que os trabalhadores aguardassem a aprovação dos Planos Regionais de Reforma Agrária para a desapropriação de terras e realização dos assentamentos. (MST, 2005:05).

A maioria das pessoas como Miltão, D. Ana Maria, Mario, Francisco, Wilson e outros, que participaram do processo de ocupação e assentamento do grupo dos sem-terra III tem como ponto de referência as primeiras conversas na Comunidade Nossa Senhora

de Fátima, que fica no município de Sumaré, na Região de Campinas, no interior do Estado de São Paulo.

Fernandes (1999), afirma que (na Comunidade Nossa senhora de Fátima); “a grande maioria das famílias que vivia nessa comunidade era de trabalhadores rurais que haviam migrado para a cidade, expropriados, expulsos. Muitos deles, depois de passarem por uma breve experiência como proletariados, estavam desempregados”. (Fernandes, 1999:118)

Essa comunidade teve início com as reuniões feitas por volta de 1982, nas quais os moradores do bairro de mesmo nome encontravam-se com as lideranças de amigos do bairro no salão da Igreja Nossa Senhora de Fátima. Desses encontros, resultaram ações coletivas, como o desenvolvimento de hortas comunitárias em conjunto com as comunidades vizinhas e a organização de abaixo-assinados para requerimento de infra-estrutura. (Tarelho, 1988:124)

A partir de 1985, os integrantes do grupo sem-terra III passaram a participar das reuniões na comunidade, com a duração aproximada de oito meses. A comunidade tornou-se, para os integrantes do processo de assentamento, um espaço interativo de trocas de experiências e aprendizagens entre os trabalhadores sem-terra, momento em que se reuniam para conversar, contar histórias, decidir sobre qualquer assunto**,** mas, principalmente, direcionar as ações visando organizar as práticas sociais e as estratégias de luta para a conquista da terra**.** Nas entrevistas (com os assentados) que colhemos junto aos participantes do processo de assentamento, encontramos exemplos que demonstram a importância desses encontros.

A entrevistada D.Ana Maria é chefe da família, organiza o plantio, a colheita, e participou de toda trajetória, desde a ocupação até os dias atuais, passando por acampamentos e caminhadas. Ao contrário de outras assentadas, que tomaram a frente da

família com a ausência do marido, ela é casada e mãe de dez filhos. Em suas falas, percebe-se que vários assentados passaram pelas reuniões da Comunidade Nossa Senhora de Fátima.

> *Eu participei oito meis nos dias de domingo das oito às onze. (...) Eles procurava se alguém se interessava dum pedaço de terra, de chão. Que era se interessava de pranta uns falava de prantá abacate outros de prantá limão. Ih!! A gente bataiou tudo junto, né? Só que as reunião a gente ia, né, sempre nos dia de domingo, era corrido tamém. Ah!!! passei muita coisa, mas eu não lembro muito não. Eu ia com a cabeça quente e deixava meus meninos sozinhos, era tudo pequeno, deixava a semana inteira, eu lembro dia de domingo, assim que saía, eu acho que as minhas vizinhas dizia: essa mulher só vive na rua, (risos) só sabe quem luta, né? (Entrevista com D. Ana Maria, em 10/12/2005, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Miltão foi uma liderança formada no processo de ocupação, e que, aos poucos, foi construindo sua opinião sobre a Reforma Agrária, pensando sempre no seu processo. Sua fala leva sempre para a reflexão sobre a luta da terra, ressaltando o papel da Igreja e da via comunitária. Reconstituindo sua trajetória de vida, temos aí um homem que por meio da Igreja, pela via comunitária, um homem que já tinha sido conselheiro do sindicato dos metalúrgicos de Osasco, em São Paulo, mas que é, sobretudo, ligado à Igreja Católica.

Fica bem claro em sua fala que, devido a esses contatos, foi para a luta da terra, participando das primeiras ocupações do acampamento de Sumaré II, quando se envolveu nos dois despejos sofridos pelos sem-terra II. Além disso, foi um dos militantes que cadastrou as famílias, passando de casa em casa para convencer as pessoas a participarem do acampamento dos sem-terra III.

Em sua caminhada, Miltão encontrou com Juversino, coordenador da Igreja Católica e Presidente da Associação de Amigos do Bairro da Comunidade Nossa Senhora de Fátima, pessoa que, segundo o líder Miltão, lhe proporcionou um grande aprendizado político.

> *Lá tinha o Juversino, que era quem fazia coordenação da (...) nós tinha uma associação de amigos de Bairro. Juversino era o coordenador da Igreja, das igrejas lá, eu fazia parte da direção de todas as igrejas e ele era presidente da Associação de Amigos do bairro e, através dele, eu (...) pra onde ele ia eu ia tamém: Rosalém, Sumaré, Nova Veneza, pra onde ele ia. Foi lá que eu aprendi, foi um homem que morreu o ano trasado, mas eu devo muito isso pra ele, de tudo que eu aprendi, Juversino foi muito importante nessa trajetória minha aí, foi um dos fundadores da caminhada. (Entrevista com Miltão, em 26/11/2005, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Para Miltão, o MST e a luta pela Reforma Agrária estão em primeiro lugar. Desde o momento das primeiras ocupações em Sumaré, o entrevistado envolveu-se com os políticos e com os padres locais devido à sua atuação na Igreja, o que lhe possibilitou o engajamento na proposta coletiva e morar na agrovila. Ser proprietário de terra para esse assentado tem uma dimensão de luta contra o sistema vigente, ponto de partida para uma sociedade mais justa, ou seja, uma transformação social.

De acordo com os depoimentos coletados, percebe-se que, a partir do momento em que os sem-terra passam a freqüentar as reuniões da comunidade Nossa Senhora de Fátima e se organizam para as ocupações de terras, inicia-se um processo de resignificação de suas identidades pregressas, gerando um conflito cultural.

É um momento em que o indivíduo começa a questionar seus valores e a pensar em se fazer forte dentro do coletivo. No caso específico da comunidade Nossa Senhora de Fátima, os questionamentos e as escolhas passavam por essa relação entre os valores individuais, trazidos pelos trabalhadores sem-terra, e as decisões coletivas de organização.

Um momento que demonstra esse processo de resignificação foi quando os trabalhadores tiveram que decidir se iam para o assentamento, para morar no espaço da agrovila, ou se fariam parte do grupo que moraria no espaço dos individuais. Percebemos, porém, que não podemos analisar esse momento como um momento de

ruptura, mas como um momento de construção de novos espaços de socialização e de resistência.

Na luta pelo poder, destacam-se também as atuações dos representantes, dos líderes e dos trabalhadores que possuem mais habilidade, mais traquejo político, devido às atuações anteriores em movimentos políticos. O Wilson, por exemplo, é um dos que mais tiveram acesso à educação escolar entre os entrevistados (estudou até a 7ª série), seus pais eram oriundos da cidade de Suzanápolis, no interior de São Paulo, meeiros, plantadores de soja e de café. O entrevistado é nascido em Jales, no interior de São Paulo. Ao discorrer sobre o motivo que o levou a lutar por um pedaço de terra, o senhor Wilson faz as seguintes considerações: "é porque o desemprego naquela época era muito grande. Então, nóis achava, eu achava que fui nascido na roça, criado na roça, que na roça eu ia adquiri alguma coisa e eu consegui isso daí". (Entrevista com Wilson, em 18/12/2005, realizada por Amauri T. B. Nogueira).

Percebemos, no decorrer da entrevista, que seu discurso é bem elaborado, e sua trajetória de vida/trabalho é marcada pelo projeto de ser proprietário de terra. Provavelmente, foi por meio de suas experiências de lutas anteriores pela terra que ele se tornou um dos líderes do grupo dos individuais**.**

> *Ah!! Eu morava em Pereira Barreto lá perto de Jales, o lugar que eu me formei até os vinte e um anos. Aí me casei, fui embora pro Mato Grosso a fim de pegar terra do Incra. Cheguei lá era muito difícil, não conseguia, fui tocá roça à meia. Morava no Mato Grosso mesmo. Do Mato Grosso, eu mudei pro Paraguai, tocá café à meia. Toquei café à meia lá quatro anos. Nesse intervalo, deu uma geada muito grande em 75, aí morreu o café todo, aí tinha que forma? De novo eu desisti. Aí que eu voltei pro Mato Grosso. Fui tocá terra, roça de lavoura branca, fui tocá soja, amendoim, milho, arroz, feijão. Daí ninguém arrendava terra pra gente, aí eu mudei pra cidade de Nova Odessa, pra trabaiá de carpinteiro. Nisso surgiu os grupo dos sem-terra a consegui pegá terra do governo. Nisso nóis acho, pela leis, que a gente tinha direito que quem trabaiasse numa terra tinha o direito de usa ela, era dono. E assim fomo fazer a luta dos sem-terra, e conseguimos,*

graças a Deus. (Entrevista com Wilson, em 18/12/2005, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

O senhor Wilson revela-se um homem experimentado pela vida, como todos os outros entrevistados, mas, embora seu objetivo fosse comum aos outros companheiros (lutar por um pedaço de chão) distinguia-se no uso da terra, a qual, para o entrevistado, era mais um meio de aumentar a sua renda.

A casa do Wilson assemelha-se a uma casa de campo, muito bem acabada, uma das mais bonitas do assentamento e, do lado esquerdo dela, encontra-se uma outra casa, na qual mora uma família, similar à de um caseiro.

Foto 03: Conquista

Foto 03: Wilson com seu neto em frente sua residência
Fonte: Amauri T. B. Nogueira, em 18/12/2005.

Nas reuniões, os conflitos vão surgindo e definindo o lugar de cada integrante no processo de ocupação. Segundo o depoimento do Wilson, as discussões, feitas na

Comunidade, tinham como um dos objetivos definir a formação e a organização do futuro Assentamento.

> *Tinha todas elas as discussão de trabaiá junto, que eu era um dos contra de ir trabaiá junto (...). Havia muitas discussões porque eles queria morá na agrovila, ficar muito embolado, eu era contra porque eu já conhecia o Incra, e no Incra era separado, cada um tinha seu terreno e morava longe do outro, e quinhentos, duzentos metros, então, eu acharia daquele jeito era o melhor do que junto, eu achava difícil, inclusive eu tô hoje separado e muito bem, graças a Deus. (Entrevista com Wilson em 18/12/2005, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

A ação política dos integrantes traz à tona as discussões entre direito e diferença e dá o caráter de identidade com o grupo desejado. Essa práxis existencial na luta pelo reconhecimento, que flui por meio de imagens, idéias e ações, entra na prática e promove a união dos integrantes dos grupos coletivos/individuais. Os sujeitos sociais começam a se instrumentalizar com outras categorias de análise que vão incorporando no processo de construção de suas ações durante esse processo; vão reconhecendo outros interlocutores e ampliando suas visões políticas.

Considerando que os sem-terra III tiveram como principal espaço de organização a Comunidade Nossa Senhora de Fátima, esta se tornou um espaço de ação política, lugar que possibilitava estabelecer práticas sociais inovadoras (como se fazer reuniões, organizar-se em grupo, negociar com instituições, lutar, reivindicar seus direitos); é o momento de como fazer, experimentando no cotidiano do grupo as estratégias de luta (caminhadas, assembléias, formação de comissões distintas), um momento das ações efetivas.

A comunidade é o primeiro espaço de resistência. Percebe-se que as estratégias e práticas expressavam para esse grupo, sob a ótica de união, o (re)encontro com seus iguais (desempregados com objetivos semelhantes). Nesses encontros, por meio de reuniões, incluíam-se as trocas de experiências e o saber fazer da concepção da

Comunidade Eclesial de Base, o que permitia uma interação entre os participantes, possibilitando um reconhecimento do outro como seu companheiro de luta. Com isso, a condição de sem-terra reforçava a idéia de coletividade, necessária para a luta social.

Com as condições amadurecendo, as reuniões foram produzindo frutos. Motivados pelas vitórias dos grupos de sem-terra I e II, os sem-terra do grupo III resolveram fazer a primeira ocupação, que se deu no Instituto de Zootecnia do Governo de São Paulo, no Município de Nova Odessa.“Em outras palavras, o acampamento, tal como a ocupação, não é simplesmente um ato impulsivo, mas antes uma demonstração de perspicácia, força, união e determinação”. (Tarelho, 1988:188)

Nesse acampamento, os sem-terra permaneceram de dois até doze do novembro de 1985, período em que foram plantando verduras como estratégia de resistência, ao mesmo tempo em que iam negociando com as autoridades um local para assentar as quinhentas pessoas do grupo.

A entrada no Instituto se deu na madrugada do dia dois de novembro, depois de uma reunião no salão Paroquial da Igreja, em Sumaré, na qual os sem-terra organizaram-se para a ocupação. No depoimento do Wilson, podemos perceber que a intenção do grupo III era de ganhar visibilidade:

> *Eu fui junto nesse acampamento lá no Instituto de Zootecnia de Nova Odessa, porque era uma terra do Estado, era o nosso trunfo, de nóis consegui a terra. Primeiro faze esta luta aí que nóis sabia o que que ia dá mais ou menos. Aí ficamos lá doze dias. (Entrevista com Wilson em 18/12/2005, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Segundo Tarelho (1988), que estudou a formação e a organização do MST de Sumaré, lugar do qual surgiram os sem-terra do grupo III, a ocupação não é uma atitude espontânea, é resultante da ação dos próprios trabalhadores que, diante do descaso do

Estado são obrigados a se utilizar da alternativa que lhes resta. Sendo assim, a ocupação é cuidadosamente planejada, fruto de um aprendizado político.

Em uma matéria do jornal Correio Popular, de Campinas, publicado no dia 12 de novembro de 1985, descreve-se o momento tenso entre os sem-terra e os policiais, que apresentavam um mandado judicial requisitando uma força policial para a retirada dos ocupantes do Instituto.

> *Dois dias após a ocupação, o juiz Gastão Hilst, da 2ª Vara Civil do Tribunal de Justiça de Americana concedeu liminar à ação de reintegração de posse impetrada pela Procuradoria Geral do Estado, determinou que os invasores abandonassem as terras em vinte e quatro horas. Diante deste fato, os Sem-Terra formaram uma comissão para negociar com as autoridades. (Jornal Correio Popular. Sem-Terra têm que sair hoje de área do Estado. Campinas, 11 de novembro de 1985, p.04)*

No Instituto, os sem-terra III ficaram pouco tempo, aproximadamente quinze dias, durante os quais fizeram várias reuniões para decidirem sobre a melhor saída para o impasse que se punha devido à reintegração de posse impetrada pelo Instituto. Algumas famílias do grupo não queriam sair do Instituto com receio de não terem para onde voltar.

A liminar judicial determinava a reintegração de posse para o Governo do Estado, sob o protesto e a resistência do grupo dos sem-terra III. Com o envolvimento dos agentes representantes, os integrantes resolveram deixar o local: “No início o pessoal resistiu muito, aí depois a gente chegou num senso, era polícia, e a gente num tinha poder, a gente saiu amigavelmente”. (Entrevista com Idarlei, em 26/11/2005, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

O jornal Correio Popular, de Campinas, destaca em sua matéria a saída pacífica dos sem-terra:

> *Adiantando-se os Sem-Terra III, como haviam prometido ao secretário Nelson Mancini Nicolau, da Agricultura, abandonaram as terras do Instituto de forma pacífica. Às 22 horas de segunda-feira, véspera do prazo de seis dias concedido*

> *pela Secretaria Estadual da Agricultura, eles já estavam instalados no Trevo da Bosch, a mais de 30 quilômetros de Nova Odessa. (Jornal Correio Popular. Justiça ordena que Sem-Terra abandonem trevo. Campinas, 21 de novembro de 1985, p.08)*

Se a saída foi pacífica, os conflitos, as discordâncias intensificaram-se, e inicia-se uma divisão no grupo dos sem-terra III. As pessoas que queriam ficar na agrovila permaneceram, sob orientação do grupo dos coletivos que foi se formando, ou seja, da comissão de dezoito integrantes e representavam as famílias que desejavam morar na agrovila e que resolviam os problemas relativos ao processo de ocupação e representava os sem-terra em negociações com outros setores organizados; e as pessoas que discordaram iniciaram discussões para se agruparem em defesa dos que passaram a ser chamados de individuais um grupo de dezesseis famílias.

No dia marcado, o grupo chega ao Trevo da Bosch (Rodovia Anhangüera), em Campinas, local em que os conflitos surgidos durante as reuniões na Comunidade Nossa Senhora de Fátima e no acampamento do Instituto de Zootecnia de Nova Odessa se acentuam.

A escolha do Trevo da Bosch foi estratégica para os assentados, porque, segundo vários entrevistados, o lugar dava visibilidade nacional.

> *De lá [Instituto de Zootecnia]**,** nóis foi despejada, e nóis foi pro trevo da Bosch, que era um ponto estratégico do mundo, não era do Brasil, do mundo, era todo mundo via nóis lá (risos). Ai nóis conseguimo o que nóis queria, assim, lutando, mas depois de seis meses. (Entrevista com Wilson, em 18/12/2005, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Segundo Stédile (1999), “a ocupação é uma forma de luta contundente, não deixa ninguém ficar em cima do muro, obriga todos os setores da sociedade a dizerem se são a favor ou contra. Não há, enfim, oportunidade para escamotear o problema social” (Stédile, 1999:113). A ocupação é um ato político, de intervenção, dá visibilidade aos sem-terra e produz, em última instância, um reconhecimento social. Nesse sentido, para

Abramovay, (1985) o acampamento não é apenas o produto da revolta e do desespero. Ao contrário, a decisão de acampar supõe grande maturidade política, organização, coesão, disciplina e, sobretudo, fé e esperança. O acampamento não é um aglomerado disforme de gente que não tem mais nada a perder. Ele é, isto sim, a expressão organizada da miséria, mas também da convicção de que a vitória sobre a fome e a pobreza seja possível. São formas inéditas de manifestação dos movimentos sociais de luta pela terra.

Tarelho (1988:181) afirma que a ocupação é antes de qualquer coisa uma denúncia social, que, em primeiro lugar, denuncia a pobreza, a miséria do lavrador e do povo brasileiro. Em segundo lugar, denuncia a estrutura agrária vigente. As ocupações colocam a nu essa estrutura, a indiferença do Estado perante a miséria desses trabalhadores e a demagogia em relação à reforma agrária.

O jornal Correio Popular, em matéria com o título "Sem-Terra ocupa agora área da Dersa", aponta a chegada ao trevo da Bosch.

> *As cerca de 500 pessoas do grupo Sem-terra III, que ocupavam terras do Instituto de Zootecnia em Nova Odessa, estão agora acampadas, desde a noite de anteontem, às margens da rodovia Anhangüera, em Campinas, no Trevo da Bosch, em terras do Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. O proprietário das terras ocupadas até ontem não havia definido que posição será tomada diante do fato. (Jornal Correio Popular. Sem-Terra ocupam agora a área da Dersa. Campinas, 13 de novembro de 1985, p.06)*

Os sem-terra do grupo III tiveram duas caminhadas, sendo uma no interior de Campinas para o lançamento da Campanha da Fraternidade "Terra de Deus - Terra de irmãos, para alimentação". Segundo alguns depoimentos colhidos junto aos assentados, a igreja estava cheia nesse dia. Todos os entrevistados destacaram o auxílio dos padres, dos alunos e dos professores da PUCCAMP e da UNICAMP. Foram auxílios importantes para a concretização da conquista da terra. "Teve vários deputados, teve muita gente que

contribuiu as professoras das universidades, nos tava perto da UNICAMP e PUCCAMP. (Entrevista com Miltão, em 26/11/2005, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

A campanha possibilitou a ampliação das redes sociais e o amadurecimento da segunda caminhada até São Paulo.

De acordo com Pinto et al, (s/d), as intenções da caminhada ficaram assim definidas:

- Sensibilizar a opinião pública quanto ao problema dos Sem-Terra no Estado de São Paulo;

- demarcar o projeto de reforma agrária da Nova República;

- conseguir terras para os acampados da região de Campinas.

Nesse processo, o grupo formado por dezesseis famílias, conhecido como os individuais, se origina no acampamento para defender os interesses dos individuais para se organizar e se inserir na formação da ocupação e ganhar reconhecimento frente ao grupo dos coletivos. Nas assembléias e nas reuniões, o grupo dos individuais procura marcar sua presença, aprofundando, assim, as diferenças entre os dois grupos e disputando forças no interior do acampamento. Durante esse período, havia reuniões, missas e assembléias, e os sem-terra III, ajudavam a fazer outras ocupações para o grupo IV, que iniciava a luta pela terra.

> *Ajuntava umas cinco mulher. Então umas lavava louça, outras escolhia o feijão e outros ia caçar lenha, se virava, outras lavava panela, outros punha água era isso. Era um grupo até animado sabe.Em vista desses assentamentos que teve aqui pelo amor de Deus. A gente ajuntava tudo numa panela só. (Entrevista realizada com D. Ana Maria, em 10/12/2005, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

> *Os homens uns batia na enxada, outros ficava lá parado olhando. Tinha outros sai pra fazer reunião, fora, outros saia nas comunidade, pedi alimento para ele arrecadar. As pessoas dizia que não, no final do mês eu vou junta. Depois eles traziam*

> *ou outra ora eles ligava e mandava a gente ir lá buscar. (Entrevista realizada com D. Ana Maria, em 10/12/2005, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Entretanto, no embate político, o grupo dos individuais estava fragilizado, pois os representantes (a Igreja e os partidos políticos) não os reconheciam como interlocutores do grupo dos sem-terra III, o que, contudo, não os desanimou, uma vez que os conflitos eram remediados em nome de uma causa maior, a luta pela terra. A partir daí, se intensificou a discordância de representações sobre como seria a organização do espaço futuro.

Nas análises das entrevistas, podemos entender que as discussões eram francas e abertas, ninguém foi enganado sobre as condições em que iriam para a terra, em que lugares iriam morar (agrovila/individuais), as condições de infra-estrutura (água, luz e transporte) ou sobre o acesso aos bens de serviço (educação, saúde, lazer, barracões de armazenamento, associação e outros).

> *Desde lá que nos viemos divididos, a primeira conquista era conquistar a terra. Mas dentro do acampamento, já havia aquelas pessoas que tinha idéia, de não querer agrovila uns queriam agrovila um queria associação outros não queriam associação, desde lá que nos viemos decidido. Então nós vamos o seguinte, chegar lá quem quer agrovila vai pro agrovila e quem não quiser nos vamos independente nos não sabemos nem onde estamos indo. Nós não vamos ir pra uma terra pra ter mais uma frustração. Já viemos pra terra porque nos tivemos uma frustração de desemprego de seca no nordeste, nos temos muito nordestino aqui dentro. Então nós viemos com essa decisão de lá, pra acerta. Quando chega lá vai ter associação, tem gente que vai fazer parte, da associação tem gente que vai fazer parte, tem gente quer ir pro agrovila, tem gente que não vai fazer parte. Quem não quer não faz parte de uma coisa nem de outra. Desde la já veio decidido. (Entrevista realizada com Miltão, em 26/11/2005, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

A fala a seguir demonstra que houve debates intensos sobre os assuntos abordados nas reuniões do acampamento entre coletivo e individuais, de forma aberta e franca, em

que os envolvidos puderam se posicionar sobre o que era melhor para eles e para o seu grupo:

> *Eu fazia parte do grupo menor, que era o grupo do individual. A gente lutava pá sê individual, que achava que era o certo, e os outro queria trabalhá junto, achava que era melhor, hoje eles não acham, nóis tamo aqui do jeito que nóis queria e os que tão junto num ta contente. Então, lá tinha muita reunião sobre isso. Eu sempre fui do lado do individual. (...) A discussão era aberta, mais tinha gente que queria controla a cabeça da gente, então a gente ia contra eles. Essa turma que era individual, nóis era o grupo menor, era individual; os outros era comunitário queria dobra a gente. (Entrevista com Wilson, em 18/12/2005, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

A segunda caminhada feita pelos sem-terra III para São Paulo, andando quatro dias durante o mês de março, percorrendo aproximadamente cem quilômetros, tornou-se um marco para as organizações futuras do MST e produziu a conquista definitiva da terra. No depoimento de D. Ana Maria, pudemos perceber como se deu a caminhada:

> *Explicava que era uma caminhada longa, né, que tinha que passá em muitos perigos, por lugar perigoso com criançada, né, e remédio pra leva. Ich!! Era um monte de coisa pra gente se arrumá, levar roupa limpa pra ficar uns dois dia, né? (...) Nóis saímos era umas seis horas da manhã, né.? Nóis foi a pé, andando de a pé, depois vinha um ônibus, né? A gente já tinha programado um ônibus e um caminhão pra levá água e comida e tinha uma perua Kombi, pra ir levar, fazer entrega de comida no ponto pra nóis. Nóis dormia nos centro comunitário, né, procurava as comunidades pra gente dormi e posá e tomar um banho e no outro dia pegá a linha. É o meu menino, nóis tava andando de a pé, né, e passou esse ônibus que vai para São Paulo, cumé?(Cometa) Então, daí eles jogaram uma garrafa branca no pé do meu menino, ele ficou sem güentá andá e a garrafa quebrou e entrou caco de vidro no pé. Então, daí tinha a Dersa, aí a Dersa parou e procurou quem era a mãe do menino meu, né, eu tava mais atrás, daí eles falaram assim: o que a senhora quer que faça. Eu, ah!! Falei: primeiramente, tinha que passar ele pelo médico pra ver se tem caco de vidro lá dentro, se machucou, aí machucou um pouco o pé do menino, ficou ruim, teve que enfaixar, daí eles falaram: não, nós vamos programa, liga lá na outra parada do ônibus, né? Aí a gente liga lá pra eles segura o ônibus lá. Aí seguram o ônibus lá. Aí quando nóis cheguemos lá, ai eles teve que pago o médico e fazer curativo e ranca os cacos de vidro que tava pregado. (Entrevista com D. Ana Maria, em10/12/2005, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Após a chegada da caminhada de São Paulo, de volta para o trevo da Bosch em Campinas os trabalhadores sem-terra III receberam a notícia da liberação da Fazenda Jupira, no município de Porto Feliz, para a realização do assentamento. Escolheram, então, um grupo de pessoas e foram a Porto Feliz, onde haviam descoberto uma área de terras que, na visão do grupo, poderia ser destinada para fins de assentamento. A área possuía 225 ha. A partir de então passaram a pedir apoio a organizações, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade, que, em conjunto com a SEAF (Secretaria de Assuntos Fundiários), forma uma conjunção de forças e consegue ampliar a área de ocupação para mais 800 ha. para a execução do assentamento. Nessa conformação, com as famílias envolvidas no processo de ocupação, montaram uma comissão de vinte famílias para negociar a efetivação do assentamento na área ocupada.

> *Foi então instaurada uma comissão de seleção nos moldes da lei nº 4.857 de 1985 que na época ainda era projeto de lei para selecionar 20 famílias, incluindo o grupo que havia invadido a área, para participar do assentamento foram transferidas para Porto Feliz e passaram por um processo de seleção onde foram verificados somente os critérios excludentes. Participaram dessa seleção, o IAF, a FETANSP e representantes dos acampados e foram selecionadas 96 famílias para participarem do Assentamento de Porto Feliz. (ITESP, 1991:02)*

Semelhantes práticas têm no seu centro a resistência, sempre focando a união do coletivo, buscando referências de identidades, noções de pertencimento ao grupo. Pensar essas ações como incorporadoras de elementos democráticos é pensar as estratégias, as práticas em processo sendo construídas no cotidiano da luta, por intermédio das participações dos integrantes que se expressam nas atitudes individuais e coletivas, revelando-se nas tensões, nos conflitos e, sobretudo, nas transformações destes.

As criações e recriações de elementos compreendem um repertório inovador e criativo de estratégias e práticas que têm sob suas ações a busca da reconversão

identitária desses sujeitos sociais. Construção histórica e cultural do camponês tradicional que se modifica por meio da trajetória de vida/trabalho dos sujeitos envolvidos no processo e que é permeada pelas práticas sociais e estratégias de luta implementadas durante o período de acampamentos.

Segundo Martins (2002), o camponês inserido nas comunidades tradicionais, fundamenta sua vida social por meio de relações de família nuclear. Para o camponês a família, é quase sempre extensa, constituída por varias gerações, que vivem muitas vezes próximas no mesmo espaço é formada por relações de vizinhanças, na comunidade, no bairro rural, no povoado, no patrimônio, na rua. Nesse sentido expressam uma teia de relações parentais. Martins observa que o operário faz parte do corpo coletivo social pela formação do vínculo com o trabalho, um corpo abstrato, contratual, que se dissolve com a perda do emprego e que é a produção que faz do operário membro de sua classe e não o nascimento e o pertencimento natural, e que a consciência camponesa se expressa na pessoa. (Martins, 2002:75).

> *A consciência do camponês expressa a consciência da pessoa, que é extensão da família e da comunidade e dos laços comunitários. É mais uma consciência afetiva de pertencimento a um sujeito coletivo real, um corpo natural de que faz parte desde sempre, desde o nascimento (Martins, 2002:75)*

As ações dos representantes e dos líderes são ações antecipadas por concepções de mundo carregadas de utopia que cada segmento faz do processo de ocupação. Tais segmentos, que pensam para além do processo de ocupação, estão trabalhando para a Reforma Agrária na perspectiva de uma sociedade, segundo as suas lideranças, mais justa e menos desigual. Mas, no cotidiano da luta, por meio das experiências vividas, dos conflitos e das tensões entre os integrantes dos grupos, as ações são (re)elaboradas.

A fase do acampamento é uma fase importante para todos os envolvidos no processo de ocupação. Percebe-se, pelos depoimentos coletados, que este se torna o lugar

das experiências, de coletividades, de conflitos, de tensões e de alianças entre os companheiros. Esse espaço marcado pelo conflito é, também, sobretudo nesse período, o lugar de configuração de uma nova territorialização, de uma nova sociabilidade que traz no seu bojo esperanças e sonhos de um mundo melhor.

Segundo Fernandes (2001:54-55), o acampamento é o lugar de mobilização constante que envolve três dimensões no espaço de socialização política: a) de espaço de luta e resistência; b) espaço interativo, ou seja, trocas de experiências no conhecimento das trajetórias de vida e construção de identidade dos sem-terra; c) espaço comunicativo, o momento da apresentação, do conhecer-se e da definição de objetivos.

Na trajetória dos assentados desde a comunidade Nossa Senhora de Fátima, passando por dois acampamentos, percebemos que o capital social e cultural está imbricado com a luta pelo poder, por meio das mediações propostas pelos representantes, o que obriga a construção de novas relações por meio de práticas e estratégias, permitindo a incorporação de novos saberes. Ao mesmo tempo, os grupos se esforçam para se constituir como detentor desse capital social e cultural, ou seja, tudo que, para esses sujeitos, apresentava-se como fatos novos teve que ser construído a partir do acúmulo de experiências que foram surgindo no cotidiano da luta social**.**

Essa noção de capital social e cultural, que apresentamos sob a ótica da construção por meio da experiência dos sujeitos sociais no contexto sociocultural e na luta coletiva dos assentados, é amparada em Bourdieu (1989:28-29). O referido autor destaca que o campo de forças no qual se disputam os capitais, sejam sociais, culturais, políticos ou econômicos, torna-se um campo de poder, ou seja conjunto de relações sociais em que a luta, o conflito, amplia-se, flexibiliza-se, deixando de ser parte exclusiva da estrutura econômica, cujas diferenças sociais permanecem e cujos concorrentes se misturam, interpenetram-se, adaptam-se às realidades dos micros campos por meio do

habitus, em que se adquire e se utiliza do capital específico e produz ou reproduz as relações de força que nos permitem pensar os conflitos estabelecidos na formação dos grupos coletivos/individuais mediatizados pelos representantes. Bourdieu afirma que:

> *O campo de poder as relações de forças entre as posições sociais que garantem aos ocupantes um quantum suficiente de força social, ou de capital de modo que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder, entre as quais possuem uma dimensão capital as que têm por finalidade a definição da forma legítma de poder. (Bourdieu, 1989:28-29)*

Assim, as estratégias e práticas surgem como resistência e contraponto para a construção de uma nova sociabilidade, pautada nas ações coletivas, sejam elas para a reivindicação de créditos junto a instituições bancárias, para festas, colheitas, plantio ou outras formas de se organizarem, uma vez que os grupos não as utilizam apenas para marcar sua identidade coletiva, mas também para recuperar a independência de fazer suas próprias escolhas. "No seio de algumas das mais infernais situações dos últimos séculos, os cientistas sociais têm se deparado com projetos indômitos (altivos) de reconstrução coletiva". (Sahlins, 1997:56)

No dia dezenove de março de mil novecentos e oitenta e seis, os membros da comissão ratificaram, em nome de todo o grupo dos Sem-Terra III, a conquista do "pedaço de terra". Conquista esta que mudou para sempre a concepção de mundo dos envolvidos no processo de luta pela terra. A partir daí, deslocava-se o poder dos movimentos sociais relativos à busca de terra para as mãos dos próprios assentados, os quais descobrem não só que era possível lutar por um pedaço de terra e vencer, mas, especialmente, que nada se ganha, mas tudo se conquista por intermédio da luta e da negociação. Desta maneira, ganha sentido a afirmação de Stédile (1999) de que a ocupação é uma forma aglutinadora, não é um grito isolado. A lei só é aplicada quando existe iniciativa social, essa é a norma do direito. A lei vem depois do fato social, nunca

antes. O fato social na reforma agrária é a ocupação, as pessoas querem terra, para depois aplicar a lei. (Stédile, 1999:113-115)

Nos depoimentos a seguir, percebemos como a fala de cada sujeito está marcada pelas experiências de luta e o enriquecimento daí advindo. As falas do Sr. Wilson e do Sr. Idarlei revelam o fruto das estratégias e práticas desenvolvidas pelo grupo.

> *O que eu mais achei importante lá foi união do grupo inteiro antes de pegá a terra que lá o pessoal parecia que tinha união mesmo, a união era muito grande. Todos eles (dos dois grupos coletivos/individuais) e chegô na terra foi diferente um pouco, chegou aqui os comunitários queria mandá em tudo. Nóis num veio aqui pra manda em nóis, pra mandá nóis ir trabalhá na fábrica pra lá em firma. (Entrevista com Wilson, em 18/12/2005, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

> *É foi assim a preparação do pessoal que num tinha costume de se reuni junto, convivê, que a gente ficou lá por seis meses junto. Isso foi a maior marcação que a gente tem. (Entrevista realizada com Idarlei, em 26/11/2005 realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Segundo Gonçalves (2005:134), o acampamento surge como a possibilidade para os sem-terra de se (re)enraizarem, é um lugar de transição para o rural, lugar de muitas possibilidades, realizações e transformações.

O que se percebe é que o momento de acampamento do Trevo da Bosch foi uma experiência fundamental na sociabilidade desses sujeitos e na construção de suas identidades. As experiências acumuladas nesse período promoveram, tanto no grupo dos individuais como no coletivo, elementos de mudança nas práticas sociais e estratégias de luta que transformaram também a maneira desses homens e mulheres agirem perante os obstáculos que passaram a enfrentar.

Nas reuniões, nas assembléias, nas caminhadas, nas preparações de cada grupo para os enfrentamentos, os sujeitos tiveram um relacionamento não mais com os seus parentes e compadres, mas com seus pares, mediados pelas redes sociais que

conseguiram formar e, devido a essas experiências, perceberam novas formas de ver a realidade.

> *Eu acho que foi a mudança, né, que nóis (...) Hoje tá cheio de caminhada do MST por a, pelo Brasil. Mas a primeira caminhada que tiveram foi a nossa, né? Fizemos de Campinas a São Paulo e foi a primeira caminhada tamém que deu conquista. Que nóis tá cheio de fazer caminhada por aí e não tá tendo mais conquista, mas, a nossa deu retorno. Porque nóis, com quinze dias que o governo do Franco Montoro. Ele prometeu que, com quinze dias, nóis fosse lá, nóis tinha retorno e aquela caminhada pra nóis deu retorno, foi a primeira coisa que eu vi foi isso aí. Que eu aprendi mais, que nóis não ganha as coisas dentro de casa dentro de barraco, nóis tem que ganha na rua, né, porque nóis não tem a mídia, quando tem a mídia às veis é até contra nóis mas nóis tem a rua pra divulga e nóis divulga muito bem, porque depois daquela caminhada já tiveram várias caminhadas do MST. Até outras (outros) é... movimentos fizeram caminhada por aí copiando a nossa, né, e nóis tivemos a conquista muito grande, então foi a mais importante coisa eu vi ali. Primeira coisa foi a nossa caminhada que nóis fizemos de Campinas, do trevo da Bosch ao Palácio Bandeirantes, que deu para nóis essa terra. (Entrevista com Miltão, em 26/11/2005, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

As estratégias e práticas vividas são as bases para outras formas de ações coletivas. Notamos que as experiências, desde as Reuniões na Comunidade Nossa Senhora de Fátima, passando pelos dois acampamentos, se tornaram referências espaciais construídas por intermédio da nova sociabilidade que se descortinou para esses sujeitos sociais. Os integrantes dos sem-terra III, por intermédio de ações coletivas como assembléias, caminhadas e pela formação de comissões de saúde, de segurança, de transporte, de educação e outras, redimensionaram os mecanismos de solidariedade entre eles. Os espaços mencionados configuram-se sob uma territorialidade transitória em busca de um espaço próprio, que é o assentamento.

Segundo Haesbaert, é possível identificar um território no movimento, ou pelo movimento. O território é ação, ritmo, dotado de expressão simbólica e carregado de significados.

> *Se o território hoje, mais do que nunca, é também movimento, ritmo, fluxo, rede, não se trata de um movimento qualquer, ou de um movimento de feições meramente funcionais: ele é também um movimento dotado de significado, de expressividade, isto é, que tem um significado determinado para quem o constrói e/ou quem dele usufrui. (Haesbaert, 2004:281)*

Entre as ações políticas estabelecidas pelos trabalhadores sem-terra, pelos líderes e pelos representantes, não se encontra uma recriação de uma prática camponesa tradicional, muito pelo contrário, as estratégias e práticas estudadas até o momento pressupõem a construção de um sujeito deslocado do mundo tradicional camponês. Ou seja, as reuniões, as assembléias e outras atividades coletivas emergindo como práticas cotidianas, na busca de uma solução não só para o grupo em questão, mas para a sociedade como um todo. Acrescenta-se a isso o fato de apresentar a reforma agrária como saída política e parte resolutiva dos problemas dos trabalhadores do campo e da cidade. Imprimindo um significado não só de contestação, de insatisfação momentânea, mas, sobretudo, uma manifestação contra o sistema vigente, na tentativa de aproximar os acampados das representações contestatórias em nível nacional e fazer com que os mesmos se reconheçam na identidade coletiva de sem-terra. Os sem-terra que buscavam terra no mundo rural saíram do campo e se infiltraram na cidade, suas ações ganharam novos contornos, deslocando as práticas tradicionais dos camponeses, municiando os mesmos com instrumentos reivindicatórios que os impregnam dos valores modernos.

Segundo Marques (2000), o embate entre a territorialidade camponesa por valores tradicionais, advindos de uma ética camponesa que apresenta a terra, o trabalho e a família como valores morais e categorias nucleantes intimamente relacionadas entre si tem como princípios organizadores centrais a honra, a hierarquia, a reciprocidade.

> *Além disso, ao se constatar que: A ética camponesa apresenta terra, trabalho e família, como valores morais e categorias nucleantes intimamente ligadas entre si e tem como princípios organizatórios centrais a honra, a hierarquia e a reciprocidade (...). A ordem social moderna é organizada pelo mercado e pelo*

> *princípio de competição, tendo como valores o indivíduo e a razão. Coerente com o reconhecimento da consciência e do conhecimento como atributos do indivíduo, a lógica moderna tem na noção de poder o equivalente funcional da idéia tradicional de ordem e hierarquia (...). A sociedade brasileira caracteriza-se por uma relação ora contraditória, ora complementar, entre as lógicas tradicional e moderna em todos os níveis. A hierarquia e o conteúdo moral das relações sociais convivem com a igualdade e a impessoalidade. (Marques, 2000:26)*

Justo (2005), a partir de seu trabalho sobre "os conflitos internos relativos à organização da vida coletiva, em um assentamento organizado pelo MST, no município de Irene, Estado de São Paulo", problematiza a noção de ethos camponês usada por Marques (2000) e outros autores. Justo (2005:219) argumenta que o "ethos camponês é objeto de disputa entre os assentados, que reivindicam entre si maior legitimidade como camponês e não como um elemento de aptidão", ou seja, "a noção de ethos tida como um determinante da permanência no assentamento cria-se uma situação, paradoxal; se o camponês traz consigo seu ethos, reforça-se uma visão comum aos meios de comunicação, por exemplo, de que só é possível ser novo camponês quem já era".

Embora o autor reconheça que o debate proposto por Marques (2000) permite criticar o MST, enquanto direção do movimento perde força ao estabelecer distinções no universo entre os "mais" e os "menos" camponeses. Nessa perspectiva, Justo (2005) apresenta o ethos camponês como construção dos próprios assentados.

> *O que não nega que no assentamento há oportunidade para se (re)constituir o ethos campesino e as relações não-capitalistas, pode-se dizer que quem entrou para a luta pela terra é camponês e que o ethos é algo a ser formado na prática e não algo a ser tomado como uma essência que uns têm outros não. Então a possibilidade de se adaptar à vida na terra estaria mais ligada a esta numa rede do que a aptidão para ser agricultor. (Justo, 2005:219)*

Numa sociedade marcada por essas contradições na constituição do território camponês, faz-se necessário trazer essas reflexões frente aos avanços da modernidade. Reflexões que, elaboradas a partir dessa leitura, permitiram-nos, até o momento, pensar

os valores camponeses sob a influência da modernidade, enquanto organizadores na construção do processo identitário. Sendo assim, as pesquisas nos levam a concluir que o grupo pesquisado até o momento revela-se impregnado de valores da modernidade e de traços relativos ao camponês tradicional que são definidores dos conflitos no interior das práticas sociais e estratégias de luta.

Em 19 de março de 1986, é firmada a assinatura da ata pela "Comissão de Seleção" (formada pelos assentados) e pela da Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários (SEAF) do Estado de São Paulo, que deu posse aos assentados. Durante a reunião, foi acordado entre as partes que:

> *1) Será feito um assentamento provisório dos acampados numa área destocada de 350 ha. no Horto de Jupira, no Município de Porto Feliz;*
> *2) A eventual ampliação do assentamento estará condicionada ao pleno aproveitamento da área provisória;*
> *3) Será assinado o termo de permissão de uso, para o assentamento;*
> *4) Os assentados se comprometem a manter efetiva moradia na área. (SEAF, 1986:04)*

Na implantação do assentamento provisório, serão cumpridos todos os requisitos da lei estadual 4.957/85[7] previstos, para a etapa experimental (SEAF, 1986:01). Com a assinatura da Ata e a certeza de que a terra estava conquistada, inicia-se um outro período na vida desses sujeitos.

O depoimento do Wilson ilustra esse momento:

> *Ah!! Representou uma vitória. Ah!! uma vitória muito grande, eu achava que era uma guerra, praticamente uma guerra naquele, tempo. Por que ganha terra do Estado não é fácil não. Eles promete e fala que faz, faz, e não faz é nada. Então a gente ganhô através de uma briga, e a briga para mim foi uma vitória, uai. Eu fiquei muito contente (...) O dia que nóis ganhô as terra foi dia dezenove de março de 86. Eles [os acampados no Trevo da Bosch] reagiram, quase num acreditaram no que tava acontecendo. Então eles acreditaram quando nóis mudo mesmo.*

[7] A lei Nº 4.957 é de 30 de Dezembro de 1985. Esta dispõe sobre planos públicos de valorização e aproveitamento dos recursos fundiários do Governo do Estado de São Paulo.

> *E ficaram muito contente também. (Entrevista com Wilson, em 18/12/2005, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

A assinatura da ata é a realização de um sonho, a materialização de práticas e estratégias e, por isso, carrega uma carga simbólica que ganha sentido e concreticidade na ação coletiva dos sujeitos. A conquista da terra se traduz no limite da arte da vida, ou seja, na capacidade inventiva, criativa, e tem como liame a subversão da vida, da miséria, da violência, realizando-se, fecundando-se, antes de qualquer coisa no Outro, no companheiro.

> *A gente compra uma terra, vai ser você. Se você mora no assentamento e você conquista uma terra já é diferente, sou eu e mais alguém, um grupo de pessoas que vai fazer parte do mesmo projeto. (Entrevista com Miltão, em 26.11.2005 realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Não é o outro, o intelectual simpatizante da luta, o fazendeiro, o coronel, o militar, o sindicalista, o padre, o pastor ou o militante político, mas o companheiro da beira da estrada, das noites a fio, sem cobertor, sem chão. E foi, isto sim, sobretudo a capacidade que estes sujeitos tiveram de pegar o destino "pela mão", ou seja, fazerem a sua própria história. A assinatura da ata enquanto um ato é processo, é relação, é construção, é resultado de uma conquista que se torna um momento de inflexão no universo simbólico desses sujeitos. Com a emergência do assentamento, os assentados passam então a procurar formas mais efetivas de organização, que não só os conservassem em grupo, mas também os representassem nas suas reivindicações e lhes desse maior visibilidade. As implicações que daí surgem é o que veremos com mais profundidade no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

A construção do espaço e as contradições entre o universo simbólico concebido e o vivido

Foto 04

Foto 04: Produção do coletivo
Assentados plantando verduras no coletivo
Fonte: Arquivos da Prefeitura de Porto Feliz, em 11/03/2005.

> *No começo, era o Topos. E o Topos indicava o mundo, pois era lugar; não estava em Deus, pois Deus não tem lugar e jamais o teve. E o Topos era o Logos, mas o Logos não era Deus, pois era o que tem lugar. O Topos, na verdade, era poucas coisas: a marca, a re-marca. Para marcar, houve traços, dos animais e de seus percursos; depois, sinais: um seixo, uma árvore, um galho quebrado, um cairn. As primeiras inscrições, os primeiros escritos. Por pouco que fosse, o Topos já era 'o homem'. Assim como o sílex seguro pela mão, como a vara erguida com boa ou má intenção. Ou a primeira palavra: o Topos era o Verbo; e algo mais: a ação, 'Am Anfang war die tat'. E algo menos: o lugar, dito e marcado, fixado. Assim, o verbo não se fez carne, mas lugar e não-lugar.* (*Léfèbvre, 1991:34)*

Analisar a construção socioespacial dos assentados no assentamento da fazenda Jupira, a partir de suas migrações, que se constituem na contradição social em que estes são inseridos, é de extrema relevância para compreendermos a nova sociabilidade, as práticas sociais e estratégias de luta e os conflitos daí advindos, em que as experiências ganham relevância na constituição do espaço social do assentamento.

As migrações os colocam de lugar a lugar, sendo que o ponto de partida é o lugar de origem, onde outrora mantinham relações básicas de família, sexo, parentesco e outros, mas, com o fluxo do movimento migratório, por causa da territorialização do capital cultural, econômico e político e dos conflitos daí advindos forjam os deslocamentos em escalas espaciais diferenciadas.

Becker (1997), em seu estudo sobre mobilidade espacial da população, afirma:

> *Os deslocamentos de populações em contextos variados e envolvendo ao longo do tempo escalas espaciais diferenciadas conferiam complexibilidade crescente ao conceito de mobilidade como expressão de organizações sociais, situações conjunturais e relações de trabalho particulares. A cada nova ordem mundial correspondeu uma nova ordem econômica com a emergência de novos fluxos demográficos. (Becker, 1997:319)*

Esses migrantes estão sempre ocupando o lugar do outro, estão quase chegando ao porto seguro, isto é, a um lugar definitivo em que possam fincar âncora e recomeçar sua vida com dignidade. Mas nunca chegam. As migrações forçadas impõem um momento

sempre passageiro, em que os laços de sociabilidade tornam-se frágeis, em decorrência da permanência efêmera em cada lugar, por isso eles estão sempre em trânsito, sem parada, estão sempre em movimento em direção a lugar nenhum, pois o lugar é sempre o do outro, ou seja, já está marcado, ligado, alcançado. Nesse sentido, a memória que carregam de lugares outros entra em conflito quando chegam ao assentamento definitivo e vislumbram a possibilidade de construírem, por meio de suas representações de mundo, suas práticas sociais e estratégias de luta. As relações socioespaciais que passam a se concretizar no assentamento não são mais de estrangeiros do lugar, mas fruto de uma trajetória de conquistas em que a história desses sujeitos sociais, vivenciadas no cotidiano da nova sociabilidade que se apresenta, propõe a reconstrução das utopias e restabelece um novo sentido de pertencimento.

Nas informações obtidas por intermédio das entrevistas e de documentos do ITESP (1991:06), percebe-se que os assentados da Fazenda Jupira passaram por um processo migratório em suas trajetórias de vida/trabalho até chegarem ao assentamento definitivo, podendo, em linhas gerais, ser descrito em fases distintas.

Uma primeira fase se dá quando esses camponeses resolvem sair do seu lugar de origem e tentar a sorte na “cidade grande”, lugar de estranhos. Estão buscando o mundo urbano, não foram procurar os meios de sobrevivência nos espaços rurais, cujas áreas lhes permitiriam uma adequação melhor pelo fato de terem experiências já acumuladas e uma maior facilidade de reproduzirem sua vida social pregressa, mas, ao contrário, foram em busca de melhores condições de vida nas cidades, na expectativa de reporem a perda dos meios de produção com trabalhos típicos dos meios urbanos.

A segunda fase é o desemprego, a perda do trabalho nas cidades e a difícil reposição no mercado de trabalho devido à baixa qualificação profissional. Nesse período, começa-se a pensar na volta para a terra, ou seja, em voltar para casa (terra natal

com trabalho na terra). Contudo, devido às redes de relações feitas entre vizinhos, parentes, igrejas e partidos políticos, passa-se a ser gestada também a idéia de luta pela terra, em que o assentamento surge como uma oportunidade de retomar o rumo perdido nas trajetórias de vida/trabalho, o momento de recuperar, refazer, reconstruir o sonho de trabalhar na terra.

A terceira fase é a de sair de si mesmos e perceberem que existem outros caminhos, alternativas, e vão encontrar no MST e nos segmentos afins (Igreja e Partidos Políticos) uma oportunidade de realização desse sonho. A partir daí, os trabalhadores rurais vão às reuniões, participam de assembléias, passeatas, ações promovidas pelos representantes. E, por fim, decidem ir para o acampamento, sofrerem as agruras de viver de idas e vindas num momento de incertezas, com um único objetivo: a conquista da terra.

A quarta fase é a mais dramática, pois representa um dilema para os assentados. Estes têm, enfim, seu pedaço de chão, mas precisam encarar a dura realidade de saber que os sonhos de trabalho e de consumo da cidade grande estão mais distantes. Geraldo (2002), ao estudar outros camponeses, em seu trabalho sobre o processo de ocupação da fazenda Boa Sorte, no município de Restinga-SP, destaca: “Deixam para trás o sonho de consumo, de prosperidade que inundaram seu imaginário no passado. O sonho agora reside na possibilidade de atuar como sujeito, efetivamente ativo, na redefinição das formas de relação de trabalho, controle sobre as atividades que compõem o processo produtivo, de incluir diferentes atividades no trato da terra e de administrar a produção”. (Geraldo, 2002:28)

Essa fase, para autores como D’Incao e Roy (1995), passa como se a única saída fosse se enredarem nas relações autoritárias, de clientelismo e de outras formas de favores. Paulo Freire (1987) chama a atenção para: “Este fatalismo, às vezes, dá a

impressão, em análises superficiais, de docilidade, como caráter nacional, o que é um engano. Este fatalismo, alongado em docilidade, é fruto de uma situação histórica e sociológica e não um traço essencial da forma de ser de um povo". (Paulo Freire, 1987:49)

O clientelismo tem suas raízes, segundo Leal (1978), na estrutura agrária que se pauta pelas relações entre o coronel e seus agregados. Este se impõe por meio do apadrinhamento, fato que, de forma ampla (porque impregnava até as repartições públicas), submetia a população do campo às suas vontades. Colocado em evidência, o coronel, o qual ganhava *status* de benfeitor, uma vez contrariado, usava de violência de todas as ordens para com seus desafetos (lembrando que não era só contra os que dele dependiam diretamente; a violência atingia famílias inteiras de coronéis). Os conflitos entre coronéis/coronéis e entre coronéis e trabalhadores do campo ficaram muito caracterizados pelo voto de cabresto, que veio a se tornar símbolo deste período.

> *Sem dinheiro e sem interesse direto o roceiro não faria o menor sacrifício nesse sentido. Documentos, transporte, alojamento, refeições, dias de trabalho perdidos, até roupa, calçado e chapéu para o dia a dia da eleição, tudo é pago pelos mentores políticos empenhados nas suas qualificação e comparecimento. É, portanto, perfeitamente compreensível que o eleitor na roça obedeça à orientação de quem tudo lhe paga, e com insistência, para praticar um ato, que lhe é hoje completamente indiferente. (Leal, 1978:35)*

Leal (1978) reconhece os avanços da sociedade na tentativa de eliminar as relações de favores: "por isso, todas as medidas de moralização da vida pública nacional são indiscutivelmente úteis e merecem o aplauso de quantos anseiam pela elevação do nível político no Brasil. Mas não tenhamos demasiadas ilusões" (Leal, 1978:258). Assim, o autor demonstra que o fim do clientelismo está longe de chegar, "a pobreza do povo, especialmente da população rural, e, em conseqüência, o seu atraso cívico e intelectual, constituirão sérios obstáculos às intenções mais nobres"(Leal, 1978: 258).

Em uma versão mais recente, Martins (1994) demonstra a persistência do modelo clientelista na sociedade brasileira.

> *Esses fatos envolviam e envolvem não só ricos e poderosos, mas também a população pobre que gravita em torno deles, dependentes dos favores políticos e das práticas clientelísticas da dominação patrimonial. Mesmo onde o patrimônio já não tem presença visível na política, como ocorre nas grandes cidades, a população, sobretudo migrante de áreas tradicionais e rurais, continua, de algum modo, se relacionando com a política e os políticos em termos de concepções tradicionais que não separavam o político do protetor e do provedor. (Martins, 1994:37)*

Este Brasil moderno, segundo Chauí (2002), que emerge na República, traz a contradição do "espaço público" e "privado", em que os políticos, principalmente, não separam o espaço público do privado e tratam o espaço público como se fosse seu espaço pessoal. O que compromete a emergência de uma sociedade democrática.

> *O Brasil é uma sociedade autoritária, na medida em que não consegue, até o limiar do século XXI, concretizar sequer os princípios [velhos de três séculos] do liberalismo e do republicanismo. Instituição entre o público e o privado, estrutura-se de modo fortemente hierárquico, e, nela, não só o Estado aparece como fundador do próprio social, mas as relações sociais se efetuam sob a forma da tutela e do favor (jamais do direito) e a legalidade se constitui com círculo fatal do arbítrio (dos dominantes) à transgressão (dos dominados) e, desta, ao arbítrio (dos dominante). (Chauí, 2002: 47)*

Segundo Chauí (2002), essa sociedade constitui-se pela figura do senhor-cidadão, que sobrevive graças ao privilégio de classe, por meio da violência militar e outras formas de opressão. Uma sociedade que não tolera as divisões e as desigualdades sociais, estigmatizando os grupos sociais minoritários, cuja leitura é feita e traduzida pela ideologia dominante. A política brasileira trata o espaço público como espaço privado, dos dominantes, não permitindo que haja cidadania, mas os movimentos sociais, sindicais e de opinião pública podem alcançá-la. "Neste nível, a cidadania surge como emergência sócio-política dos trabalhadores desde sempre excluídos de todas as

práticas decisórias no Brasil e como questão de justiça social e econômica". (Chauí, 2002:62)

D'Incao (1998), em seu estudo sobre os impasses da assessoria técnica estatal, no mesmo assentamento universo da nossa pesquisa, a Fazenda Jupira, em Porto Feliz (SP), destaca a ambigüidade das políticas públicas de assentamento, do técnico militante e do conflito entre coletivismo e autoritarismo que, segundo a autora, proporcionou a paralisação das organizações no assentamento. A composição técnica militante, segundo a pesquisadora, produziu uma composição desastrosa.

> *No caso do assentamento de Porto Feliz, um dos assentamentos investigados em maior profundidade, pode-se observar que as tentativas de indução dos agricultores à formas coletivas de organização da produção acabou por recriar entre eles as relações de dominação que sempre existiram, no bojo da qual qualquer organização política ou econômica torna-se inviável. Quando menos, porque essa organização pressupõe a existência de relações sociais de igualdade ou democráticas. Isto é, de relações sociais mediadas por uma lei comum, sem a qual inexiste a possibilidade da livre decisão de pertencer a esse ou àquele coletivo. Ou, num outro ângulo, a possibilidade do compromisso com esse mesmo coletivo. (D'Incao, 1998:05)*

O depoimento de Miltão e Cleter, moradores do assentamento, demonstra um conflito político recoberto por ideologia, contribuindo para produzir conflitos nos espaços decisórios, o que nos permite pensar que existe um relativo exagero na forma de analisar os assentados e seus relacionamentos com os técnicos do Estado.

> *Os problemas com os técnicos, tivemos ainda agora. No começo, no começo foi muito bom pra nós, ajudou-nos bastante. Todos técnicos que apareceu aqui não veio nem um para destruir. Os que vieram e ajudaram bastante. Problemas sempre têm porque, às vezes, eles é empregado público e nós é sem-terra, não vamos concordar com a política deles sempre. Tivemos problemas, mas tivemos muito técnico bom aqui que contribuiu bastante com o assentamento ,eles fazia os projeto pra nós. Nós ia lá, negociava com o governo, topografamos os lotes, estradas, preparação do solo, curva de nível para poder segurar a erosão. Nessa parte eles contribuíram bastante, o que eles vieram fazer no começo, fizeram completo. (Entrevista com Miltão, em 05/11/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

> *A entrada dos agrônomos aqui dentro. Esse foi um pé em todo mundo, esse é um erro maior, o assentamento não precisa de agrônomo. Por que o agrônomo não trabalha na terra, quem trabalha na terra é quem tá assentado, trabalha na terra e sabe o que esta precisando. O agrônomo só tá ganhando dinheiro do governo é muito agrônomo pra pouco serviço e tá errado. Nois já tem um técnico agrícola que não faz nada anda com o carro pra lá e pra cá a toa. E agrônomos não precisa aqui dentro os outro vem de fora e quer comandar eu nunca aceitei e não aceito. (Entrevista com Cleter, em 05/11/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Os depoimentos acima sugerem que as relações de favores passam por uma lente crítica dos assentados, que reconhecem nos representantes seus limites.

Esses sujeitos sociais vivem sob tais dramas, agonias e incertezas com uma trajetória de vida/trabalho fragmentada, contínua e descontínua, vivenciando as contradições do campo e da cidade, que unifica o processo soldado por dentro das relações de produção capitalistas as quais engendram a cooperação do trabalho como processo social avançado, "aí residindo um ponto importante nas contradições do desenvolvimento do capitalismo, tudo indicando que ele mesmo está soldando a união contraditória daquilo que ele mesmo separou: a agricultura, a indústria; e a cidade e o campo" (Oliveira, 1996:26).

O assentamento passa a ser o interregno de um processo entre o velho, ou seja, hábitos, rituais, lembranças, saberes acumulados (esses saberes acumulados não são justapostos, mas em processo de contradição durante suas apropriações), e o novo que está sendo gestado nas práticas sociais e estratégias de luta. Tal processo inicia-se, no caso em análise, nas reuniões da Comunidade Nossa Senhora de Fátima, no município de Sumaré, e se estreita no interior do assentamento por intermédio de um modelo que propõe convivência associativa, exigindo dos assentados atitudes, participação política e uma co-participação na gestão de todo o assentamento, tornando-os co-responsáveis pelos acertos e erros internos e externos. A nova sociabilidade vai, durante o processo

que se desenvolve, gerar conflitos de múltiplos contornos, pois, no assentamento, as relações concretas impõem uma vivência por inteiro. Segundo afirma Geraldo (2002) em seu estudo sobre comunicação em assentamento: “A conquista se dá por inteiro, na organização da produção e do trabalho, nas relações com a vizinhança e outras comunidades, nas manifestações culturais, na comunicação, nas festas, na condição do ser humano e nos sonhos” (Geraldo, 2002:139).

O assentamento é um universo simbólico em que, no conflito das representações do território em construção pelos sujeitos envolvidos no processo de sua organização e construção do espaço por meio dos vários projetos propostos pelos representantes em confronto com os projetos dos assentados, surgem perturbações e inquietações.

É na produção do espaço que o conflito emerge como resultado das práticas e estratégias coletivas cotidianas, nas assembléias, nas reuniões, na formação da associação, na divisão de lotes; práticas que trazem, no seu interior, questionamentos da vida pregressa desses sujeitos e que lhes permitem um novo olhar sobre seu próprio universo cultural. Os conflitos estão relacionados com as relações políticas de poder, de controle social, e com a emergência de relações democráticas, sob a ótica dos agentes representantes, das lideranças e dos assentados, que, por sua vez, (re) produzem valores e informam identidades individuais e coletivas, construindo-se, nesse processo, sujeitos sociais. Segundo Schere-Warren (1998) afirma que utopia culturalista emancipatória refere-se a transformações graduais, cumulativas por meio da resistência democrática de múltiplos atores. “A construção de identidades coletivas, de políticas contestatórias e de novas manifestações político-culturais tem suas raízes nos microfundamentos das relações sociais cotidianas, ou seja, em torno de identificações socioculturais específicas”. (Schere-Warren, 1998:224).

É possível identificar, nas entrevistas realizadas, que as práticas sociais e estratégias de luta, entendidas como construção da identidade coletiva, são descritas pelos sujeitos da pesquisa como fruto das tensões, dos conflitos e das negociações daí advindos. É a forma pela qual expressam seus descontentamentos, suas capacidades, seus conhecimentos e seus saberes e como constroem suas redes de sociabilidade.

Souza (1994) estuda a identidade coletiva das lideranças do MST sob o prisma do movimento do Eu (individual) com o relacionamento com o coletivo (os outros indivíduos do grupo), por meio da linguagem fundamentada na ação comunicativa de Habermas.

> *O desenvolvimento do Eu se dá em interação com outros Eus, mediatizada pela linguagem/comunicação. Essa interação é realizada em espaços comunicativos, estes espaços por sua vez, constituem-se em espaços onde pessoas com interesses comuns se reúnem para discutir, contar histórias, se conhecer e se re-conhecer enquanto indivíduos que possuem características comuns. É neste contexto de interação comunicativa que os indivíduos têm oportunidade de desenvolver seus conhecimentos, despertar uma consciência social, formando, então a identidade do grupo. (Souza, 1994:34)*

Tarelho (1988) também usa a noção de ação comunicativa de Habermas para pensar a construção da identidade coletiva do MST no município de Sumaré destacando que:

> *A tomada de consciência da comum situação de carência serviu de base para a afirmação de uma identidade coletiva, a partir da qual os trabalhadores puderam se perceber como aliados políticos que possuem problemas e interesses comuns. Mas, assim como a consciência da comum situação de carência, outros fatores também foram importantes para a afirmação dessa identidade coletiva, como a utilização de uma linguagem adequada, os desenvolvimentos de práticas coletivas e a obtenção de reconhecimento social. (Tarelho, 1988:239)*

Geraldo (2002) desenvolve sua pesquisa no assentamento 17 de Abril, fruto da ocupação da Fazenda Boa Sorte, usando a comunicação como uma dimensão cultural,

como o elo de um conjunto de iniciativas que se processam no assentamento, afirmando que esta é um elo societário na busca de consolidação do espaço social.

> *A comunicação, enquanto fenômeno indissociável da vida cultural permeia as relações cotidianas, no processo de articulação e mobilização da comunidade. É essencial no processo de organização da produção, na divisão das tarefas. Tudo isso, aparentemente óbvio, é um fenômeno humano em recriação, reconstrução e que se propõe alternativo desde o momento da tomada de decisões, que se constitui em um espaço participativo e solidário. (Geraldo, 2002:28)*

Por isso, consideramos a práxis como um dos pontos essenciais da análise, que será orientada no sentido de entender a construção da identidade coletiva no espaço comunicativo do assentamento; é o momento da apresentação, do conhecer-se e da definição de objetivos. É o início de uma experiência de transformação de suas realidades e como são negociados, no cotidiano do assentamento, os novos elementos de sociabilidade propostos pelo MST (coletivo), pela Igreja (comunitária), pelo Estado (a racionalização dos técnicos) e pelo saber pessoal acumulado pelos trabalhadores rurais, levando em consideração suas trajetórias de vida/trabalho.

É a identidade enquanto forma de estruturar ações coletivas ou individuais sob a influência do resultado dos efeitos das práticas e estratégias propostas no cotidiano dos assentados. Trata-se de valorizar as experiências de vida/trabalho, no interior das relações socioespaciais, como fruto da práxis laborativa e existencial, tendo o conflito como jogo de poder, ou seja, como resultado do embate político que procuram dar conta das várias representações de mundo que permeiam o universo simbólico dos sujeitos envolvidos no processo de assentamento, emergindo daí contradições entre o universo concebido e o universo vivido pelos mesmos.

Léfèbvre (1974) afirma que a produção do espaço, como prática social, se constitui por uma tríade conceitual, qual seja:

> *A prática espacial que engloba a produção e a reprodução de lugares específicos e conjuntos espaciais próprios, formações sociais que asseguram a continuidade de uma criativa coesão, referem-se ao vivido;*
> *As representações do espaço ligado às relações de produção e à ordem que os impõem e por aí as relações de conhecimento, de signos, dos códigos e das relações, referem-se ao concebido;*
> *Os espaços de representação (com ou sem códigos), os símbolos complexos ligados aos lados clandestinos e subterrâneos da vida social, mas também à parte que poderia eventualmente se definir não como código do espaço, mas como códigos dos espaços de representação, referem-se ao percebido.*

Sendo assim, o espaço social encontra-se permeado por relações conflituosas, mediadas pelas relações de representação e práticas espaciais entre o vivido, o concebido e o percebido, advindas das disputas pelo mesmo espaço e das várias formas dos sujeitos se relacionarem no processo de produção do espaço, expressão do movimento da realidade concreta.

Na produção do espaço em disputa, no processo de acampamento e assentamento, produzem-se sonhos, esperanças, mas também frustrações, tensões e conflitos em virtude das expectativas não alcançadas pelos sujeitos envolvidos.

> *A dimensão do concebido é influenciada pelas expectativas criadas no momento do acampamento, o ideal de um modo diferente de produção e, conseqüentemente, melhores casas, saúde, educação, transportes, etc. Entretanto, quando chegam ao assentamento, todos os problemas já vivenciados antes da luta são retomados, com novas configurações e tratamentos, pois a experiência da luta pela terra, conduz os trabalhadores rurais, em grande parte, à organização e às mobilizações por escola, financiamentos, entre outros. (Souza, 1999:177)*

Assim, o assentamento torna-se o lugar do (re)encontro do velho/novo, das diferenças sociais que geram conflitos de representações, os quais influem no espaço de vivência desses assentados.

> *As representações se formam entre o vivido e o concebido, diferenciando-se de ambos. O concebido, por um lado, constitui o discurso articulado que procura determinar o eixo do saber a ser promovido e divulgado. Representa, assim, o ideário teórico de uma época. O vivido, por outro lado, é formado tanto pela vivência da subjetividade dos sujeitos quanto pela vivência social*

> *e coletiva dos sujeitos num contexto específico. Entre as representações que se formam entre o vivido e o concebido, algumas se consolidam, modificando o concebido e o vivido; outras circulam ou desaparecem sem deixar pistas.*
> *(Penin, 1989:27)*

Nota-se, no Assentamento da Fazenda Jupira, o quanto esse espaço representa um universo complexo, na medida em que estão presentes as várias representações de mundo, ou seja, é um universo extremamente diversificado, com várias representações de mundo interagindo no mesmo espaço social: dos técnicos, dos engenheiros agrônomos do Estado, dos assentados e dos líderes.

No assentamento pesquisado, percebe-se nessas contradições, sob a forma de luta na construção do espaço em disputa entre as representações de mundo na divisão de lotes, um momento de muita tensão e conflito.

Durante um ano, aproximadamente, os sem-terra do grupo III viveram em barracos de lona, em uma situação de assentamento pré-emergencial na Fazenda Jupira, em Porto Feliz, como se estivessem em acampamentos, recebendo ajuda da comunidade local, mediada pela Igreja e partidos políticos, simpatizantes da luta. Segundo relatório do ITESP (1987:02), nessa época, as casas eram construídas com embalagem de leite longa vida (impermeabilizadas), sustentadas por estacas de madeira, sendo que, dessas, apenas quatro ou cinco possuíam, na época, teto de telhas de barro. Cada família recebeu das comunidades eclesiásticas, telhas de barro (a maioria aguardou as residências definitivas para usá-las), e não havia encanamento nem luz elétrica. No período, os assentados enfrentaram grandes dificuldades econômicas e de organização, tendo como principal desafio estruturar suas estratégias de desenvolvimento sem que se desarticulassem enquanto grupo.

Foto 05: As primeiras moradias

Foto 05: Mutirão das primeiras moradias

Fonte: Nilton Martins de Oliveira (assentado), em 01/1997.

Como resposta a esses problemas, surgiu uma série de comissões (saúde, segurança, transporte, educação etc.), com a proposta de viabilização do uso das terras ocupadas. Um dos embates que causaram grandes conflitos durante este período, e foi um teste para o grupo dos sem-terra III no sentido de pensarem nas negociações e na possibilidade de terem que conviver com a divisão do assentamento entre individuais e coletivos, foi a distribuição dos lotes definitivos para cada família iniciar sua vida e a incorporação de um grupo de sem-terra "local", que havia ocupado a área antes dos sem-terra do grupo III.

> *Nós chegamos aqui tinha umas família já na terra só que eles tava num clima de, às veis, até de ser despejado daqui porque eles não ia resisti à luta. Quando nós chegô nós se agrupo com eles. A Igreja tentava sustenta eles aqui, mas a sustentabilidade deles aqui foi nóis chegamos e se agrupamos e hoje nós tamos aqui eles também tá. (Entrevista com Miltão, em 05/11/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Esses sem-terra “locais” tiveram que ser incorporados durante o processo de divisão de lotes, o que demandou muita negociação, pois eles diferiam do grupo III não só culturalmente, mas no projeto político. Não conheciam e nunca tinham tido contato com o MST ou outro grupo similar, não apresentando interesse de participar de uma luta pela reforma agrária em nível nacional; estavam interessados em resolver um problema local (o que não deixa de ser legítimo). O fato de não partilharem do ideal coletivo do grupo III não significa que não tinham um projeto político, uma vez que fizeram a sua luta para a conquista da terra, e disso eles não queriam abrir mão. Por serem moradores de Sorocaba e Porto Feliz, tinham o apoio de líderes políticos e do sindicato rural do município.

> *Eu fiquei sabendo sobre as terras, ociosa através do meu cunhado que arrenda terra aqui em Porto Feliz e fizemos umas reunião aqui no sindicato, mas não dava nada certo. E foi aonde que nos entremos. Eu vou ser bem franco pra fala pra você, foi dia 13 de junho de 1985, foi uma invasão, daqui do assentamento aqui é eu sou o mais velho do assentamento, foi uma invasão vou ser bem franco (risos). Viemos em 21 familias, eu vim do Paraná três de Porto Feliz e dezessete de Sorocaba. Pelo Sindicato eu consigui entra na terra aqui, mas sem apoio de ninguém. Eu estava morando aqui eu que fui avisar eles [grupoIII] lá, que eles tavam acampados no balão da Bosch. Eu saí daqui já tava morando na terra fui lá e avisei eles depois que eles vieram eu tinha mandioca prantada, eu vendi mandioca pra turma toda ai que entraram depois. (Entrevista com Cleter, em 05/11/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

O grupo de assentados locais, de acordo com os documentos, Atas da Assembléia Legislativa Municipal e matérias de jornais da época, se assentou em 12 de junho de 1985. Com o título “A invasão dos sem-terra no terreno da CAIC”, a matéria, publicada no dia 22 de junho do mesmo ano, no Jornal Tribuna das Monções, descreve a ocupação por parte dos assentados com vinte e uma famílias.

> *Naquela data, por volta das 17 horas, 21 famílias tomaram conta da área, construindo barracos de sapé e precipitando as negociações com a Companhia Agrícola Imobiliária Colonizadora (CAIC). Os chamados sem-terra tentavam obter,*

> *através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto Feliz, a posse daquela propriedade pública. Como as negociações estavam paradas, partiram para a invasão. (Jornal Tribuna das Monções. A invasão dos sem-terra o terreno da CAIC. Porto Feliz, 22 de junho de 1985, p.01)*

Sob a orientação do sindicato local, os sem-terra tiveram apoio de advogados que interferiram no momento em que os assentados receberam as ações de despejo da polícia militar.

Nessa mesma matéria, o jornal apresenta sua posição perante o conflito que se estabelece entre o Governo do Estado, a municipalidade, o sindicato e os assentados. Segundo o Jornal Tribuna das Monções, legalmente, os agricultores ocupantes estão errados, mas, moralmente, até o próprio representante da CAIC, Dr. Jorge, reconheceu serem eles os legítimos possuidores, de direito, da terra. (Jornal Tribuna das Monções. "A invasão dos sem-terra o terreno da CAIC." Porto Feliz, 22 de junho de 1985, p.01)

Numa outra matéria do mesmo jornal, intitulada "Reforma Agrária começa a produzir", o jornalista relatou a opinião de Leonaldo de Almeida, presidente do Sindicato Rural local, destacando, na fala do presidente, sua expectativa quanto à colheita dos produtos plantados pelos assentados. "Se o preço melhorar, diz Leonaldo, o pessoal não vai mais precisar dos alimentos dados pela Defesa Civil. Vão poder viver só com a produção deles, o milho está bom, mas foi um pouco prejudicado pela estiagem". (Jornal Tribuna das Monções. "Reforma agrária começa a produzir." Porto Feliz, 22 de outubro de 1985, p.05)

Na mesma matéria, o jornal posiciona-se a favor dos assentados, criticando a atitude demorada do governo em fazer a destoca da terra e não ceder maquinário suficiente para os assentados prepararem a terra e fazerem o plantio. "Foram plantados cerca de 180 hectares. Até este final de semana faltavam quinze alqueires para serem colhidos. O assentamento na horta da CAIC tem mais de um ano, mas demorou a

produzir por culpa do governo. A CAIC não tem máquinas suficientes e demorou a destocar a área, preparando-a para o plantio". (Jornal Tribuna das Monções. " Reforma agrária começa a produzir". Porto Feliz, 22 de outubro de 1985, p.05)

De acordo com a Ata de Reunião do dia 28 de agosto de 1985, ficaram definidos os seguintes critérios para a seleção dos participantes do projeto de assentamento:

> *Artigo 5º:*
> *a) Ser ou ter sido trabalhador rural;*
> *b) Não ter imóvel rural em nome próprio, da mulher ou de filhos parentes ou parentes dependentes;*
> *c) Não ser funcionário público;*
> *d) Não exercer nenhuma atividade comercial, exceto aqueles que comercializam sua própria produção agrícola.*
> *Artigo 6º:*
> *b) Preferência para os candidatos com maior tempo de residência no município. (SEAF, 1985:01)*

Percebemos, a partir da leitura da ata, que o objetivo era que os participantes da ocupação e efetivação do assentamento fossem trabalhadores rurais, tivessem experiências com a terra e fossem moradores do município.

Os conflitos tiveram que ser contornados, as questões superadas (mesmo que momentaneamente para reaparecerem futuramente com outros contornos), entre os assentados do grupo III e os "assentados locais", o que não foi pouca coisa e necessitou de negociações, de articulações e de conversas entre grupos e fora deles. É o que percebemos na fala do Cleter:

> *Só que aqui nos 94 alqueires pro lado de cá da pista, nois já tinha dividido a terra. Eu mesmo tinha medido as terras, cada um pegou mais ou menos a área. Eu posso perguntar ai pros moradores mais antigo que mora aqui da época que eu entrei. Eu que dividi todas as áreas, eu arrumei umas pessoas ai, e dividi toda a área, então na realidade já tinha a medida certa. Nois mesmo fizemos essa divisão pra depois vir o agrimensor, mas já estava quase mais ou menos certo. Tinha alguns contra mais a maior parte das pessoas que era mais de idade era da roça foram todos a favor porque eu já estava aqui. Então não tinham como reclama nada, alguns só do resto fui bem recebido. (Entrevista com Cleter, em 05/11/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Negociou-se com o apoio dos representantes nas figuras do padre e dos técnicos agrônomos. Os conflitos, naquele momento, surgiram no estágio da tensão pré-estabelecida, ou seja, nos conteúdos não ditos, nos valores morais explicitados, nas gestualidades das ações, a partir das posições dos sujeitos envolvidos, revelando a capacidade dos sujeitos de discordarem (ou não) da maioria do grupo e de fazerem possíveis enfrentamentos, mesmo com a acusação de não contribuírem para a construção do coletivo.

Os embates se polarizaram entre os que desejavam morar na agrovila e os que queriam morar como individuais. Os debates foram levados para as assembléias e discutidos de forma aberta entre as lideranças e os assentados em geral, com a presença dos representantes. Com o debate aberto, foi possível negociar para que os individuais conseguissem fixarem-se em seus lotes agricultáveis, e superarem, nesse momento, os conflitos de invalidação pessoal. Segundo a engenheira agrônoma, permitir que os individuais morassem nos seus lotes agricultáveis foi uma decisão de vanguarda.

> *Não foi um sorteio, os lotes foram sendo marcados, aí houve uma discussão no sentido de que..., até isso foi vanguarda na época do Instituto de Terras (ITESP), porque existia a orientação de que o pessoal deveria ficar constituído, morando na agrovila e tendo seu lote agrícola pra cultivo. Até por que a situação geográfica não permitia que isso acontecesse. Geográfica porque o assentamento é dividido por duas estradas a área. Nós abrimos a discussão no sentido de quem tinha interesse de morar na agrovila e ter o seu lote separado ou quem queria morar no próprio lote. Isso foi uma situação única. Até então não existia nenhum assentamento nessas condições. Em função desse número de pessoas que queriam morar no seu próprio lote e a defesa era a facilidade de você morar na terra, estar próximo. E aí a questão; as vantagens de você tá morando na agrovila é você estar mais próximo de um aparato básico para uma socialização, ou seja, escola, um barracão que serviria de múltiplo uso, pra depósito, pra festinha e eletrificação. Esses eram os pontos onde o Estado não tinha recurso pra estender isto para o assentamento todo, então ele garantiria isso em uma vila, vamos chamar assim. (Entrevista com Engenheira Izabel, em 07/02/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

No debate entre os individuais e coletivos, percebe-se que as famílias que resolveram morar como individuais foram aquelas que deixaram a vida de camponês com uma idade mais avançada, como, por exemplo, o Wilson e o Francisco, que deixaram a roça com trinta anos de idade. Esse tempo maior permitiu uma profunda experiência com a vida camponesa e, no momento da divisão dos lotes, o saber camponês teve uma grande importância para que os chamados individuais discordassem de morarem na agrovila e conseguissem efetivar moradia no espaço dos individuais. Percebemos, na fala do Sr. Francisco, o quanto a sua participação em uma das discussões como líder do grupo dos individuais foi importante.

> *Porque como era esse número alto de família pra morá, na agrovila não tinha como. A agrovila, como o módulo aqui é 9,7, ou 9,6 hectare cada um, talvez passa um pouquinho, dependendo da topografia. Então, num tinha como ficar perto da roça. Então, aquelas pessoas..., aí já tinha começado outros tipo de liderança, eu tinha a minha, mais eu era a minoria. Ai eles falou: a gente vai conquistar um trator e passa pegando o pessoal cedo na hora do almoço, passa pegando o almoço e, à tarde, trazendo o pessoal. Quer dizer, bóia-fria outra vez. Tudo nesse vai-e-vem; não se trabalha, então? Porque talvez o bóia-fria ia com esse interesse do dia-a-dia ou patrão. Como a gente era patrão nosso mesmo, então tinha aqueles que, às vezes, levantava seis horas, outro oito horas, então, ia esperá? Se não esperasse, o outro ia pra roça? Então, ficava aquela dúvida. Eu falei: e se de repente vier uma chuva? Se tá fazendo uma colheita e tem que guardar aquele produto, como fazer se tá morando longe da roça? Aquele produto vai molhar, vai perder? Então, a gente chegou a essa conclusão; achou que não era viável todo mundo morar na agrovila. Se bem que tinha a vantagem da luz, da água, da escola, só que esse não é direito só de quem mora na agrovila, é de quem mora inclusive na região, nem só do assentamento. Então, eu e meu grupo achamos que não era viável, nóis ia só ficá perdendo tempo, andando de condução e que história muito mal contada, uma coisa que não funcionava e não funcionou. Então, dessas nove famílias que foram morar em cima, lote agricultável..., seis meses depois mais de quarenta queriam, só que aí já tinham tomado a decisão, já tinha cortado o lote de residência na agrovila. Quer dizer, acordaram muito tarde. (Entrevista com Francisco, em 14/01/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Nesse debate, os individuais ganham força com a incorporação do grupo dos "assentados locais" de Porto Feliz. A fala acima revela-nos um conflito de saberes do camponês, sob a perspectiva da representação dos lugares oriundos desses sujeitos. Mesmo tendo passado um longo tempo sem contato direto com o trabalho na terra, no momento da divisão de lotes, eles reafirmam sua posição de morarem individualmente, ainda que sob a pena de não terem acesso direto aos bens que ficariam disponíveis na agrovila. Leila Chalub Martins (2001:23) em seu estudo sobre extensão rural em assentamentos rurais destaca que a volta do camponês que ficou fora da terra por um período tem, no seu retorno à vida rural, a busca de um saber familiar e comunitário bem anterior, muitas vezes já desprezado, para enfrentar os problemas imediatos decorrentes do plantio e da criação de animais.

Em contrapartida, as famílias que ficaram na agrovila usavam o discurso em favor dos benefícios de infra-estrutura:

> *A gente sentô e começou a conversar. Aí entendeu que na agrovila nós tinha muito mais benefício do que quem mora particular no lote, nós recebemos posto de saúde, escola, dois barracão de armazenamento, rede de luz e um poço artesiano com água para as famílias, e os outros não têm. Então, esse foi o benefício que a gente trocou de morar individual para a agrovila. (Entrevista com Idarlei, em 26/11/2005, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

O que marca, nas características dessas famílias, é o fato de terem menos tempo de trabalho na terra e passarem por um longo período nos centros urbanos, como, por exemplo, o senhor Idarlei, que saiu da Bahia com dezoito anos de idade, morou na cidade de São Paulo durante quinze anos e, quando foi para o município de Sumaré, já estava casado. Caso semelhante ao de Miltão que, como já assinalado, passou a maior parte de sua vida em São Paulo.

Percebemos que uma das características da luta entre os individuais e os coletivos é que os primeiros desejavam que a disputa pela terra se restringisse ao espaço social do

assentamento. Uma luta pela sobrevivência é pelo aqui- e- agora (imediata), enquanto que, para os coletivos, a luta é do aqui e agora, mas com o compromisso da reforma agrária, o que, nesse sentido, permite a espacialização e a territorialização da luta pela terra. É a luta na terra em contato com outros segmentos para que o assentamento se torne modelo de referência para a reforma agrária, incorporando o discurso do MST e do Estado, influenciados pelos engenheiros agrônomos. Ou seja, é um embate político, iniciado nos acampamentos e estreitado no assentamento**.** Se, no acampamento, era hora de reivindicação; no assentamento, era a oportunidade da ordem produtiva; e fazer a junção dessas duas necessidades era coadunar os discursos, o que passou a ser o desafio dos envolvidos no processo.

Entretanto, assumir um discurso não significa necessariamente que se torne uma concepção de mundo, mas um momento estratégico de resistência (que poderá se tornar ou não uma concepção de mundo). Na pesquisa, percebe-se que os líderes têm o discurso proposto pelo Estado, pelo MST ou pela Igreja como concepção de mundo. Já alguns assentados vêem problemas no assentamento, concordam com algumas posições das lideranças e discordam de outras, mas não trazem o ideal do coletivo com a mesma intensidade que os representantes (isto não significa que só os líderes compartilham da concepção de mundo dos representantes).

Esse debate sobre a divisão de lotes entre o grupo dos individuais e o grupo dos coletivos pressupõe a territorialidade camponesa e (re)coloca em discussão os conflitos entre modernidade e valores camponeses; suas características e funções específicas. Guardadas as distinções já observadas neste trabalho, os autores Marques (2000) e Justo (2005), nos ajudam a pensar na modernidade como constituinte de valores camponeses. “A territorialidade camponesa é orientada por valores tradicionais, e a

territorialidade capitalista, orientada pelo mercado, valores da modernidade e definida pelo Estado" (Marques, 2000:12).

> *O paradigma da reprodução do campesinato pela expansão do modo de produção capitalista, permite que o camponês seja um personagem moderno. Portanto, o camponês reivindica a tradição da família e do território e também a modernidade, no sentido da crítica e da possibilidade de superação daquele modo de produção. Ou seja, encontra-se no campesinato com repertório de ethos familiar e de luta pela justiça social e por um modo de vida e de produção não-capitalista (quiça socialista). (Justo 2005:222)*

Contornados os conflitos sobre a divisão, as famílias foram distribuídas no assentamento a partir das demarcações dos lotes em assembléias coletivas, com a participação dos assentados e dos técnicos responsáveis, efetivando-se a demarcação dos lotes com a divisão de módulos rurais de 9,4 ha cada. Ficou acertado entre os grupos, nas assembléias, que, no setor II, ficariam 41 lotes destinados aos assentados que iriam ter um lote para morar com uma área de 1,2 ha e outro maior, para trabalhar coletivamente, com 8,4 ha, passando a ser denominados moradores, conhecidos como moradores da agrovila.

Já nos setores I e III, 21 lotes foram destinados aos assentados que passaram a ser chamados de individuais, por residirem nos lotes compostos por uma única parcela, sendo que, no setor I, foram adicionados os moradores da fazenda, ex-funcionários que decidiram não participar da agrovila, mas foram incorporados ao assentamento.

> *Meu marido trabalhou vinte anos na CAIC. Aí a CAIC desativou e cedeu a terra pro assentamento. Aí eles deixaram à gente na caso do Estado, e quem pegou a terra foi meu cunhado, ele pegou quatro alqueires de terra e produz lá, agente mora na casa do Estado. Hoje eu trabalho [de merendeira] na prefeitura e meu marido esta aposentado, agente combina com todo mundo aqui. (Entrevista com Evanilda, em 20/11/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

No setor III, foram adicionados ao projeto de assentamento os primeiros assentados que haviam ocupado a fazenda CAIC e não possuíam nenhuma autorização provisória de uso da terra ocupada (ITESP, 1987:02). “Não foi recebido, não peguei nada não, [nenhum tipo de documento]. Eu coloquei várias famílias aqui. No começo foi as alheia, todo mundo ocupou a área certinho”. (Entrevista com Cleter, em 05/11/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

Foto 06: Lugar marcado, fixado, alcançado

Foto 06: Placa indicando a entrada da Agrovila
Fonte: Amauri T. B. Nogueira, em 13/12/2006.

Uma outra estratégia estava relacionada à forma como se constituiu a infra-estrutura: os instrumentos de produção, as moradias e o centro comunitário. Estes foram concebidos com o objetivo de provocarem uma centralização das decisões políticas na agrovila para que os assentados se sentissem integrados na constituição identitária, uma estratégia para reforçar o coletivo e tentar uma continuação dos laços do acampamento.

A dimensão socioespacial proposta pelos representantes e assentados trazia no seu bojo a tentativa de construir uma unidade do grupo em questão**.** A agrovila passava a ser

o espaço prioritário de construção das relações da nova sociabilidade dos assentados, cujas práticas fizeram com que o relacionamento entre os vizinhos se intensificasse, ligando os sujeitos a outras trajetórias de vida/trabalho e experiências distintas, nas práticas e estratégias que passam a ser vivenciadas sob a ótica do grupo e se tornam fundantes na nova sociabilidade dos assentados e na construção da identidade coletiva, engendrando mudanças espaciais, culturais, econômicas e políticas.

> *Nós chegou aqui nos não tinha assentamento, nem conhecia assentamento. Hoje como nós mora na agrovila, vem gente de São Paulo mora aqui, de Campinas, vem gente de todo lado. Fala que conhece todo mundo, as veis tem pessoa que aparece aqui amanhã Mas se você chega lá na esquina e perguntar sabe que é o Miltão, qualquer uma criança de quatro ano mi conhece. Então já é uma historia, já não é. Eu morei em São Paulo, vizinho com um amigo meu, só depois de quatro anos ele virou meu amigo. Nois não dava bom dia um pro outro, hoje aqui a gente conhece todo mundo. Se perguntar que é o filho do Carlão, conheço todos eles até o pequenininho até o de seis meses eu conheço. Se você perguntar quem é os filhos do seu Zé conheço os dez, conheço um por um, conheço os netos, conheço todo mundo. A mesma coisa ele também conhece todos nós, só isso aí é uma vantagem do assentamento. Você começa a ter um conhecimento mais próximo das pessoas. Se eu falar aqui pra você eu tenho dois carros, eu tenho não sei quantas vacas, você vai chegar ali o cara vai dizer o miltão é mentiroso eu conheço a vida dele. Eu conheço tudo da vida dele. Mas se ele contar mentira pra você eu amanhã também falo pra você que é mentira. Então nós conhece a vida um do outro. O assentamento pra gente começa com o relacionamento um com o outro. Você conhece quem tem dívida quem não tem quem pode financiar quem não pode financiar quem pode trabalhar quem não pode. Então isso é a vida de um assentamento que muda muito a vida das pessoas. Às vezes tem pessoas que fica muito afastada pra lá [individuais], mas não sei como está sendo a vida dele. Mas principalmente aqui na agrovila, já é um ponto muito importante pra gente. (Entrevista realizada com Miltão, em 26/11/2005, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

No contexto de formação e de organização do assentamento, surgiram outros conflitos envolvendo visões distintas sobre a ocupação da terra, como, por exemplo, a tentativa dos assentados de criarem animais para além da cota permitida pelos representantes.

No estudo de Belleville (1993), sobre a diversidade de produção e níveis de capitalização, detectou-se, naquele momento, a pressão do MST e de outros representantes na formação e organização do Assentamento da Fazenda Jupira, a tentativa de forçarem os assentados a deixarem 30% da área de pastagem nos lotes, o que causou conflitos advindos das várias formas de produção implementadas e a tentativa dos assentados de romperem com as instruções propostas pelos representantes.

> *Desde a criação do assentamento o enquadramento técnico, as organizações de trabalhadores rurais (MST, STR) não são favoráveis ao desenvolvimento da criação de animais dentro dos assentamentos. A criação de animais representa uma agricultura de grande propriedade com a qual, justamente, os assentamentos tentam romper. Oficialmente, dentro dos assentamentos, a área de pastagem não pode passar de 30% daquela de exploração. Atualmente existem no assentamento duas formas de exploração que são feitas como atividades principais (gado e arroz). Deve-se entender que a criação de animais faz parte também do projeto de numerosas famílias. (Belleville, 1993:33)*

Segundo Belleville (1993), a criação de animais torna-se atrativa por várias razões, a saber: a venda de leite traz recursos cotidianos, aumentam de preço devido à inflação, os recursos são mais rápidos se comparados a culturas anuais. O gado representa uma economia interessante.

Na busca da permanência e da reprodução camponesa, os líderes do assentamento e os representantes se lançam na construção de uma associação com o objetivo de viabilizar economicamente o assentamento. “A proposta de criar esta associação teve forte determinação dos órgãos institucionais, vinculando-a à possibilidade de obtenção de financiamento, coordenada pelos técnicos do Instituto de Assuntos Fundiários, tendo em vista a recomendação institucional por uma tecnologia intensiva do capital” (Bergamasco,1994:226). Havia aí uma tentativa de superar problemas relacionados ao

alto custo da produção e dos equipamentos e insumos agrícolas, que, geralmente, possuem um valor irrisório diante do trabalho e dos insumos aplicados na produção.

Sendo assim, percebe-se que a própria conjuntura nacional impõe limites à viabilidade sócio-econômica do assentamento. Os assentados reagem a tais contextos conjunturais construindo os espaços de resistência. Junto com os técnicos, formam uma associação, aberta, de máquinas.

> *A associação, ela veio pela questão da necessidade, tudo que nós ia pegar, eles falava que, se não tivesse uma associação individual era muito difícil pega as coisas. E ai também veio várias pessoas de vários assentamentos, vários pequenos agricultores mostrar que a associação dava certo, por causa disso nós acreditamos que dava certo, aí nós criamos a associação. (Entrevista com Miltão, em 03/05/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira).*

Pinto et. al. (s/d), ao estudarem a formação do assentamento da fazenda Jupira de Porto Feliz/SP, afirmam que: "A Associação ficava responsável pelos financiamentos, venda da produção, compra de insumos, negociações".

A associação ficou dividida da seguinte forma, segundo consta no documento do ITESP (1987): A associação dos pequenos produtores rurais do Horto de Jupira II, subdividindo-se em grupos, de 10 a 13 famílias em cada grupo. Cada grupo tem um coordenador. Os problemas são discutidos no grupo, sendo que os trabalhos de plantio, colheita, pulverização, estocagem e outros, são realizados de forma comunitária. Nas reuniões são discutidos todos os problemas do assentamento, inclusive casos de assentados que não se adaptaram às decisões gerais. (ITESP, 1987:02)

Na associação, as máquinas eram de propriedade coletiva (predominava o uso comum), a compra de insumos, os financiamentos, a comercialização, o transporte e a preparação do solo eram decididos em assembléia aberta. Tinham o direito ao uso da palavra todos os assentados que quisessem participar, e um representante de cada família, que, na sua maioria homens, tinha direito a voto.

Foto 07: As conquistas da Associação

Foto 07: Os assentados se reúnem para registrar as conquistas adquiridas após a criação da Associação. Fonte: Nilton Martins de Oliveira (assentado), em 01/1997.

Bergamasco (1994), ao estudar um assentamento em Sumaré, descreve como era a forma da direção da associação aberta do grupo dos sem-terra II: "A direção das associações foi confiada a uma diretoria e a um conselho fiscal, eleito pelos assentados, tendo como órgão deliberativo a assembléia, na qual participavam os técnicos, no sentido de contribuírem na tomada de decisões". (Bergamasco, 1994:228)

Vale a pena ressaltar que existe uma diferença entre uma associação, um grupo coletivo e uma cooperativa, como demonstra Brenneisen (2002):

> *Os grupos coletivos correspondem à organização informal de um reduzido número de famílias de agricultores, normalmente em torno de dez famílias. Além da compra conjunta de maquinários, insumos ou promoção de benfeitorias e infra-estrutura necessárias ao armazenamento e escoamento da produção, os grupos coletivos caracterizam-se por organizarem o trabalho de forma coletiva, ou seja, embora cada família continue com o título da terra, toda ela ou parte dela é destinada ao empreendimento coletivo e ao trabalho dispensado nesta área, também coletivamente. As cooperativas, por sua vez, possuem uma organização mais complexa e abrangente e se caracterizam pela adoção de uma estrutura empresarial. No MST*

> *desenvolvem-se inicialmente dois tipos de cooperativismo: as Cooperativas de Comercialização e Prestação de serviços (Ccps) e as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). (Brenneisen, 2002:66)*

Stédile (1997c:89-91) descreve o ideário cooperativista do MST, chamado de "a política de cooperação agrícola".

a) Nós precisamos diferenciar a propriedade individual dos lotes (que pode ser familiar) da organização de produção em cima da terra. Não necessitamos coletivizar a propriedade da terra para desenvolver formas de cooperação e de trabalho agrícola.

b) Nós defendemos o princípio de que o desenvolvimento da produção agropecuária e o desenvolvimento social das famílias assentadas virão com maior rapidez se as famílias desenvolverem algum tipo de cooperação agrícola.

Segundo Stédile (1997c), não existe uma forma mais avançada ou mais atrasada de cooperativas, todas são válidas. Estas dependem da localidade do assentamento.

> *O que o MST defende é que a forma de cooperação agrícola ideal para um assentamento depende basicamente da composição de dois fatores: as condições objetivas para se desenvolver a cooperação agrícola e das condições subjetivas. O que vai determinar a forma de cooperação agrícola viável num determinado assentamento são os recursos naturais disponíveis, o potencial de capital acumulado pelas famílias, o potencial de desenvolvimento da produção. (Stédile, 1997c:90)*

Com o advento dessa nova necessidade de organizarem a produção, os assentados procuraram restaurar as relações sociais, econômicas, culturais, políticas e produtivas, transformando o assentamento num espaço social interativo que, segundo Bernardo Mançano Fernandes (2001), define-se como "um contínuo processo de aprendizado. O sentido de interação está nas trocas de experiências, no conhecimento das trajetórias de vida, na construção da identidade sem-terra" (Fernandes, 2001:55).

Foto 08: A primeira colheita

Foto 08: Os assentados fazem a primeira colheita de feijão.
Fonte: Nilton Martins de Oliveira (assentado), em 01/1997.

Na tentativa de restaurarem suas condições de vida por meio de plantar, colher, usar e cuidar de animais, os assentados se dividem em dois grupos: os da agrovila, que almejam desenvolver ações coletivas e passam a morar no lote com um quintal para plantarem seus produtos de consumo próprio (não destinado ao mercado), realizando num outro lote a plantação de produtos destinados ao mercado; e os individuais, que anseiam por estabelecerem relações fundadas na agricultura de base familiar, e que moram no seu lote agricultável e não possuem a separação da produção voltada para o consumo próprio e para o mercado. Esses assentados, sejam individuais ou moradores da agrovila, deparam-se com um modelo de assentamento que lhes propõe meios de convivência mais específicos, exigindo deles atitudes, participação em atividades coletivas, como caminhadas, reuniões e assembléias, cobrando-lhes responsabilidade, por eles e pelos outros assentados.

Fica bastante evidente, nas falas dos entrevistados, que o conflito entre individuais e coletivos não é de um ou de outro grupo em separado, mas é de todo o assentamento, pois encerra em seu bojo o conflito de sobrevivência do assentamento (quais os melhores caminhos a percorrer, as melhores formas de produção etc.).

Assim, percebemos que as reuniões feitas no barracão, lugar onde existiu a associação, tornaram-se um espaço catalisador dos conflitos, dos diferentes pontos de vista, um espaço que abrigou todas as representações de mundo que se eclipsaram durante o processo de formação e de organização socioespacial. Essas ações proporcionaram o surgimento de um campo de disputa entre os envolvidos no processo pelos espaços decisórios.

> *O barracão ficou como se fosse um ponto, como se fosse um núcleo, onde todas as decisões importantes do assentamento inclusive até da região, fosse feita no barracão. Isso por ser um lugar bem centralizado, que tem um certo conforto e daqui então decidimos a sair todas as decisões do assentamento, dessa comunidade e outras decisões inclusive política, sai desse assentamento a partir desse barracão. (Entrevista com Osvaldo, em 12/11/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Foto 09: Venda de ingressos para a festa beneficente

Assentados e convidados na fila para comprar ingresso para o almoço beneficente, em prol da Igreja Católica no barracão. Fonte: Amauri T. B. Nogueira, em 12/11/2006.

Foto10: O almoço coletivo

Foto 10: Assentados e convidados almoçando.
Fonte: Amauri T. B. Nogueira, em 12/11/2006.

Um desses conflitos é o lugar que os representantes, as lideranças e os assentados ocupam no processo de formação e de organização do assentamento. Os técnicos emergem nesse processo como representantes, trabalhando para o Estado com a proposta de modernizar a estrutura do assentamento, confrontando-se com os assentados devido às expectativas distintas sobre o mesmo processo em relação à organização da produção.

> *Na época, essa era a nossa cartilha, nós acreditávamos nisso. Também não era porque era uma norma do Estado que a associação era a viabilização, ainda hoje acredito. A gente tinha uma proposta de assentamento, de trabalho, mas não existia experiência prática nossa, dos técnicos, porque, afinal de contas, éramos uma moçada, na época, tudo muito disposto, acreditando que o assentamento era viável, que a reforma agrária ia, e acredito ainda hoje. Nós acreditávamos que essa proposta de você viabilizar, o objetivo era mostrar que o pequeno agricultor, ele pode ter acesso à tecnologia igual o grande agricultor e a máquinas de implemento da mesma forma, e nós fomos pro assentamento com essa proposta de viabilizar. E não existia experiência anterior e as coisas foram acontecendo, e nós fomos também aprendendo junto, e claro que, em muitas das questões, nós erramos junto no processo. (Entrevista com Engenheira Izabel, em 07/02/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Percebemos, na fala de Izabel, a engenheira entrevistada, que os técnicos envolveram-se no assentamento ora como militantes, ora como representantes do Estado que tinham que cumprir suas funções no interior do assentamento, mas se enredaram na nova sociabilidade que se apresentava, pois eram partes constituintes do processo e, entre o ser militante e o ser técnico,, havia o obstáculo de serem funcionários do Estado e que, por isso, tinham uma função a cumprir. Essa situação estabelecia um limite (mesmo que fosse relativo) e a inexperiência "nós éramos uma moçada" (Entrevista com Engenheira Izabel, em 07/02/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira). Revelava-se nas práticas e estratégias cotidianas e trazia no seu bojo o conflito da racionalidade técnica, da inventividade dos assentados e dos projetos distintos. As intenções ficavam amarradas aos limites da orientação do Estado.

Além disso, é visível nas falas que, na construção da identidade do grupo, os representantes vivem conflitos de identificação e diferença, simultaneamente, apresentando-se de forma ambígua, pois são militantes, simpatizantes das causas dos assentados, e funcionários do Estado. Nesse processo, no jogo do conflito, nas negociações, o viés democrático era o objetivo sempre perseguido, por meio da força estruturadora que o embate democrático proporciona: "erramos junto no processo". (Entrevista com Engenheira Izabel, em 07/02/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

No tocante ao envolvimento dos técnicos do Estado, Maria Cecília Masselli (1998:63), ao estudar as relações que se estabelecem entre agricultores assentados e técnicos ligados ao Governo do Estado de São Paulo, chama a atenção para as relações sociais nem sempre democráticas que se estabelecem entre esses sujeitos, devido à formação dos técnicos, os quais são preparados para responder tecnicamente aos problemas agrícolas.

A autora salienta, ainda, que os técnicos exercem dois papéis: um como opressor, na figura do técnico agente governamental; e, ao mesmo tempo, o de educador militante. (Masselli, 1998:74)

No primeiro caso, os técnicos são articuladores de políticas estatais e estimuladores de propostas em parceria com os assentados, transformando-se em reprodutores de relações de dominação entre técnicos e agricultores. No segundo caso, querem ser solidários com os assentados, contestando a ideologia dominante por parte do governo. (Masselli, 1998:74)

Percebemos que os obstáculos entre o saber racionalizado dos técnicos e a falta de políticas públicas dirigidas para o setor e a realidade camponesa, que nem sempre se pauta por fatores exclusivos do mercado, mas se guia por orientações de subsistência, criaram um descompasso entre o desejo dos técnicos de colocar em prática seus objetivos e as necessidades dos assentados. Martins (2001), no seu trabalho sobre extensão rural em assentamentos, em que os assentados passaram por um período de suas vidas em áreas urbanas, alerta para formação de técnicos que privilegiam a racionalidade técnica em detrimento dos problemas sociais. Segundo Martins, o processo histórico de construção do saber concernente à extensão rural tem-se caracterizado pelo desejo de alcançar um determinado nível de desenvolvimento que pressupõe exagerada ênfase tecnológica e racionalidade econômica, a despeito da pouca atenção aos problemas sociais graves (Martins, 2001:31). Percebemos que houve dificuldades ligadas à produção, as quais afetavam diretamente a sobrevivência dos assentados e extrapolavam as questões do saber técnico, pois se assentavam no campo das políticas públicas e, por isso, obstaculizavam suas ações. Uma das dificuldades foi a demora dos financiamentos advindos do Estado, o que prejudicou o plantio e estabeleceu uma crise, que teve que ser “contornada” com planos superficiais que não davam conta de satisfazer as necessidades

básicas do assentamento, perdurando por quase dez anos e tornando-se uma das causas que invibializaram as ações coletivas e associativas, condicionando, desta maneira, a possibilidade do "sucesso" do assentamento.

> *Na verdade eu acho que tem um episódio no assentamento que deu uma característica para ele, que não pode deixar de ser citado. Foi que os assentamentos eram planejados, a área do lote em função da distância da cidade, do tipo de solo e do tipo de exploração que se faria nesse lote. E Porto Feliz foi pensado basicamente com fruticultura com olericultura, que são atividades que permite uma renda maior em uma área menor. O assentamento é de 1986 e só em 95 foram que os recursos do PROCERA vieram pro assentamento. Esse tempo foi o que eu chamo que a gente cozinhou o galo, porque não existiam esses recursos que permitiria que aquele lote de área pequena viabilizasse aquela renda. Quando vieram esses recursos foi justamente na época do plano real e aí foi destinado viabilizasse aquela renda, equipamentos de irrigação, e o pessoal investiu no plantio da olericultura o preço tava legal e financiou estas culturas, que são culturas caras. Teve uma época que Porto Feliz parecia um campo de flores de couve-flor. Ela floresceu, não houve comércio. Era uma época que não se conseguia visualizar comércio. (Entrevista com Engenheira Izabel, em 07/02/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

O conflito estabelecido, nesse caso, é decorrente da formação dos técnicos, da sua postura militante e da sua função social de representante do Estado, que pensa o camponês sob o viés exclusivo do pequeno agricultor inserido no mercado, e que, por isso, necessita modernizar sua forma de produzir a qualquer custo, sem levar em consideração a capacidade inventiva desses camponeses que, em momentos de dificuldade econômica e financeira, matam um porco, uma vaca, uma galinha, comem uma alface ou qualquer outra verdura ou legume, enfim, buscam alternativas de sobrevivência e de escoamento do excedente, produzindo um processo simultâneo entre agregar valor ao seu produto e ter alimentos de consumo próprio.

Nesse sentido, Oliveira (1994) chama a atenção para as armadilhas das iniciativas de cooperação no campo estruturadas na especialização dos produtos, em que os camponeses ficam reféns da estrutura bancária:

> *Entretanto, parece que o rumo a ser trilhado pela agricultura camponesa pode e deve ser outro. Estamos pensando numa alternativa defensiva. Esta alternativa defensiva consistiria na recuperação da policultura como princípio oposto à lógica da especialização que o capital impõe ao camponês. A policultura baseada na produção da maioria dos produtos necessários à manutenção da família camponesa. De modo que ela diminua ao máximo sua dependência externa. Ao mesmo tempo, os camponeses passariam a produzir vários produtos para o mercado, sobretudo aqueles de alto valor agregado, que garantiria a necessária entrada de recursos financeiros. (Oliveira, 1994:50)*

Uma visão oposta à nossa é a de Abramovay (1994).

> *É a utopia de que o mundo da produção material, o mundo das relações econômicas que se implanta com o assentamento é uma espécie de continuidade, de reprodução do mundo encantado da luta que se estabelecia no momento da ocupação da terra. Os movimentos sociais, de certa forma, dessa perspectiva, tentam permanecer no mundo encantado da luta por uma utopia, no mundo da igualdade etc. E o que nós estamos vivendo e o que se vive na realidade dos assentamentos se implanta, estabelece-se o desencantamento do mundo, a realidade da sociedade capitalista, onde você tem mercado, dinheiro, desigualdade, despersonalização das relações econômicas e assim por diante.(...) é o desencantamento do mundo da reforma agrária, por mais que, para nós, isso tenha um certo caráter traumático. (Abramovay, 1994:316).*

Acreditamos na contradição do conflito, que introduz nas relações daí advindas momentos de tensões e momentos de superação; que estabelece, portanto, a contradição entre o concebido e o vivido, o que está para além do desencantamento do mundo. Tal concepção reduz o conflito sob a lei do mercado e não leva em consideração os ganhos relativos à luta pelo reconhecimento. A nosso ver, a tendência transformadora que o conflito produz engendra a possibilidade da releitura do processo sob o prisma da construção de sujeitos, ou seja, valores, autonomia, liberdade, restabelecimento da dignidade perdida nos processos de migrações desses sujeitos e, sobretudo, a possibilidade de sobrevivência a partir da (re)conquista dos meios de produção que outrora lhes foram expropriados, espoliados. Por intermédio de novas formas de

organizar o espaço social, o grupo revela a tentativa, na produção do espaço, de uma nova sociabilidade que engendra ações coletivas alternativas. “Eu coordeno um trabalho de serviço social junto com a assistente Edilza da prefeitura de Porto Feliz de assistência às famílias. Temos também um trabalho de artesanato que busca as pessoas, pra poder estar ensinando as mulheres a terem outros tipos de renda, não só tirar da terra”. (Entrevista com Sueli, em 05/11/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

A Igreja, especificamente, com sua visão comunitária e, sobretudo, com sua presença por intermédio do Padre Chico, ocupava um lugar privilegiado no processo de formação e de organização do assentamento. Um processo que tinha se iniciado no município de Sumaré, na comunidade Nossa Senhora de Fátima, e que conferia à Igreja um poder agregador em torno do projeto coletivo que, por sua vez, não reconhecia o projeto dos individuais. O Padre Chico trazia apoio aos assentados, pois, por meio de alianças com lideranças políticas locais e junto à comunidade de Porto Feliz, fazia a mediação para suprir as necessidades básicas de alimentação, de vestimenta, com cursos como os de corte e costura, ministrados por freiras da comunidade local, além de outras necessidades dos assentados.

Tarelho (1988:204) observa que, logo após a conquista da terra, a Igreja foi a primeira a intervir no processo de organização dos assentados, não só com a parte religiosa, mas também contribuindo com recursos humanos, materiais e políticos, com o objetivo de implementar seu projeto comunitário baseado na proposta da terra como bem comum, e que consistia dos seguintes pontos:

a) Posse e uso coletivo da terra, sem nenhuma demarcação de domínios;
b) Trabalho coletivo em todas as etapas do processo produtivo, desde o preparo do solo até a colheita;

c) Apropriação comunal do produto do trabalho coletivo, visando, de um lado, investir os recursos obtidos em bens e serviços de ordem comunitária e, de outro, garantir um desenvolvimento equilibrado para todas as famílias.

Na fala do Padre Chico, percebe-se o reconhecimento da dificuldade de se implantar um projeto de cooperação de produção agrícola devido ao sistema capitalista e a frágil assistência do Estado:

> *Meu sonho era vê aquilo funcionando como uma cooperativa de produção agrícola de tal modo que todos trabalhassem coletivamente e vendessem. E a cooperativa produziria e comercializaria. Aí vem outro problema, a cooperativa enfrenta muita dificuldade numa sociedade capitalista. Aí, então, quando a pessoa é despreparada, é mais difícil ainda. O Estado falhou muito, apesar do esforço de alguns funcionários que o Estado destacou, mas foi insuficiente, a assistência precisaria ser uma assistência mais severa, mais tenaz, inclusive com a exclusão dos que não se adequassem ao ideal. Aí sou eu que estou falando, porque pode haver opinião divergente, um estudioso de gabinete aí, pode dizer: o senhor está querendo uma coisa que não é viável, mas é uma utopia que a gente tem. (Entrevista com Padre Chico, em 09/11/2005, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

No desejo de contribuir para a organização do assentamento, a Igreja adotou práticas autoritárias, intervindo diretamente no processo de organização e de formação, não permitindo que os grupos de famílias que quisessem morar e plantar individualmente se tornassem livres para escolher a melhor forma de se organizarem na terra conquistada. (Tarelho, 1988:207).

Os conflitos, nas dimensões apresentadas, tornaram-se o pano de fundo dos problemas que permearam a existência da associação durante sua vigência e motivaram sua extinção. Os conflitos, nos vários planos, sejam individuais ou coletivos, tomaram proporções que ultrapassaram o poder de decisão do coletivo. A partir do momento em que a associação passa a ser o espaço catalisador dos conflitos torna-se, simultaneamente, o lugar das negociações e, quando as divergências dentro da associação ultrapassam o poder de negociação, ela se extingue.

O problema é a falta de preparo, talvez até de espiritualidade, porque o ser humano é egoísta, e o egoísmo humano, não é fácil lidar com ele, o individualismo. Eu acho que esse egoísmo, esse individualismo, tanto que, no uso de máquinas, por exemplo, mais de uma vez houve é, mas fulano fica muito com a máquina, não é fulano que fica aí. Então, tinha que entrar a autoridade da funcionária, a Izabel, sobretudo, muito jeitosa, muito competente, dedicada mesmo, tentava-se uma composição para que todos usufruíssem o que era coletivo, mas sempre com certa dificuldade, decorrência do egoísmo, do individualismo que nos acomete a todos nós e não seria lá que deixaria de existir. (Entrevista com Padre Chico, em 09/11/2005, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

O pobre é muito difícil, o pobre sempre acha a culpa em alguém, quando as coisas estão indo mal. Nós aqui, no assentamento, noventa por cento não chegou ao segundo grau, ou aliás, noventa por cento não terminou o primeiro grau. Então, analfabeto pobre, então, a dificuldade é muito grande. A gente vive mais, a força nossa aqui é do aprendizado, a gente usa muito essa questão do aprendizado. Nós aprendeu nessa andança, aí teve muita gente. Eu fiz a minha faculdade dentro do MST, eu aprendi mais foi andando por aí. Então isso atrapalha muito. Quando fala em leis, fala em regras, é muito difícil enfiar na cabeça da pessoa, o que é a lei. Nós temos que cumpri a lei, mais o que é a lei?Tem a regra, então a regra é pra cumpri, mas o que é a regra?Aí vai explicar para as pessoas, ela acaba não entendendo. Então é uma dificuldade muito grande, para mostrar para as pessoa uma parte, mais foi isso daí de ter acabado com a associação. Porque nossa associação era muito boa nós tivemos várias conquistas através da associação. (Entrevista com Miltão, em 26/11/2005, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

Houve o entendimento, que melhor seria uma divisão em grupos, onde o trabalho seria melhor discutido. O que era o trabalho? O que era o grande monstro da associação? Era as máquinas, os tratores, porque, no uso dos tratores, é que se criava os grandes problemas. Então, houve a divisão em grupos, e cada grupo administrava suas máquinas. Então, os mesmos problemas que ocorriam dentro da associação se transportaram para os grupos, e bastava você ser um tratorista para lhe conferir um valor maior. Coisa que passamos muitos dias discutindo, como se estabeleceria, quanto valia hora-máquina em relação hora-homem de trabalho, como faria esta priorização dos trabalhos, porque choveu, todo mundo quer preparar seu solo. Seria por sorteio, isso ficava definido, muito bem discutido com todo mundo, isso ocorria na associação, depois ocorria nos grupos e, outra vez, nos grupos. E, assim, quem tinha olho era rei na terra dos cegos. A solução que os grupos foram vendo era vender a máquina. Porque a máquina era o problema e, por fim, sem as

> *máquinas não viam a grande necessidade de estarem em grupo e, assim, acabou-se a história. (Entrevista com Engenheira Izabel, em 07/02/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Nas falas apresentadas, percebe-se que os diferentes motivos ou razões que orientaram o fim da associação possuem a mediação de práticas democráticas que não foram suficientes para mantê-la em funcionamento. A contradição que se encerra no conflito se dá pelo estranhamento dos sujeitos em planos diferentes da mesma realidade. O desafio nesses discursos é ouvir o outro, é tentar entender até que ponto a experiência de vida e de trabalho medeia suas reflexões.

Nas reuniões, nas assembléias e nas atividades coletivas é que se percebe em que medida o simbólico carrega-se de sentido para cada sujeito. É nesses momentos proporcionados pelas lideranças que a democracia se realiza, com todas as suas contradições. É nesse momento que as práticas e estratégias trazem, no seu bojo, a contradição, e fecundam o conflito, expõem a negatividade e criam e recriam a democracia participativa. "Participando é que os indivíduos adquirem aos poucos um grande aprendizado político". (Souza, 1994:45)

O fim da associação permite pensar que não foi por clientelismo, por autoritarismo ou, por favor, mas por laços frágeis de identidade e de diferença, em que se vê o outro com um olhar estereotipado**,** ora como ingênuo, ora como esperto**,** "o pobre", "o analfabeto", com "a falta de preparo", "a falta de espiritualidade", "os tratores que criavam problemas",ou como "em terra de cego quem tem um olho é rei". A democracia é mediada pela estrutura simbólica; é fruto do pensamento e toma significado concreto porque passa a ser compreendida e reconhecida pelos sujeitos, seja para aceitá-la ou para negá-la. A nosso ver, o processo de construção no espaço de poder é de inserção e os conflitos daí advindos municiam os sujeitos para a tomada de decisões e para o reconhecimento das práticas e estratégias.

É importante destacar que nem sempre, nas ações de avanço estabelecidas na nova sociabilidade, se produz superação imediata, mas se propõem questionamentos e alternativas que consolidam a dinâmica democrática em processo. É um processo doloroso (produz mágoas profundas em alguns casos), em que o conflito revela-se parteiro da democracia, obrigando os sujeitos envolvidos a reconhecerem o outro, e a darem materialidade nas ações a partir daí. Sendo assim, a democracia não se revela só pela aceitação, mas também pela negação.

À construção da identidade coletiva soma-se também a divisão do trabalho sob a ótica de gênero, repondo questões conflitantes entre os sexos que, acrescidas aos conflitos no interior das práticas sociais e estratégias de luta no assentamento, torna-se um conflito com outros elementos, permitindo pensar as disputas, as tensões e as construções de lugares sociais por dentro do processo de organização e de formação do assentamento, ou seja, dentro de uma lógica social do trabalho inserida na sociedade global, mas que toma características específicas no assentamento. É que podemos perceber na fala da assentada Sueli.

> *Não tem. Acho que não. A mulher tem buscado mais, é difícil, a gente sabe que no mundo de hoje a desigualdade, mesmo aqui, tem ainda tem ainda. Os homens sempre levam a maior vantagem de trabalho, de casa. A gente sabe que tem a área industrial ali mais pros homens é mais fácil de arruma um emprego, vamos supor se quiser trabalhar registrado, e pra mulher é mais difícil. Então lá eles empregam mais homens, pessoas da cidade. Então essa desigualdade acontece ainda e a gente passa por esse problema, e a gente vê. Só aquelas que quer meter a cara, que estudar cresce que busca uma coisa melhor. Então sempre as pequenas coisas acontecem até mesmo em casa vamos fazer alguma coisa às mulheres que são casadas homens os maridos falam ah! Não, homem a mulher não pode. Quando a gente tinha um grupo aconteceu assim. A gente vê ainda o machismo as desigualdades dos homens que o grupo de oração estava terminado muito tarde às vezes estavam reclamando com as mulheres que vinham na igreja que estava demorando muito. Aí então a gente diminuiu um pouco o horário do grupo de oração de meia hora antes devido a não ter reclamações dos homens para elas não parem de ir. Então às*

vezes a gente vê sim que ainda tem aquela coisa do marido privar mais a mulher do que ela poder evoluir isso acontece muito. (Entrevista com Sueli, em 05/11/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

Foto 11: **A luta da Mulher**

Foto11: À direita a mãe de Sueli D. Maria, cujo marido é falecido. Sueli tem 27 anos, o 2ºgrau completo aspira fazer faculdade de pedagogia e é de uma família de doze irmãos. Desempenha um papel de liderança no assentamento participando de várias atividades como, por exemplo, agente de saúde, coordenadora de grupo de Jovens da Igreja Católica, coordena um grupo de mulheres, que trabalham com artesanato, juntamente com assistente social da prefeitura de Porto Feliz. Fonte: Amauri T. B. Nogueira, em 05/11/2006.

Outro momento deste conflito relacionado ao gênero é destacado pela engenheira Izabel. Refere-se à tentativa das mulheres em questionar o papel dos homens dentro das práticas e estratégias no interior do assentamento. A engenheira agrônoma preparou um grupo de mulheres com objetivo de passarem a participar mais efetivamente das atividades do assentamento. Esta tentativa visava buscar um lugar de reconhecimento para as mulheres, no interior do assentamento.

Inicialmente, nós trabalhávamos com assentado homem. Até nas listagens você tinha o nome do homem, não tinha o nome do casal. E, posteriormente, nós viemos a constituir um grupo de mulheres e trabalhar estas questões, principalmente porque a mulher vivencia muito mais dentro de uma comunidade, ela está vivendo mais intensamente todos os problemas. Nessa discussão, quando as mulheres resolveram encabeçar alguns

> *encaminhamentos, algumas reivindicações junto à prefeitura, alguns maridos contestaram demais no sentido assim: 'nessa merda mando eu, minha mulher não tem liberdade pra poder se expressar'. Nunca imaginei que a reação fosse deste tamanho. (Entrevista com Engenheira Izabel, em 07/02/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Brumer (2005), ao estudar como se dão as relações entre homens e mulheres em assentamentos de reforma agrária brasileiros, chama a atenção para a construção social destas relações sob o prisma de gênero. Seu trabalho pautou-se na perspectiva de continuidade da agricultura de base familiar em assentamentos por meio da sucessão geracional, destacando a construção social e a possibilidade de mudanças no tempo e espaço do conflito entre os sexos.

> *Centrar a preocupação sobre a inserção de homens e mulheres na sociedade implica uma abordagem de gênero, segundo a qual se considera que a atribuição de diferentes papéis, exigências e expectativas a indivíduos de ambos os sexos é social e não biológica. Deste modo, enquanto as características biológicas de homens e mulheres são herdadas, as diferenças de gênero são construídas socialmente. Devido a esta construção social, os papéis atribuídos aos seres de ambos os sexos, assim como seus direitos, podem variar no tempo e no espaço e estão sujeitos a mudanças. (Brumer, 2005:351)*

Brumer (2005) salienta que, nos assentamentos em que foram realizadas as pesquisas nos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul, os conflitos de gênero se davam na segmentação das seguintes atividades: agricultura predominantemente masculina, na qual as mulheres auxiliavam ou não faziam parte dos trabalhos, ficando com todo o trabalho doméstico, dentro da casa e fora, nos quintais (horta, pequenos animais e produto destinado ao consumo familiar), cujos trabalhos passam como subsidiários, tornando-se invisíveis tanto para os próprios membros da família como para os de fora. (Brumer, 2005:366)

> *Nesse sentido, reproduzem-se as relações de poder verificadas na agricultura familiar e na sociedade como um todo, embora com maior homogeneidade do que nestas, pois, diferentemente do que foi observado nos assentamentos, no meio urbano são*

> *significativos o número de mulheres chefes de família e a proporção de mulheres que fazem parte do mercado formal de trabalho; e na agricultura familiar, há situações diferenciadas envolvendo maior ou menor participação das mulheres no trabalho destinado à comercialização e no processo de tomada de decisões sobre o trabalho e a utilização dos recursos provenientes das atividades produtivas. (Brumer, 2005:367)*

Souza, (1999:168) afirma que no assentamento, as mulheres criam e recriam suas relações de trabalho, lugar em que a jornada de trabalho duplica, organizando-se e inserindo-se no processo de produção com a mesma dimensão que o homem, o que provoca rupturas no contexto familiar, em que a mulher deixa de ser a figura da casa, buscando, portanto, um lugar na sociedade e no próprio assentamento.

Gonçalves (2005) observa que o fenômeno do conflito de gênero ocorre no interior do assentamento, sob vários aspectos: o contrato de concessão da gleba (lote) em que o homem aparece como responsável, em alguns casos de viúves, as mulheres perdiam o acesso à terra; nos financiamentos o lançamento de crédito privilegiando as mulheres também se tornou uma faca de dois gumes, devido à contradição do Pronaf-Mulher este plano serviu para abrir uma linha de financiamento que prioriza a mulher, mas que não levou em consideração a constituição do assentamento, ou seja, se o assentamento é individual ou coletivo criando transtornos na sua aplicabilidade e tirando a autonomia das mulheres no momento da escolha do produto a ser comercializado. Ou seja, o financiamento do Pronaf-Mulher para plantação de hortaliças, criação de pequenos animais, produção de pães, bolachas, queijo, nem sempre corresponde as necessidades das mulheres assentadas. (Gonçalves, 2005:270)

Segundo Gonçalves (2005) em seu estudo sobre gênero em assentamentos no Pontal do Paranapanema, houve uma retração no processo de inclusão da mulher que se iniciou no acampamento e não se consolidou no assentamento. Ao contrário dos acampamentos, que oferecem condições para alterar as desigualdades de gênero, os

assentamentos aparecem como um tempo e espaço de recuo da participação das mulheres (Gonçalves, 2005:272). Segundo a fala do líder Osvaldo do assentamento da Fazenda Jupira, os assentados estão tentando romper com este tipo de discriminação.

> *Infelizmente tá faltando alguma coisa, para que a mulher desenvolva, mais nas comunidades de assentamento. Mas é um passo bastante grande que nós estamos dando em relação ao preconceito, a discriminação que tem contra as mulheres. Nesse assentamento, isso está acabando. Elas têm parte na organização, tudo aqui tem a mulher, inclusive na saúde, na igreja, na roça. Na cooperativa que nos estamos formando agora as mulheres são a maioria com a presidência, com a vice-presidência, com tesouraria. (Entrevista com Osvaldo, em 12/11/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Estamos diante de um caso em que as relações de gênero nos impõem certo grau de perplexidade, o que foi ressaltado nas entrevistas e nos trabalhos de Gonçalves (2005), Souza (1999) e Brumer (2005), porém gostaríamos de chamar a atenção para a dificuldade não só de superar as relações machistas que existem no interior dos assentamentos, mas, sobretudo, para pensar que, em um processo de construção de novas relações, os princípios norteadores que organizam as relações políticas no interior de um coletivo produzem sujeitos e pequenas lideranças que questionam por dentro o processo organizativo.

Uma outra entrevista que nos permite uma melhor compreensão da construção do espaço social sob o signo de uma construção de identidade coletiva e do sujeito é o da D. Ana Maria:

> *Eu falei pra eles que é pra módi pagar a granja, né?Então, ela só qué dinheiro. Ela falou: Quem não pudé pagar a granja vai ter que vender o terreno, fazer um dinheiro e pagar a granja. E eu falei: Mas como, se diz que não pode vender o terreno? O terreno é do Estado. Outros fala: Mas esse dinheiro é do fundo perdido, nós vamos esperar cinco ano e esse dinheiro vai caducar. Era do fundo perdido, veio do Paraguai esse dinheiro pra nóis. (Entrevista com D. Ana Maria, em 07/09/2004, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

A referência citada trata-se de um diálogo com uma assentada. A entrevistada é chefe da família; ela organiza o plantio, a colheita, distribui funções, faz os empréstimos, participou de toda trajetória desde a ocupação até os dias atuais, passando por acampamentos e passeatas. A entrevistada contraiu uma dívida ao desenvolver um projeto de granja que não deu certo, levando-a a optar pela plantação de café. Ao comentar sobre a plantação de café no lugar da granja e a dificuldade de saldar o crédito bancário, cita a cobrança da agente representante responsável pelo referido projeto (engenheira agrônoma) em relação à forma de pagamento do empréstimo contraído, portando-se, nesse processo, como uma pequena liderança.

Pinheiro (1999:219) coloca que as pequenas lideranças, ou seja, esposas, irmãs, ou mães de assentados, são fundamentais na luta pela terra e na terra, mas raramente aparecem como protagonistas. Algumas pequenas lideranças têm atuação mais ampla e servem de catalisadoras das insatisfações de certos grupos no interior do assentamento, outras, mais restritas, servem para rachar o consenso que vigia por determinado período no assentamento.

Nesta fala da D. Ana Maria, percebemos o limite do poder nas negociações entre os técnicos e os assentados, o que possibilita pensar na autonomia relativa dos assentados frente aos representantes, ou seja, os agentes representantes podem tentar impor soluções, sugerir, forçar, mas não será suficiente frente à liberdade dos assentados em aceitá-las ou rejeitá-las em contextos específicos, como o citado acima, em que o jogo do conflito extrapola a decisão exclusiva da engenheira.

Foto 12: A inserção das mulheres nos espaços políticos

Foto 12: Mulheres assentadas participando da reunião sobre o documento da terra e a assentada do lado direito é D. Ana uma das nossas entrevistadas. Fonte: Amauri T. B. Nogueira, em 13/08/2006.

As experiências coletivas advindas das práticas e estratégias permitiram a construção de lugares de sujeito nas relações sociais estabelecidas entre assentados e representantes. Experiências que são frutos das estratégias e práticas elaboradas cotidianamente, desenvolvidas entre tensões e conflitos, revelando-se emancipadoras e constituintes de sujeitos sociais.

O universo simbólico que produziu os assentados do grupo III é completamente diferente de outros grupos, como já assinalado neste trabalho, devido à incorporação de urbanidades e a suas trajetórias de vida/trabalho, o que motivou muitos conflitos entre individuais, coletivos e representantes. Na fala do Padre Chico, constatamos essa visão contraditória dos representantes que, por ter como referência a visão tradicional do camponês, não compreendiam suas atitudes no cotidiano como reveladoras de um camponês que necessitava de um novo olhar; envolvidos em um contexto específico, exigiam um olhar que respeitasse a fala do outro como sujeito que fala, que conhece, que

compartilha a vida e que traz outros saberes. Na fala do padre Chico, percebe-se que a forma como se concebe o outro dificulta o diálogo, cria tensões e gera conflitos no espaço de vivência.

> *A gente foi tendo também tristeza como, por exemplo, me aconteceu de ir lá numa segunda-feira, que eu esperava ver todo mundo trabalhando, e tinha um deles que tinha um botequinho com uma mesa de bilhar e a moçada jogando em plena segunda-feira. Quer dizer, um sitiante nosso aqui, às cincos ou seis horas da manhã às vezes antes, já está batendo aí firme com um tratorzinho, com enxada na mão. Além do mais, durante bom tempo eu não saberia precisar, mas, até onde eu me lembro, o Estado mandava uma cesta básica para cada família, e eles tinham uma garantiazinha de comida, que é fundamental. Além disso, tinha a comunidade da Igreja Católica de outros lugares também mandavam ajuda. (Entrevista com Padre Chico, em 09/11/2005, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Essa visão do padre Chico é fruto das representações sociais e das experiências que estão no imaginário individual, e que produzem uma imagem social do camponês. Percebe-se, na da fala do Padre Chico, que o que está em jogo é que esses trabalhadores não trabalham como deveriam, ou como é comum no camponês tradicional, e não o contrário, que esses trabalhadores têm uma outra forma de se relacionar com o trabalho.

Ao fazer a comparação dos assentados com o camponês nascido e criado em Porto Feliz, em que o trabalho na terra estava no centro do universo da produção de subsistência, o padre não ficou atento aos elementos introduzidos pela dinâmica social que construiu os assentados do grupo III. Os assentados que tiveram uma passagem de longo período pelo espaço urbano incorporaram algumas das características urbanas e vêem no trabalho um retorno imediato e econômico, a produção da vida passa por outros elementos, ou seja, a lógica da (re)produção da vida é imediatista, competitiva e se orienta pelas regras de mercado, só que incorporada a um outro elemento de extrema relevância: o de ser “dono” do seu próprio negócio; a terra está além de ser um lugar de produzir alimentos, pode ser um negócio de barganha (trocar por uma outra coisa que ele

acha equivalente, vender o lote, ceder para outro plantar seu lote), um lugar de descanso para a chegada e um outro tipo de atividade extra-assentamento.

As análises obtidas nos documentos escritos, como relatórios do ITESP, matérias de jornais, atas de reuniões, e os relatos orais, nos permitiram obter informações com diferentes olhares, revelando-nos que o conflito, no interior das práticas sociais e das estratégias de luta, proporciona a incorporação de mecanismos que possibilitam instrumentalizar esses trabalhadores rurais com outros conteúdos democráticos estruturadores de identidades coletivas.

A democracia só pode ser entendida se partimos do pressuposto de que os assentados são sujeitos autônomos e estabelecem relações por meio de suas experiências de vida/trabalho e que são capazes de se organizarem e reorganizarem baseados em suas experiências vividas. Esta é a condição concreta. É só com este ponto de partida que se entendem os conflitos entre a identidade e a diferença, entre o velho e o novo.

A democracia é uma apropriação de práticas; é uma relação social, um processo, uma construção.

Nesse sentido os problemas externos presentes no cotidiano dos assentados, tornaram-se desafios a serem enfrentados durante a organização e a formação do Assentamento, como, por exemplo, a construção do Parque Industrial que foi realizado no assentamento, no espaço dos individuais.

> *A chegada do parque industrial foi o seguinte; existia por parte da prefeitura de Porto Feliz, na época tenente Genésio que era o prefeito. Ele já pleiteava aquela área. A negociação foi feito o seguinte na época como eu tava naquele lote o Estado tinha cortado aquela parcela eu resolvi que aquilo ia influenciar mais tarde no emprego do pessoal. Então pensando nisso eu e outro companheiro que tinha a parcela nessa área decidimos então sair ceder para a prefeitura aquela área de 12 alqueires, mas não 92, mais sim 12 e ele concordou. A negociação no início foi difícil depois chegamos num acordo a bom termo inclusive na época, ele nos preparou a terra, ajudou com calcáreo, inclusive em parte do material da construção da nossa casa. Naquela*

época alguém ficou realmente contrário mais a grande maior era realmente correta e ficou do nosso lado. Porque acho que a decisão era correta que nos fizemos. (Entrevista com Osvaldo, em 12/11/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

Na época, no começo quando falaram [do Parque Industrial] eu era contra, fui contra até mais ou menos uns nove anos. Mas depois eu fui estuda, eu falei meus filhos vai crescer e eles podem pegar um serviço numa firma e hoje meu filho trabalha lá. Então foi bom, foi bem vindo à área industrial, foi bem vinda aqui dentro, como diz a moda do outro só tá ajudando todo mundo não só eu, mas todos até o setor de lá. (Entrevista com Cleter, em 05/11/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

Foto 13: Distrito industrial

Foto 13: Entrada do Distrito Industrial de Porto Feliz.
Fonte: Amauri T. B. Nogueira, em 01/05/2006.

Embates que ficam visíveis quando se analisa a prática cotidiana, em que, ao se formarem redes sociais na luta pela infra-estrutura, como transportes, escola, posto de saúde e outros serviços (conquistas adquiridas fora do assentamento), percebe-se que são resultados de muita pressão e negociação por parte dos assentados junto aos responsáveis pelos serviços dentro do município.

Pesquisando uma matéria do jornal Tribuna das Monções**,** publicada em 1986, época da formação do Assentamento, notamos que, por trás do conflito que envolvia reivindicações por serviços básicos do município por parte dos assentados e da constante negativa do prefeito, ocultavam-se interesses econômicos e políticos que resultavam no isolamento do grupo.

Com o título "Nem os políticos querem saber dos sem-terra", na matéria do jornal descreve-se a situação de isolamento em que vivem os recém-assentados, destacando-se que os políticos locais não visitavam o assentamento, o que causava estranheza por parte dos assentados. O jornal também observa que nem o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto Feliz recebeu bem os assentados, os quais reclamavam também da falta de água e da demora para construir a escola: "Tem muita criança por aí, desocupada". Frente a essa situação, o Jornal finaliza: "Nesses barracos as famílias esperam a destoca, as sementes e a visita dos políticos da cidade. De certo apenas uma coisa está chegando ao assentamento: o inverno". (Jornal Tribuna das Monções, Nem os políticos querem saber dos sem-terra. Porto Feliz, 13 de maio de 1986, p.04.)

Segundo o Jornal Tribuna das Monções, o prefeito municipal não perde a oportunidade de hostilizar os sem-terra. É o que se lê, por exemplo, em uma matéria que destaca a reivindicação dos sem-terra em relação ao transporte escolar para as crianças do assentamento, alegando que as crianças teriam que andar muito para conseguir o transporte para irem à escola e, ainda, sem segurança. O prefeito, diante desse pedido, nega o transporte e alega que as terras férteis do horto deveriam servir de distrito industrial e não de "foco da reforma agrária na região". (Jornal Tribuna das Monções. Prefeito nega transporte para estudantes sem-terra. Porto Feliz, 06 de fevereiro de1987, p.06)

O pano de fundo dos conflitos externos do assentamento Jupira é o desejo do prefeito de construir um distrito industrial no local do assentamento, o que vai dificultar as ações dos assentados para reivindicações futuras.

Nesse contexto, observa-se que o assentamento é um espaço social premido por necessidades imediatas; tudo é relativamente novo e precisa de respostas urgentes, envolvendo os sujeitos sociais em conflitos motivados por vários fatores de ordem política.

No interior do assentamento, as redes e relações sociais são, em grande parte, rupturas com a vida pregressa dos assentados; são momentos de nova sociabilidade. Os conflitos são reflexos de projetos distintos, de necessidades imediatas, mas também de projetos que pressupõem a construção do espaço social do assentamento sob as práticas sociais e estratégias de luta que encerram (re)arranjos de práticas democráticas que surgem como resultados dos conflitos negociados dentro das regras estabelecidas pelos próprios assentados.

Nos documentos pesquisados, podemos observar as tensões, os conflitos e a tentativa de superação das diferenças entre os sujeitos sociais envolvidos no processo de organização do assentamento.

De acordo com a Ata de Reunião, realizada em 05 de novembro de 1993, observa-se que uma das pautas refere-se à seleção de assentados para ocupar lotes vagos ou a vagar. Verifica-se a tensão no interior das comissões nos seguintes itens desta ata:

> ***Item 3*** *– O Setor II teve seu representante juntamente com o Setor III, ambos eleitos pelos moradores do setor. O representante do setor I pediu para não participar da Comissão devido a pressões sofridas.*
>
> ***Item 7*** *– Qualquer negociação fora da lista não será reconhecida, sendo que o DAF acionará a Justiça para a retomada do Lote, ficando o comprador sem qualquer ressarcimento. (ITESP, 1993:02)*

Temos aí um jogo de poder que envolve todo o assentamento, dentro de uma perspectiva democrática que, contudo, não consegue satisfazer a todos, fazendo com que os representantes lancem mão de alguns artifícios para fazer prosseguir a distribuição dos lotes. Observa-se, no final da ata, um "Alerta Geral: O desenvolvimento do assentamento e o bom convívio das famílias dependem de todos nós". Nota-se, nessa passagem, uma tentativa de conciliação que faz parte das iniciativas para a resolução dos conflitos encontrados.

O assentamento torna-se o lugar em que os sujeitos envolvidos no processo, com suas práticas e estratégias, constroem valores, produzem reconhecimento, mas também produzem regras, para o funcionamento, que limitam e condicionam o tipo de escolhas a serem feitas pelos assentados. Nessa perspectiva de tentar conciliar os conflitos envolvendo os assentados, as práticas e estratégias passam a ser democráticas do ponto de vista do interior do assentamento, o que traz contradições para os representantes que portam outros projetos de assentamento e, sobretudo, as relações ficam sob o agenciamento do Estado, o que, em muitos casos, como alguns citados anteriormente, não define o processo de assentamento em geral, mas condiciona, em alguns momentos, e sugere, em outros.

Exemplo desses conflitos são as diferenças das representações entre assentados e representantes, sejam eles padres ou técnicos representantes do Estado. O assentamento apresenta, na sua formação e organização, os conflitos das instituições com as quais foram socializados: Igreja, MST e o Estado. Na disputa pelos espaços decisórios, os assentados líderes e representantes produzem experiências; autoritárias, de favores, mas sobretudo democráticas.

Os assentados, por meio das negociações que engendram concessões e ganhos, imprimidas pela dinâmica das práticas sociais e estratégias de luta, permitem questionar

as relações de autoritarismo e de favores que são construídas entre opositores. É a constituição do assentamento como terra conquistada, fruto da práxis dos próprios sujeitos envolvidos no processo de uma nova sociabilidade que dá a identidade para os sujeitos.

> *O homem supera (transcende) originariamente a situação não com a consciência, as intenções e os projetos ideais, mas com a práxis. A realidade não é um sistema dos meus significados, nem se transforma em função dos significados que atribuo aos meus planos. Mas, com o seu agir, o homem inscreve significados no mundo e cria a estrutura significativa do próprio mundo. (Kosik, 1976:220)*

Portanto, são o sujeito e o espaço em construção, resultados das práticas sociais e estratégias de lutas e os conflitos daí advindos; a partir do movimento do conflito se conformam as relações, as redes sociais que se estabelecem no cotidiano dos trabalhadores, dos representantes e das lideranças, e as rupturas com as relações de dominação, em que expressam a configuração do espaço em disputa.

Os conflitos não param na construção do assentamento, contornam-se uns, surgem outros. A reflexão que se põe no próximo capítulo busca analisar a tentativa de superação dos conflitos nas metamorfoses do assentamento.

CAPÍTULO III

Metamorfoses do Assentamento: territórios, redes e urbanidades

Foto 14

Foto 14: Confraternização.

Almoço beneficente em prol da compra de forro e piso para a Igreja Católica. Assentados e convidados na fila para pegarem o almoço. Fonte: Amauri T. B. Nogueira, em 12/11/2006.

> *O mito da desterritorialização é o mito dos que imaginam que o homem pode viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade, como se o movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases. (Haesbaert, 2004:19)*

Entender as redes de interdependência, de solidariedade e de conflitos estabelecidos entre os diferentes sujeitos que se relacionam no espaço social do assentamento, envolvendo sua fixação no espaço marcado e também suas redes com o espaço ligado, os assentados conformam o território do assentamento e engendram processos de urbanidades. Envolvem uma opção de ordem política, produzindo mudanças qualitativas no interior do assentamento.

E é nessa construção de territórios, redes e urbanidades que a trajetória de vida/trabalho permite pensar os elementos que compõem o conflito para além das festas, do costume camponês tradicional, o que possibilita um novo olhar sobre esses sujeitos sociais. Segundo Ortiz (1992), o pensamento que não leva em consideração a trajetória dos camponeses e o momento presente vivido não consegue compreender o popular, e se estabelece como característico da visão do período romântico, que tem um olhar específico para o camponês:

> *Entretanto, o camponês não será apreendido na sua função social; ele apenas corresponde ao que há de mais isolado da civilização. Os costumes, as baladas, as lendas, os folguedos, são contemplados, mas as atividades do presente são deixadas de lado. Movimento de imigração para a cidade, formas de produção, inserção do camponês na cidade nacional, são esses os temas ausentes, tabus; eles escapam à própria definição do que seria popular. (Ortiz, 1992:26)*

Assim, levando em conta as experiências pregressas dos assentados, é que o processo de construção do território do assentamento é pensado, considerando o conflito no interior das práticas sociais e estratégias de luta a partir da contradição entre velho/novo e identidade e diferença, as quais se pautam pelo conflito entre as velhas práticas e estratégias trazidas pelos sem-terra, fruto de suas trajetórias de vida/trabalho,

destituídos de referências socioespaciais que lhes propiciem relacionarem-se no interior desta nova territorialidade que se apresenta. As novas práticas e estratégias são formas de resistência a um processo civilizatório que expressa uma hegemoneização de padrões de conduta individualista, além da negação de projetos alternativos que busquem outras opções emancipadoras, capazes de construir sujeitos sociais pelo viés do coletivo.

Para Otávio Ianni (1992), a pauperização das populações, resultante desse processo, não as impede de, simultaneamente, armarem-se de seus valores, de seus símbolos, de suas formas de pensar e de imaginar para se defender e resistir. Essas práticas e estratégias são pensadas para que possam desnudar as representações sociais no cotidiano dos sujeitos envolvidos no processo da nova sociabilidade que se apresenta, permitindo aos assentados questionarem as velhas relações sociais. Compreender essas práticas e estratégias no "miudinho" das questões cotidianas possibilita ler outros conteúdos, jogando com a inventividade das microrrelações.

> *É aí que o reencontro com as descobertas das orientações fenomenológicas ganha novo e diferente sentido. Pois, é no instante dessas rupturas do cotidiano, nos instantes da inviabilidade da reprodução, que se instaura o momento da invenção, da ousadia, do atrevimento, da transgressão. E aí a desordem é outra, como é outra a criação. Já não se trata de remendar as fraturas do mundo da vida, para recriá-lo. Mas dar voz ao silêncio, de dar vida à história. (Martins, 1998:06)*

No entanto, são as transgressões, os atrevimentos, as ousadias que permeiam o debate da construção da democracia como obra dos próprios sujeitos envolvidos no processo de assentamento.

Contudo, ao que parece, a democracia proposta por D'Incao e Roy (1995) está em descompasso com a práxis cotidiana dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Não se trata de discutir a democracia sob a ótica de dominantes e dominados, como Brenneisen (2002), dos que resistem e dos que oprimem, mas entre os sujeitos sociais que constroem suas

relações sob suas próprias regras no interior de uma nova sociabilidade. Na formação e na organização do assentamento da Fazenda Jupira, os conflitos no interior das práticas sociais e das estratégias de luta redimensionam suas ações por meio de práticas coletivas (caminhadas, formação de comissões de saúde, de segurança, de transporte, de educação e outras). Por meio das constantes reuniões de pequenos grupos e das assembléias que ocorrem regularmente, vão sendo delineados os próximos passos, as novas estratégias de luta, as novas fronteiras para conquistas.

A experiência ensina formas mais adequadas do uso da palavra, do sentido e do poder da palavra, do que pode ser dito e do que não deve ser dito; de quando e de onde deve ser dito o que pode ser dito (Geraldo, 2002:139), ou seja, na produção do espaço, configura-se um momento de construção de relações democráticas pelas quais perpassa o conflito no assentamento do seu início até os dias atuais; impondo, na atualidade, a necessidade de resolver problemas práticos, como de infra-estrutura; e problemas imediatos, como continuar a ser assentamento ou se transformar em um bairro rural.

Stédile (1997b) desenvolve um pequeno histórico sobre o processo de distribuição de terras no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, demonstrando que estas distribuições ficavam em regiões de fronteira pouco habitadas.

> *No final do século XIX e início do XX, houve diversos programas de colonização, organizados pelo governo federal para atrair camponeses pobres da Europa e substituir pela mão-de-obra escrava. A partir de 1927 também houve projetos de distribuição de terras para a população, em lotes de um módulo mínimo para a subsistência das famílias. Estes lotes ficavam localizados nas regiões de fronteiras, pouco habitados e não desbravados. Já na década de 50, os programas de colonização interna foram destinados aos camponeses do Sul e do Nordeste. E, finalmente, na década de 70 os governos militares criaram as rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Cuiabá-Porto Velho e deslocaram milhares de famílias para colonizar as margens dessas rodovias, nos estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia. (Stédile, 1997b:36)*

Bergamasco e Norder (1996), estudando os assentamentos no século XX, destacam que o termo “assentamento” apareceu, pela primeira vez, no vocabulário jurídico e sociológico, no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e se difundiu para inúmeros países. De forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de unidades agrícolas de produção, resultado de políticas governamentais implementadas com vistas a reordenar o uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com terra. Encontram-se, em seus estudos, cinco definições de assentamento: a) Colonização de áreas devolutas e expansão de fronteiras agrícolas; b) Realocação de populações atingidas por barragens; c) Planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória; d) Programas de reforma agrária via desapropriação por interesse social; e) Demarcação de reservas extrativistas.

O assentamento objeto de nossa pesquisa (Fazenda Jupira – Porto Feliz/SP) é fruto da luta política que envolve vários segmentos da sociedade: os representantes (Igreja, Partidos Políticos, MST, ONGs, Universidades e Estado) e os protagonistas (assentados - trabalhadores rurais desempregados - ávidos por um pedaço de terra). O assentamento desse tipo é o resultado de luta e de resistência, fruto da organização e da mobilização dos sujeitos envolvidos no processo de ocupação e de assentamento com o objetivo de desapropriação por interesse social.

A visão do camponês assentado do MST permite uma reflexão a respeito da compreensão do “ser camponês”.

O ser camponês assentado se materializa nas práticas sociais e estratégias de luta, que envolvem uma nova categoria estabelecida da relação entre as várias socializações propostas pelos representantes, pelas lideranças e pelos assentados. Nessa perspectiva, é diante dos conflitos advindos das práticas sociais e estratégias de luta que a nova sociabilidade obriga os sujeitos a reorganizarem tudo aquilo que eles

compreendiam e entendiam por vida. Uma dessas possibilidades dos assentados se (re)organizarem em torno da nova sociabilidade é pensar sobre a formação e transformação dos bairros, em São Paulo, e sobre o processo de urbanização que impregna essas transformações. Tais estudos contribuem para refletirmos sobre as implicações do processo de urbanização do assentamento da Fazenda Jupira, especificamente no que se refere aos conflitos advindos das novas perspectivas que se colocam para esses sujeitos: continuar sendo assentamento ou transformar-se em bairro rural.

Um estudo, desenvolvido por Candido (1997)**,** analisa a cultura e a sociabilidade no interior paulista. Segundo o autor, a expansão paulista que se formou a partir do século XVI ao XVII foi condicionada pela origem nômade da combinação de culturas indígenas e portuguesas, o que influenciou a vida social caipira.

Candido (1997), ao descrever as casas dos lavradores, no início do século XIX, observa que elas eram precárias, chamadas de choupanas ou de rancho, características que permanecem até os dias atuais. A moradia, as técnicas e seu uso sinalizam uma vida rústica levada pelo caipira. Os utensílios, em sua maioria, eram fabricados em casa e a indústria era doméstica, podendo ser de açúcar, rapadura e garapa. Na iluminação, usava-se o candeeiro; fabricavam-se as próprias armas, a pólvora e os rojões.

A vida rústica, advinda também do isolamento que tornou o povoamento disperso, favoreceu uma economia de subsistência, estável e pouco dinâmica. O isolamento, entretanto, era relativo. "Nestes casos, a população rural ia-se ampliando na periferia, onde aparecereciam novos bairros, que passavam à vila, e assim sucessivamente, sertão adentro" (Candido, 1997:75-76). O bairro caipira, segundo Candido, possui duas características relevantes. A primeira destaca-se por sua divisão, que abrangia os moradores esparsos, não raro com sua capelinha e, às vezes, cinéreo. O território das

vilas, repartido em distritos, foi, mais tarde, por sua vez, divido em quarteirões. Na segunda característica, verifica-se o sentimento de localidade dos moradores, cuja formação depende não apenas das posições geográficas, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas. (Candido, 1997:65).

Na sociedade caipira, as manifestações giravam em torno do mutirão, que penetrava nas várias atividades da lavoura e da indústria doméstica. Candido ressalta que a economia caipira baseava-se na subsistência. A referida sociedade sofre a influência da industrialização, da civilização urbana moderna.

> *A marcha da urbanização em São Paulo está ligada ao progresso industrial e conseqüente abertura de mercados; daí a penetração, em áreas rurais, de bens de consumo até então menos conhecidos ou, na maioria, desconhecidos. Surgem assim, para o caipira, necessidades novas, que contribuem para criar ou intensificar os vínculos com a vida das cidades, destruindo a sua autonomia e ligando-se estreitamente ao ritmo da economia geral, isto é, da região, do Estado e do País em contraste com a economia particular, centralizada pela vida de bairro e baseada na subsistência. (Candido, 1997:165).*

Candido observa que, frente a esse processo, o caipira reage de formas distintas, rejeitando, em bloco, as suas condições de vida, imigrando, proletarizando-se ou procurando permanecer na lavoura, ajustando-se como possível. (Candido, 1997:217).

Um outro estudo sobre Bairro Rural é o de Bombardi (2004), que aborda um bairro rural localizado nos município de “Valinhos/Campinas”, no interior do Estado de São Paulo, cujo nome oficial do assentamento é Núcleo Agrário Capivari (antigamente, Fazenda Capivari). Segundo a autora, o processo de transformação de assentamento em bairro iniciou-se em menos de dez anos, do inicio do projeto de assentamento. (Bombardi, 2004:58).

Bombardi (2004) pensa o bairro rural como identidade territorial reproduzindo-se no interior do capitalismo. Tal unidade territorial é fruto da identidade a partir da

sociabilidade camponesa. Sendo assim, é a teia de relações estabelecida entre as famílias camponesas que dá ao grupo sua identidade, que se materializa no território. Bombardi (2004) afirma que esta é sua dimensão peculiar. “Em São Paulo, a essa unidade camponesa, formada a partir da relação entre unidades territoriais familiares (os sítios), chamamos de bairro rural” (Bombardi, 2004:59).

As práticas de auxílio mútuo e as atividades lúdico-religiosas, os laços de parentesco ou de vizinhança são reforçados freqüentemente pela existência de uma venda, capela ou escola, cujo raio de ação marca comumente os limites do bairro.

> *O bairro rural se configura, assim como a expressão da identidade territorial de um grupo de sitiantes (camponeses) que através do trabalho familiar transforma o meio rural, ou um território anterior, por meio de padrões culturais estabelecendo uma rede de relações entre si que cria uma especificidade no território, que se caracteriza, por exemplo, através do tamanho semelhante dos sítios, de tipos de cultivo em comum, de técnicas de trabalho semelhantes, da semelhança na organização interna dos sítios etc. (Bombardi, 2004:61*)

Para a autora, o bairro rural encerra uma conquista da fração do território capitalista e imprime uma lógica camponesa, em que “o lote se transforma em sítio e o assentamento em bairro rural” (Bombardi, 2005:61). “O bairro rural deve ser concebido como uma unidade territorial na perspectiva de que ele adquire uma caracterização homogênea; funciona como um todo, como uma unidade”. (Bombardi, 2004:73)

Destacamos, ainda, outro estudo, de Fernandes (1997), que permite pensar numa outra necessidade, no momento atual, que é a de refletir sobre a formação e a transformação dos assentamentos rurais do Estado de São Paulo em bairros rurais. Nessa perspectiva, Fernandes (1997) aponta para um projeto de integração dos assentamentos por meio de várias diretrizes para a construção de um projeto de implantação do desenvolvimento e de uma integração regional para os assentamentos no Estado de São Paulo. O referido trabalho apresenta várias propostas e se divide em duas partes, sendo a

primeira intitulada “Com questões para a construção das diretrizes”; e a segunda, “Com o objetivo, de pensar a integração regional e o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos”.

O estudioso chama a atenção para a realidade e os fundamentos teóricos metodológicos que estão confirmando o processo desigual e contraditório do desenvolvimento da agricultura no Brasil (Fernandes, 1997:02). Em suas análises, desenvolve questões e apresenta propostas que levam em consideração a integração regional em conjunto com os assentados e suas práticas. Integração que, segundo o autor, só se torna possível com a adoção de políticas públicas que visem uma implantação do assentamento através da efetivação de políticas agrícolas para a agricultura familiar, acelerando os processos de ações de terras devolutas. “As diretrizes de um plano de implantação e desenvolvimento de assentamentos devem ter como ponto de partida um programa de desenvolvimento da agricultura familiar, que de fato reconheça a importância dessa forma de organização do trabalho” (Fernandes, 1997:01).

Para tanto, Fernandes propõe pensar as necessidades básicas a partir da orientação de capacitação para os produtores e para os técnicos de extensão rural, além de investimentos em pesquisas, com a criação de centros de pesquisa de tecnologia apropriada, envolvendo o ITESP, a Secretaria da Agricultura, a UNESP, a USP, a UNICAMP, e a Central de Cooperativas de Assentamentos Rurais de São Paulo. (Fernandes, 1997:03)

O trabalho destaca, ainda, a tendência de os assentamentos tornarem-se bairros rurais. "Os assentamentos estruturados em agrovilas estão constituindo-se em verdadeiros bairros rurais, possibilidade que deve ser considerada”. (Fernandes, 1997:06)

Os estudos de Candido (1997) e Fernandes (1997) permitem pensar sobre o processo de expansão da urbanização como uma tendência histórica, produzida no Estado

de São Paulo por sua dinâmica de incorporação cultural, econômica e política, tanto na cidade de São Paulo como no interior. Esse processo é contraditório e desigual, por isso carrega uma negatividade, visto que a cidade produziu, grosso modo, uma periferia urbana que incorpora uma urbanização precária e, na área rural, produziu o caipira que vive essa contradição, mas que luta para manter suas expressões culturais, sofrendo as agruras e os efeitos da urbanização precária que o espolia dos seus meios de produção, com muitos deles transformando-se em sem-terra e passando a ter a continuação da sua vida social, outrora perdida no assentamento rural. O que não significa ter conseguido fugir do processo da expansão urbana.

A discussão sobre bairro e assentamento está presente, atualmente, entre assentados, representantes e líderes. O depoimento do Sr. Osvaldo demonstra como isso está ocorrendo:

> *Algum tempo o vereador me procurou, o senhor Miguel Arcanjo [do Partido dos Trabalhadores]. Ele propôs o que eu acharia se isso aqui virasse bairro de Porto Feliz. A opinião que eu tenho, que nós discutimos foi isso, nome de rua pode ser dado, agora bairro não é muito viável, nós devemos considerar aqui uma vila agrícola, e não um bairro. Não levei a discussão em assembléia geral, porque, quando passa a ser bairro, tem que ser feita uma discussão em relação ao Estado, fica uma coisa muito tumultuada, ninguém sabe, ao certo, o que vai ser feito, o que pode ser decidido. Ela continua como vila, e não como bairro da zona urbana. Isso aí foi discutido. (Entrevista com Osvaldo, em 01/05/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Edson e Joelma são dois irmãos, filhos de assentados, residentes no assentamento no setor III (individuais), e também falam da possibilidade de o assentamento passar a ser bairro.

> *A turma comenta, um comenta uma coisa, outro comenta outra. Não sei se você ficou sabendo aqui. Venderam o haras lá. Diz a turma que o rapaz quer comprar o lado de cá, é comentário. Então a gente... a mesma coisa quando compraram a área industrial ali. A turma dizia: vai virar condomínio aqui. Então, você não sabe o que se faz. (Entrevista com Edson, em 30/07/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Saindo o documento já melhora, porque você já sabe que não vai ser residencial e você vai continuar no lugar que você lutou até conseguir. (Entrevista com Joelma, em 30/07/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

Foto 15: O extra-trabalho

Foto 15: Edson à esquerda, Joelma no centro e esposo do lado direito. Os irmãos Edson e Joelma são filhos de assentados (os pais faleceram), de uma família de oito irmãos, sendo que cinco moram no assentamento e todos são casados. Cada um possui sua casa no mesmo lote. Quatro trabalham fora e um trabalha na terra (Edson) e cuida da sua borracharia, que fica no lote. Não obstante a isto, Edson está montando uma barraca para vender frutas e sucos, na margem da estrada. Fonte: Amauri T. B. Nogueira, em 30/07/2006.

Foto 16: Alternativas de trabalho

Foto 16: Borracharia do Edson
Fonte: Amauri T. B. Nogueira, em 30/07/2006.

A preocupação com a passagem de assentamento a bairro está ligada à de possuir a documentação definitiva da terra, e se revela não só nos assuntos corriqueiros, mas também como foco nas reuniões e assembléias, atingindo todos os assentados.

A conquista de documento definitivo da propriedade é um anseio antigo dos assentados, mas as terras, que estão sob a tutela do Estado de São Paulo, não são passíveis de serem desmembradas definitivamente. Os assentados, junto com as lideranças do MST, descobriram uma "brecha" na lei, que possibilita a conquista de um documento de "domínio", o que permitirá a cada assentado proprietário de lote ter o documento permanente, o qual não permitirá sua venda, mas possibilitará deixá-lo para seus descendentes.

> *A terra pública ela não é terra devoluta como já foi falado, mas nós achamos na lei uma brecha aonde nós teria condição de pedir um documento, seria um título de domínio ou título real e não a concessão. O que nós acho viável pro assentamento foi o título de domínio, é o mais interessante pra nós. Essa questão de documento, segundo alguns advogados que a gente consultou, nós teria direito nele; parte desse documento três anos a nossa chegada, cinco anos depois e dez anos concessão de uso. Só que*

o governo não deu a mínima satisfação, não se manifestou, esperamos o tempo passar, a gente viu que o governo não ia nos procurar de forma alguma. Então, nós começamos a manifestar, aí fizeram a contra-proposta. Chegaram com uma minuta aqui que não era benefício pra ninguém. Na verdade, trouxe uma... de documento que fizeram dentro do ITESP. Então, não aceitamos. O Estado falou pra gente: Então, vocês faz uma contra- proposta. Nós fizemos essa do título de domínio que está sendo levada, discutida, e o Estado não esta aceitando. Nós estamos com advogado, nós já fomos na OAB, consultamos vários advogados. Há condição de nós pegá esse documento, apesar do Estado falá que não. Acho que nós temos direito de pegar um titulo bom de domínio pra nós começar andar com as próprias pernas. As pessoas estão bastante animadas: eu ganho a terra, nós conquistamos a terra e custou muito caro pra nós. Nós temos direito de correr atrás desse documento que nos garanta, pro nossos filhos, nossos netos, garanta ter esse documento definitivo. E não aquele que o Estado está querendo dar, renovando o documento de dez em dez anos. Nós somos contra. Só que nós temos que ter um documento que nos liberta. Nós sabemos que a terra está atrelada ao Estado, mas ela nos dá garantia de que ninguém vai mexer com a gente, com essas famílias não se faz despejo e notificação. (Entrevista com Osvaldo, em 01/05/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

Foto 17: Formação da nova cooperativa

Foto 17: Osvaldo, juntamente com outros assentados, está organizando a reunião no assentamento, no centro, sentado à mesa, segurando os documentos pessoais dos assentados titulares e de seus familiares para serem entregues à advogada responsável. Fonte: Amauri T. B. Nogueira, em 13/08/2006.

Foto 18: Momento de fortalecimento da comunidade

Foto 18:D.Ramira esposa do Osvaldo, reúne os assentados para um momento de confraternização, cantando parabéns, em homenagem ao dia dos pais. Fonte: Amauri T. B. Nogueira, em 13/08/2006.

O assentamento da Fazenda Jupira foi pensado e construído em articulação com as redes dos mercados locais, o que, segundo a engenheira Izabel, influenciou sobremaneira a vida dos assentados, proporcionando-lhes uma opção para o trabalho extra, que teve um impacto importante frente à falta de políticas públicas para os assentados.

> *Uma questão que eu vejo é que o assentamento tem uma peculiaridade em função da sua localização, próxima de grandes centros. Isso proporciona que o pessoal que, já de origem, de um passado, de uma trajetória urbana, que possui o conhecimento de alguns trabalhos, que seja pedreiros, ajudantes de pedreiros, marceneiro coisas do ramo, tenham possibilidade de emprego. Existia inicialmente com o trabalho, nas discussões de conquista da terra, um sonho de realização com a terra. Dá pra sentir que este sonho foi não que desfeito, mas houve uma decepção com este sonho. Nas dificuldades ocorridas houve perda de safras, por chuvas e sinistros outros. O que acontecia? Na primeira derrota uma volta pra cidade, pra fazer alguns serviços, pra atender a demanda de dinheiro. Então, isto faz com que o agricultor não se consolide enquanto agricultor, ele fica numa indefinição, então isso contribui pra dar esta característica do assentamento ser como é. (Entrevista com Engenheira Izabel, em 07/02/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

O assentamento, como lugar de pertencimento, por meio das relações socioespaciais, produz a identidade coletiva, formada na produção do espaço, imprimindo na construção do território uma dinâmica que lhe é peculiar. O território é fruto das relações de forças que se estabelecem no interior/exterior do assentamento em conflito com as múltiplas territorialidades lá existentes. A incorporação dos elementos das práticas sociais e estratégias de luta é uma das expressões centrais da construção do território ocupado.

Dessa forma, configura-se uma necessidade de recuperação das informações que possam permitir a construção de um perfil das práticas sociais e estratégias de luta na construção do território. Portanto, estabelecer e reconhecer fatos para pensar o conflito é de fundamental relevância no momento atual, seja para se constituir pressupostos para traçar um contexto mais adequado ao lugar do conflito no interior das práticas e estratégias ou para a configuração do território.

> *Assim, associar ao controle físico ou a dominação objetiva do espaço uma apropriação simbólica, mais subjetiva, implica discutir o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre o qual se constrói não apenas controle físico, mas também laços de identidade social. (Haesbaert, 2002:121)*

Refletir sobre esse processo é extremamente importante para se compreender o lugar de vivência; sendo o território o melhor instrumento de compreensão do que está acontecendo atualmente no espaço social do assentamento na busca do controle e do domínio, o que permite pensar o conflito no interior das práticas sociais e estratégias de luta sob o viés da multiterritorialidade. (Haesbaert, 2004:338)

> *O que entendemos por multiterritorialidade é, assim, antes de tudo, a forma dominante, contemporânea ou pós-moderna, da reterritorialização, a que muitos autores, equivocadamente, denominam desterritorialização. Ela é conseqüência direta da predominância, especialmente no âmbito do chamado*

> *capitalismo pós-fordista ou de acumulação flexível, de relações sociais construídas de territórios-zona, que marcaram aquilo que podemos denominar modernidade clássica territorial-estatal. O que não quer dizer, em hipótese alguma, que essas formas mais antigas de território não continuem presentes, formando um amálgama complexo com as novas modalidades de organização territorial. (Haesbaert, 2004:338)*

Segundo Haesbaert (2004), se uma noção de território não contempla a dimensão simbólica, compreende só uma parte dos complexos meandros dos laços entre espaço e poder. Assim, baseado no conceito lefebvreviano de domínio e apropriação do espaço, o autor propõe que se pense o território a partir da dimensão do simbólico, que engendra o cultural, o político e o econômico, simultaneamente:

> *O território envolve sempre, ao mesmo tempo, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar e político econômico, deveríamos acrescentar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (Haesbaert, 1997:42)*

Portanto, o território é pensado de forma muldimensional e multiescalar, material e imaterial, de dominação e apropriação ao mesmo tempo e, nessa perspectiva, territorializar-se significa criar mediações espaciais que proporcionem efetivo poder na reprodução do grupo social ou de indivíduos (Haesbaert, 2004:97).

Haesbaert (2004) descreve, também, a dinâmica atual do processo que se encerra na construção do território. Para o autor, a territorialização pressupõe uma desterritorialização que engendra um processo contínuo de reterritorialização, que pode ser de grupos ou de indivíduos. Segundo o autor, o mundo “moderno” das territorialidades contínuas/contíguas, regidas pelos princípios da exclusividade, estaria cedendo lugar, hoje, ao mundo das múltiplas territorialidades ativadas de acordo com os interesses, o momento e o lugar em que nos encontramos. (Haesbaert, 1997:44)

Assim, o território do assentamento torna-se a base territorial de reprodução e referência, sob o controle do espaço por parte dos assentados. A territorialidade possui, então, um movimento de resistência a partir das várias dimensões possíveis na conformação do processo de multiterritorialidade. O território é impregnado de simbolismo, lugar do (re)encontro de culturas que convergem no território do assentamento e engendram tensões e conflitos no processo de formação e de organização.

O território do assentamento é um reclamo à diferença, marcado pelo conflito entre territorialidades, o qual encontra, nas práticas sociais e estratégias de luta, sua expressão mais aguda, em que a resistência, a luta pela sobrevivência, pela dignidade, pela permanência e pelo pertencimento (re)criam alternativas de sociabilização no território-rede.

O território-rede é fixo e fluxo ao mesmo tempo, é contínuo, descontínuo, fragmentado, superposto, e encerra no seu bojo o fenômeno da compressão do tempo. É, também, material e imaterial, carregado de simbolismo com diferentes significados, com uma permanente imbricação, pois não existe dicotomia entre território e rede, uma vez que ele não está dissociado do movimento. "Nesse sentido a rede pode ser vista como um elemento constituinte do território" (Haesbaert, 2004: 282).

> *Numa concepção reticular de território ou, de maneira mais estrita, de um território-rede, estamos pensando a rede não apenas enquanto mais uma forma [abstrata] de composição do espaço, no sentido de um 'conjunto de pontos e linhas', numa perspectiva euclidiana, mas como o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a superfície territorial, ressalta seu dinamismo seu movimento, suas perspectivas de conexão ação a distância e 'profundidade', relativizando a condição estática e dicotômica [em relação ao tempo] que muitos concedem ao território enquanto território-zona num sentido mais tradicional. (Haesbaert, 2004:286)*

Percebe-se, assim, que as micro-redes estabelecidas durante os vinte anos de assentamento possibilitaram sua sobrevivência econômica, política e cultural. O

relacionamento com o poder administrativo revela uma outra face da luta atual na terra: a ampliação da rede e a tentativa de melhorar o lazer para os assentados.

> *De esporte nós só tem aqui futebol, temos dois times de futebol que vive jogando aí. Esse ano é que o prefeito de Porto Feliz está abrindo mais espaço, construindo umas quadras, campo de bocha, está aumentando a participação no esporte pra nós. (Entrevista com Idarlei, em 01/05/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Os assentados buscam estabelecer não só pontos-rede que permitam o lazer, mas pontos-rede que permitam uma articulação no processo de produção e o escoamento dos produtos agrícolas do assentamento, usando os espaços transitórios. "Nós estamos trabalhando com a prefeitura de Guarulhos. Agora, vai entrar a prefeitura de Osasco, de Porto Feliz, que vai comprar nossa produção direta e incluir na merenda das escolas, no programa do Fome-Zero". (Entrevista com Miltão, em 26/11/2005, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

Essa aproximação com o poder administrativo proporciona a construção de outros projetos educacionais, de infra-estrutura e de estrutura produtiva. Percebe-se que o que possibilitou a aproximação com o poder administrativo foi a fundação do Partido dos Trabalhadores, em 1987, sob a organização dos assentados, junto com alguns militantes do grupo de estudos de Porto Feliz, "eles queriam montar o partido, mas tinham medo" (Entrevista com Osvaldo, em 13/07/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira). O assentamento tornou-se o berço do Partido dos Trabalhadores, viabilizando a vitória do prefeito atual, Cláudio Maffei[8], que é do mesmo Partido.

---

[8] *O prefeito Cláudio Maffei iniciou sua vida militante quando saiu do exército, lugar em que exerceu a função de Cabo e sofreu "uma lavagem cerebral anticomunismo". Iniciou o curso de História na Universidade de Sorocaba (UNISO), lugar onde tomou contato, em sala de aula, com militantes de partido de esquerda, sindicalistas, grevistas, pessoas que "conheciam vários movimentos revolucionários". A partir daí, Cláudio Maffei passou a ler sobre a Revolução Cubana e a luta da esquerda no Brasil. Nesse período, durante uma aula de iniciação teológica, tomou conhecimento da ocupação da Fazenda CAIC (Jupira) a partir da fala de um padre. (Entrevista com Cláudio Maffei, em 13/07/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

> *Nós começamos, aqui em Porto Feliz, a fazer um grupo de estudos. Esse grupo de estudos acabou se transformando. Uma hora até por influência do padre Chico. Ele colocou que esse grupo de estudos devia dar um passo a mais, que era transformar-se num partido. Esse grupo discutiu qual partido seria, se devia ser Pc do B, PT. E nós decidimos pelo Partido dos Trabalhadores, e a partir disso começamos a ir atrás das pessoas que poderiam ser potencialmente filiados ao Partido dos Trabalhadores. E um dos campos férteis que nós encontramos foi exatamente a CAIC. Onde um dia nós fomos lá. Em 87, praticamente eu não tinha ainda contato com o pessoal militante, tanto do MST quanto militante da reforma agrária, nem todos era do MST. O MST talvez tenha chegado no momento em que o pessoal ainda estava no do trevo da Bosch, em Campinas, e que não tinha conquistado a terra. E daí nos conseguimos praticamente sem dificuldade nenhuma filiar mais de trinta pessoas dentro do assentamento. Já em 1988 tínhamos a primeira batalha eleitoral, que eu fui candidato a prefeito e o Lourival era vice, e era da CAIC. O pessoal ajudou muito nós, fizemos passeatas dentro dos limites que nós tínhamos de gastos partidários e tudo mais. Foi uma campanha bastante humilde, aonde a gente vinha com o caminhão do pessoal, depois, nos finais de comícios, a gente tinha que empurrar o caminhão do pessoal da CAIC. Foi uma campanha muito gostosa, onde nós conseguimos atingir os 4%, que era mais ou menos novecentos votos na primeira eleição, que foi exatamente para lançar o partido e meu nome foi lembrado, eu fui candidato a prefeito. Mas que eu acho foi um momento muito importante para depois eu, em 96, e depois, em 2004, a gente ter conseguido esta base e conquistado a população de Porto Feliz. A CAIC teve uma importância fundamental porque sempre a gente lembrava da CAIC ou para ter um candidato a vereador. Lembro que o primeiro foi o Alcides, depois em 92, foi Miltinho, e o Zé Bernardino o candidato a vice da Fátima (candidata a prefeita). Em 96, foi o próprio Zé Bernardino (candidato a prefeito pelo assentamento) e, depois, foi Osvaldo. (Entrevista com Cláudio Maffei, em 13/07/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

As redes sejam elas econômicas, políticas ou sociais, para compra e venda de produtos, para bens de consumo ou para financiamentos e informações, são de extrema relevância para a sobrevivência do assentamento. Justo (2005) destaca a importância das redes na formação e na organização do assentamento Irene, município do Estado de São Paulo.

> *O assentamento é uma fração do território camponês plasmado pelo conflito. As alianças, as controvérsias e os ataques são redes que configuram aquele local. As redes são formadas internamente, em alguns momentos cristalizam-se em organizações e permitem a comunicação, a troca de informações e a obtenção de recursos externos. Na fração territorial que é o assentamento, os lotes são os nós; a movimentação de ataques e alianças entre os moradores formando grupos e associações e a rede que o atravessa e permite o fluxo com o exterior: venda, compra, financiamentos e informações. (Justo 2005:223)*

Os espaços, ligados por pontos em rede, estabelecem relações que são de resistência, de solidariedade econômica, política, cultural e social, servindo de base estratégica de sobrevivência. É o que podemos perceber na negociação com o poder administrativo de Porto Feliz, representado pela Secretaria da Saúde, para a atuação de agentes da saúde do próprio assentamento para trabalharem no Posto de Saúde local[9].

> *Os agentes de saúde, inclusive auxiliar de enfermagem, quando nós fizemos uma briga pra conseguir este programa, PSF, nos assentamentos especialmente. Então, a gente exigiu que fosse uma exigência do assentado que as agentes fosse da comunidade. Porque isso? Porque as agentes da comunidade que está ali, foi criada, fez a luta junto do movimento sem-terra, junto conosco. Ela sabe o trabalho feito na comunidade. Então era muito mais fácil o trabalho ser desenvolvido de melhor qualidade do que uma pessoa que viesse de fora, por exemplo, de Porto Feliz, de outro bairro. Então, por isso nós fizemos essa exigência pra diretoria de saúde da época que fosse no mínimo auxiliar de enfermagem e as agentes da comunidade, e é o que esta acontecendo hoje. (Entrevista com Osvaldo, em 13/07/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

> *Foi implantado pelo governo federal que queria o médico da família. O que é o trabalho de agente de saúde é visitar as famílias e trabalhar com a prevenção da doença, a gente vai e faz a visita uma vez por mês na casa da pessoa e vê se tem alguma pessoa doente, prevenimos, agendando médicos e orientando na saúde em geral. O trabalho é de prevenção, mas tem que estar visitando as famílias uma vez por mês. O assentado é livre se ele diz que não quer não recebia mas a*

[9] Programa de Saúde Familiar (PSF), o Sr. Osvaldo também é membro do Conselho de Saúde municipal de Porto Feliz. (Entrevista com Osvaldo, em 13/07/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

> *maioria nos recebia bem e coopera bem. (Entrevista com Sueli, em 05/11/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Tais encontros de territorialidades são momentos que servem para a troca de experiências com outros assentados, com os representantes e com outras pessoas, estabelecendo conteúdos de comunicação, reforçando a identidade coletiva e o pertencimento necessário para que o assentamento seja lugar de domínio e de controle, em que o território em construção emerge como base territorial de referência. "Daí a necessidade de olhares sob perspectivas diferentes para garantir a pretensa profundidade e compreender a dimensão da comunicação e da cultura e as formas que operam neste campo, para a construção da hegemonia e do consenso" (Geraldo, 2002:20).

Esses encontros são frutos das práticas e estratégias e aproximam os assentados dos seus referenciais de identidade, de coletividade e de territorialidade. São exemplos as passeatas, as caminhadas em busca de recurso financeiro ou de reivindicações políticas, tendo, em seus trajetos, a passagem por ruas e avenidas, parando em postos de saúde, entrando em bancos, ocupando prédios públicos, apropriando-se, em determinados momentos, de espaços outros, territorializando a luta na terra.

Com uma matéria intitulada: Encanamento velho continua poluindo água do Agrovila no CAIC, do dia 1º de março de 2002, o jornal de Porto Feliz (JP Porto) destaca presença dos assentados na Câmara dos Vereadores, reivindicando melhoras no encanamento de água que estava velho e apresentava vazamentos.

> *Os moradores da Agrovila, que fica no CAIC, continuam tendo sérios problemas com o encanamento que abastece as 85 famílias do município. Velho e de material inadequado (polietileno), o encanamento tem sujado a água proveniente do poço artesiano que serve o assentamento. O encanamento tem aproximadamente 12 anos e foi construído quando os assentados se mudaram para a fazenda de quase 400 alqueires. (Jornal de Porto Feliz. Encanamento velho continua poluindo água do Agrovila. Porto Feliz, 01 de março de 2002, p.01)*

Os territórios-rede geram uma atualização da luta na terra, informam outras territorialidades e permitem outros componentes na comunicação e na sociabilidade. Ali, a linguagem é um dos instrumentos de referência, que difunde e territorializa a identidade coletiva dos assentados. Identidade que aproxima lugares; conduz à troca de experiência; produz tensões, conflitos e superações; renova os discursos e harmoniza as falas dos assentados em torno de um discurso coerente. Léfèbvre (1991:33) nos leva a pensar sobre os lugares (topos), seus significados (simbólicos) e a relevância da linguagem (signos orais), do permitido e do proibido, que põe em movimento, no cotidiano, a linguagem como uma estrutura de sobrevivência.

> *Como poderia não existir correspondência (correspondência garantida, articulação) entre a grade e os lugares (topias) e a grade de linguagem, ambas postas sobre uma realidade infinitamente complexa e caótica, contraditória, a natureza que o leitor-ator lê e decifra (uma na outra, uma pela outra), a fim de agir e conhecer?O desejo tece sua trama e seu drama. Não dispõe de uma grade determinada, colocada sobre o mundo. Deve-se dispensá-la e servir-se das diferentes grades para dizer-se e realizar-se. Estaremos diante do aspecto dinâmico de uma realidade cujas topias seriam ao lado estático? Concepção simplista e redutora. Aquilo que o desejo transfere e se entrelaça com as grades dos lugares e das palavras: o desejo de um com o desejo de outro, o desejo de ser desejado ou de se desejar, o desejo do desejo, as tramas do desejo com os lugares e os não-lugares, com o dito e o não-dito, com o impossível de dizer. O espaço está semeado de signos do permitido e do proibido. O desejo se vê assinalado e consignado. Recai no carecimento. Torna-se o u-tópico. E é assim que perde o prumo e subentende que envolve as topias, que as destrói ao supervalorizá-las. Que se torna essencial ao fazer-se acidental, e eterno ao se revelar efêmero. (Léfèbvre, 1991:33-34)*

A linguagem ganha relevância no momento em que permite que a força do discurso (poder da palavra) dos assentados penetre em outros territórios, como bancos, escolas secundárias, universidade, fórum jurídico e outros, os quais não fazem parte da rede permanente, mas também permite uma mobilidade entre os territórios permanentes como

sindicatos, ONGs, Partidos Políticos, setores das Igrejas Católica e Luterana, dentre outros.

> *Nos temos inclusive reunidos constantemente, com o pessoal, já várias vezes aqui as portas estão abertas pro pessoal da CAIC. Primeiro porque são meus amigos e segundo porque a reforma agrária, e mesmo o pequeno agricultor, o agricultor familiar, ele tem que ter um incentivo do poder público. Nós temos como meta melhorar a produção, através do curso do Sebrae nos estamos implantando um posto do Sebrae com Sistema de Agricultura (SAE), um programa para os pequenos agricultores. A gente tem pensado constantemente, em está incluindo economicamente o pessoal da CAIC, fazendo com que o que eles produzem seja vendido e diversificar ainda mais a produção. (Entrevista com Maffei, em 13/07/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Nesse sentido, a linguagem torna-se mediadora das relações dentro e fora do assentamento, articula e organiza as ações dos envolvidos no processo de construção do território. Dessa forma, a linguagem comunica a identidade coletiva; e toma sentido de resistência, da existência do assentamento e da permanência da luta na terra.

Contudo, na construção do território, as redes sociais que vão se formando causam disputas internas/externas e transformam o espaço social do assentamento em um campo de forças.

> *O prefeito é do Partido dos Trabalhadores. Como ser humano é ótimo, como administrador eu tenho as minhas dúvidas, como executivo eu tenho minhas dúvidas. Porque eu tenho bastante amizade com ele, inclusive eu fui candidato a vereador e ele ganhou nesse assentamento com os meus eleitores. Houve uma diferença de cento e cinqüenta votos, eu posso dizer que, no colégio aonde eu tenho o eleitorado que votou em mim, foi aonde ele ganhou a eleição. Foi a diferença de cento e cinqüenta votos; eu fiz duzentos e cinqüenta e seis, então, não tem como ele negar que ganhou com os meus votos, com os nossos votos. Eu acho o seguinte: o prefeito, por ser do Partido do Trabalhador, teria que ter mais um pouco de empenho, mais interesse em relação à agricultura. Eu vejo uma fraqueza nele em relação à administração da sua diretoria, se joga muito em cima da diretoria. Oh! falo com o diretor, o diretor não tem muita intenção de ajudar o assentamento e toda a zona rural. Então, essa a preocupação que eu tenho muito grande com o prefeito.*

> *Eu acho que mesmo porque ele não tem muito, nem moral nesse momento pra fazer alguma coisa diante do que acontece. A situação tá ruim pro nosso lado e a verdade é essa. Eu estou esperando mais um ano, vai fazer dois, se daqui pro final do ano não aparecer nada de bom na zona rural, infelizmente, a gente vai ter que fazer algumas críticas, alguma coisa no jornal, na revista do qual eu tenho bastante amizade. Então, vai começa a aparecer algumas críticas da minha parte em relação ao prefeito, ele está muito fraquinho, está fraco, foi aqui na zona rural que ele ganhou a eleição. (Entrevista com Osvaldo, em 01/05/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Para Miltão, por exemplo, existem assentados que não compartilham das ações propostas pelos coletivos.

> *Mas diante dessa história toda o que eu quero dizer é o seguinte: nóis temos hoje 85% no Brasil que é favorável à reforma agrária; quem faz é o MST. Temos 15% que é contra. Temos aí o latifundiário, esse Governador de São Paulo que é contra, esses políticos, mais alguns fazendeiros. No meio aparece algum pobre que é contra e faz parte destes 15%. Aqui dentro, aqui ó, nóis tem assentado. Eles num fala que é contra, mas as coisas que eles faz é totalmente contra, não contribui dentro do assentamento; você encontra gente. (Entrevista com Miltão, em 06/10/2004, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Esses assentados encontram-se desterritorializados das práticas e estratégias do coletivo, não se sentem pertencentes à localidade. Segundo Haesbaert (2004), trata-se de uma desterritorialização na i-mobilidade, ou seja, muitos grupos sociais podem estar "desterritorializados", sem descolamento físico, sem níveis de mobilidade espacial pronunciados, bastando, para isso, que vivenciem uma precarização das suas condições básicas de vida e/ou a negação de sua expressão simbólico-cultural. (Haesbaert, 2004:251)

Ao mesmo tempo, fica bastante evidente na fala de Dona Ana Maria, apesar de discordar dos líderes da associação, desconfiando da idoneidade da gestão deles, que a mesma está territorializada pelas práticas e estratégias do coletivo, se sente pertencida,

localizada, e tem o assentamento como uma comunidade, ou seja, tem no assentamento sua base territorial de referência expressa na identidade coletiva do grupo.

> *É uma comunidade, porque a gente luta e porque aqui qualquer coisa a gente vai todo mundo dentro do barracão. Tem uma reunião, desce todo mundo pra avisar pra gente. Só que a gente pelejemos com uma cooperativa aqui, não deu nada, os grandes passaram a perna nos pequenos, não virou nada não. (Entrevista com D. Ana Maria, em 10/11/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Assim, pode-se afirmar que o ser camponês assentado é, antes de qualquer coisa, uma atitude política.

Na fase atual, pela qual passa o assentamento, o conflito é, sobretudo, de territorialidades expressas na identidade coletiva dos assentados, e o componente que as sustenta são as práticas sociais e as estratégias de luta. Nessa perspectiva, o assentamento, como base territorial de referência, faz com que os assentados sintam-se integrados e se reconheçam enquanto assentados.

Esse processo traz no seu bojo o movimento contraditório de identidade e diferença, do velho e do novo, em que, nas relações socioespaciais, o conflito emerge sob o signo do domínio político e econômico e da apropriação simbólica na construção do espaço do assentamento.

Os processos geográficos e históricos produzidos nesses vinte anos de assentamento contribuem para compreender a construção do território do assentamento da Fazenda Jupira. O assentamento é formado por suas múltiplas experiências, que informam seu momento atual. Assim como demonstrado no capítulo II, o assentamento não é fruto exclusivamente dos processos desencadeados no seu interior, é também influenciado pelas variáveis externas que influenciam na construção do espaço.

O novo movimento migratório que se estabelece após as famílias se efetivarem no assentamento definitivo fragmenta seu tecido socioespacial, carrega-o de tensões e cria

um novo sujeito: o agregado, que passa a fazer parte do assentamento sem ter participado do processo de acampamento e de assentamento, causando um dilema atual.

> *Há uma divergência nisso aí. Houve algumas assembléias, alguns condenaram, acho aqueles que não tinham filho ainda. Condenaram a vinda dos filhos desses cidadãos que tinham seus filhos na cidade. Então, houve um pouco de discussão, mais agora chegou num acordo. Eu acho que chegou à conclusão de que a dificuldade é grande, não tem como negar que o filho do assentado venha pro assentamento. A única coisa que se debate muito aqui é que o pessoal chega, vem pro assentamento, mora no assentamento e não contribui para o desenvolvimento da agricultura, essa é uma coisa séria. Falta esse tipo de coisa por causa que a gente tem que estar sempre, estar fazendo reunião. Sempre debate isso aí, mas não para excluir o agregado, no caso, e sim para ele integrar ao movimento e fazer alguma coisa pelo assentado, pela comunidade, pelo município e pelas pessoas que está morando aqui. (Entrevista com Osvaldo, em 01/05/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Esse movimento migratório transforma a paisagem do assentamento, **"**hoje como nós mora na agrovila, vem gente de São Paulo morar aqui, Campinas morar aqui, vem gente de todo lado" (Entrevista com Miltão, em 26/11/2005 realizada por Amauri T.B. Nogueira).

O processo migratório assemelha-se às periferias das grandes metrópoles, tanto na sua forma de autoconstrução como na sua forma de infra-estrutura precária, acrescida do componente da conquista, da luta pela terra, que vai influenciar na construção do território.

Depois que as quarenta e uma famílias fixaram-se na agrovila, logo após a divisão dos lotes, a partir daí nesses últimos vintes anos houve um crescimento do número de pessoas na agrovila, o que aumentou os problemas e os desafios para que o assentamento não perca seu sentido político. Na fala do Osvaldo, percebe-se uma preocupação com a migração.

Bom, aí está um problema, um problema que nós temos que resolver. É o seguinte: pela lei 4.957/85, que é que administra os assentamentos do Estado de São Paulo, não se aceita o filho do titular no caso vir morar junto na agrovila, aqui no assentamento. Só que é um problema social, se o pai tem um filho, por exemplo, morando em São Paulo ou Campinas, ele paga aluguel, ele está desempregado, ele não consegue sobreviver lá na cidade e tem quatro alqueire de terra aqui, de que forma eu vou evitar que meu filho venha morar na terra junto comigo? Não tem condições; ele tem que vir para cá.Tudo agora aqui tem uma dificuldade, porque tudo foi feito... infelizmente o pensamento do Estado foi feito pra os titulares dos lotes e não se pensou nos filhos de assentado. Então, por exemplo, vamos falar sobre água, se furar um poço artesiano que era pra quarenta e uma famílias. Hoje está com oitenta e cinco famílias, a população, quando chegou em torno de cento e trinta pessoas nesse setor do Agrovila, hoje está em torno de quatrocentas pessoas. A escola foi feita baseada nesse meio de quarenta e uma famílias; hoje a escola não suporta isso aí. Os alunos, filhos de assentados agregados, chegou, ele tem que estudar... Não está atendendo mais a demanda. É parte de saúde, posto de saúde vai ter que ser ampliado. Então, foi pensado, Estado, aliás, o Estado pensa muito pequeno, o Estado só pensa em torno de cinco anos. Então, há uma dificuldade sim de fazer com que o filho do assentado se engaje na luta, que se dedique à agricultura. Há essa dificuldade sim; só, por outro lado, não podemos também, por conta de uma lei do Estado, impedir que ele venha morar no assentamento. Por ser um problema social, o camarada está na cidade, ele esta desempregado, começou a passar fome. Na verdade, ele vê o pai dele com quatro alqueires de terra, dá pra ele fazer uma casinha e morar lá, ele tem que ir e não tem como negar isso aí. Então, é isso o que eu penso. (Entrevista com Osvaldo, em 01/05/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

Foto 19: A luta das gerações

Foto 19: Edilaine à esquerda com seu pai Idarlei à direita (uma das lideranças do assentamento). Edilaine tem 19 anos, nasceu no assentamento, casada, esta com nove meses de gestação, e o marido também é assentado, trabalha fora registrado em empresa. Fonte: Amauri T. B. Nogueira, em 05/11/2006.

Durante esse período, de quase vinte anos, a paisagem do assentamento foi sendo transformada por causa das famílias que afluíram para lá, causando uma expansão, deteriorando a infra-estrutura precária já existente e introduzindo informações de outros lugares, que influenciaram no cotidiano do assentamento, transformando a paisagem e o espaço de vivência dos assentados. As demandas crescentes de água, luz, transporte e infra-estrutura implicam soluções públicas e, por isso, dependem de tempo e de vontade política, o que, muitas vezes, não dá para os assentados esperarem. Nesse sentido, a construção das casas para que as famílias vindas de outros lugares possam encontrar abrigo no assentamento é imperiosa.

> *Somos em 12 irmãos, moram 3 em campinas, 1 em Sorocaba o restante aqui. Maria uma das minhas irmãs mora na terra mesma (terra que estava reservada para o plantio coletivo) porque aqui é uma chácara de 500 metros e aqui (na agrovila) mora resto dos irmãos. A maioria trabalha em firma e os outros*

trabalham na terra. (Entrevista com Sueli, em 05/11/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

As casas vão sendo construídas sem qualquer orientação dos agrônomos, pois seguem a forma de autoconstrução e, nessa perspectiva, o problema de moradia vai sendo resolvido de maneira precária, mas o suficiente para que famílias inteiras possam ter onde morar. Os quintais, tanto da agrovila quanto dos individuais, passaram a abrigar famílias inteiras, sendo que, anteriormente, eram os espaços da produção para o consumo próprio. No lugar dos quintais, que continham chiqueiros, residências, galpões, hortas e outros, surgiram as casas da modalidade da autoconstrução. "Meus filhos já têm cinco casas, tem mais dois querendo fazer casa, vou acabar ficando sem lugar" (risos) (Entrevista com Dona Ana Maria, em 01/05/06, realizada por Amauri T. B. Nogueira).

O processo que produziu um aumento do número de famílias no assentamento teve dois momentos distintos na produção do espaço, ou seja, se, num primeiro momento, na formação e na organização do assentamento centrava-se o objetivo na distribuição socioespacial, forjando a concentração de poder no espaço da agrovila sob o pano de fundo da unidade do grupo para fortalecer as práticas coletivas, o segundo momento (atual) é marcado pela dinâmica estabelecida devido ao movimento migratório no assentamento. Neste segundo momento, está acontecendo um adensamento populacional e uma transformação na rotina dos assentados.

Como conseqüência, a distribuição estratégica dos lotes está perdendo seu significado anterior, com a chegada das famílias e os casamentos dos filhos, elevando o número de moradores no local. A mobilidade que o assentamento permite, por estar cercado por possibilidade de reposição do trabalho, que outrora os assentados faziam nas cidades da região de Campinas, adensa seu espaço.

Essas famílias, advindas de várias partes do Estado de São Paulo, incorporam-se aos filhos e parentes que são moradores locais do assentamento, formando uma nova realidade devido ao seu deslocamento, causando efeitos multiplicadores tanto no processo de infra-estrutura como em outros.

> *A única coisa que eu vejo no agregado é que ele veio pra morar, ele quer morar, ele quer qualidade de vida aqui no assentamento, mas ele não está muito preocupado com o que pode acontecer com o titular, com a sociedade, com a comunidade. Isso é um ponto que a gente discute muito. E sempre está dando algumas reuniões, discussões, assembléias, mas nada que não se pode resolver... tudo se resolve. (Entrevista com Osvaldo, em 01/05/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Um olhar menos cuidadoso na paisagem do assentamento, que foi se formando nesses vinte anos, faria pensar que o grupo, pela forma das casas sob a autoconstrução, mudaria suas práticas e estratégias, ou seja, produziria outras demandas que, por conseguinte, descaracterizariam a proposta política do assentamento, o que, de fato, não ocorreu. A proposta que foi sendo construída durante o processo de ocupação e assentamento se (re)arranja por intermédio dos sujeitos envolvidos no processo, tentando se fortalecer, partindo dos erros e acertos do passado, adequando-se, na medida do possível, à realidade do assentamento.

A tentativa de retomar o projeto de cooperativa é um reflexo desse (re)arranjo político, econômico e cultural. A discussão sobre a nova cooperativa do assentamento da Fazenda Jupira foi organizada por meio de convite no assentamento todo e, por volta de um ano, houve vários encontros com a mediação da Central Única dos Trabalhadores, que proporcionou cursos de capacitação. A partir dessa organização, a cooperativa passa a ter a diretoria indicada, com projeto desenvolvido sobre o que vai se produzir e sobre onde e para quem vender.

> *Nós estamos formando uma cooperativa. Esta cooperativa não foi registrada ainda, mas ela foi discutida, ela tem estatuto, ela está sendo montada, está demorando um pouco porque o nosso advogado, infelizmente, é bastante ocupado e não está tendo tempo de registrar junto com a gente. Mas é uma cooperativa que tem o objetivo de desenvolver as famílias; é uma cooperativa muito bem pensada, muito bem elaborada, feita não só pelos assentados, mas teve uma discussão e o estudo de toda região de produção, comercialização e até de alguns produtos ... uma cooperativa bastante complexa na verdade, mas é uma coisa que nós vamos fazer acontecer, sim. Porque eu penso a dificuldade que nós encontramos como pequeno produtor, se nós não fazer uma cooperativa ou uma associação bem feita, bem discutida fica quase inviável trabalhar hoje em dia na agricultura. Então, não tem muito espaço porque os grandes são grandes e nós, como pequeno agricultor, se não for através de organização, não adianta nem começar a fazer nada. Vai fazendo assim pra viver, plantar, colher comer, mas não se pode pensar em produzir pra comer, tem que ter desenvolvimento, gerar renda, dar cidadania, fazer a pessoa voltar a ter auto-estima. (Entrevista com Osvaldo, em 01/05/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

A revista eletrônica de Porto Feliz, em matéria do dia nove de maio de 2005, com o título "Moradores do CAIC fundam cooperativa agrícola de Porto Feliz", descreve o objetivo dos assentados:

> *A assembléia realizada na manhã do dia 8 definiu, oficialmente, a formação da 1° Coopap (Cooperativa de Produtos Agrícolas de Porto Feliz). Com a participação de aproximadamente 50 moradores, a cooperativa será abastecida através das plantações que já estão sendo regadas nos terrenos da Vila Agrícola. Segundo um dos integrantes do projeto, Osvaldo José Pereira, (sentado à direita) a cooperativa estava sendo idealizada desde o mês de novembro e tornará profissional a principal função dos moradores da CAIC 'Não podemos admitir que moradores da zona rural não tenham estrutura para produzir alimentos. A exportação será imprescindível para o crescimento de Porto Feliz', destaca. (Revista Virtual. Moradores do CAIC fundam cooperativa agrícola de Porto Feliz. Porto Feliz, 09 de maio de 2005)*

Foto 20: Assentados buscam visibilidade

Foto 20: Reunião dos cooperados da Cooperativa de Produtos Agrícolas de Porto Feliz no assentamento. Fonte: Revista virtual, em 09/05/2005.

As informações trazidas por outras famílias impõem aos assentados novas formas de organizar o espaço de vivência e, por conseguinte, um conflito se abre sobre a noção de pertencimento.

> *Eu dizia da trajetória de vida desses assentados, são trajetórias de vida muito distintas e muitas marcadas. Então, a dificuldade pra depois se constituir um grupo, embora tenha como objetivo com a terra, eles têm experiências muito distintas e que não dá pra desprezar esse passado. Não é o fato deles irem para o assentamento que esse passado fica amortecido. Aí o tratamento é igual, pra pessoas que têm histórias muito distintas, é que eu entendo que isso dificulta você tratar. É diferente de um bairro que cresceu e as pessoas cresceram no local e possuem hábitos parecidos e possuem uma cultura parecida, eles têm mais coisa em comum. A terra, só a terra como objetivo comum, em minha opinião, não dá pra simplificar, como só a terra? E apagar todas as marcas e trajetórias anteriores. (Entrevista com Engenheira Izabel, em 07/02/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Outro aspecto a se destacar é que a condição para trabalhos extras era privilegiada devido à localização do assentamento, no centro de mercados, o que possibilitava não só o escoamento da produção, mas a mão-de-obra, permitindo aos assentados recuperar a

renda mensal outrora perdida na cidade e, sobretudo, ter na terra uma renda que entraria para auxiliar na economia doméstica. Esse tipo de trabalho não era sazonal, foi se tornando fixo e permanente, possibilitando uma autonomia frente ao trabalho da terra e à espera por créditos rurais públicos e outras fontes de custeio do plantio que demorassem a vir.

> *O trabalho, fora na atual situação, da falta de capital dos assentados, eu acho, esse emprego cai do céu, a verdade foi essa. Porque ele trabalha lá na indústria, ele traz um dinheirinho para dentro da propriedade, pro pai e pra mãe; porque, se não fosse isso, a situação estaria mais crítica, acredito eu. Eu não vou condenar o Castelinho da Pamonha, o Rei da Castelo, as indústrias... eu acho que é ótimo que eles estão lá e é ótimo que as pessoas trabalhem lá, porque, se não fosse isso, diante da situação do agricultor, estaria mais difícil, se não fosse esse pessoal estar empregado, os filhos deles estar empregado... (Entrevista com Osvaldo, em 01/05/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Dessa forma, o território do assentamento se vê impregnado de serviços e de consumo, produzindo outra lógica, outra dinâmica nas relações socioespaciais, que podem ser vistas como sinais de mobilidade social**.**

Essa característica de extra-trabalho no assentamento da Fazenda Jupira tem origem, principalmente, em seu entorno, que inclui desde chácaras de veraneio e haras, nos quais os assentados podem trabalhar como caseiros, efetivar serviços ligados à construção (alvenaria, carpintaria e outros), e até em um posto de gasolina na rodovia Castelo Branco, no km 101, o “Rei da Castelo”, que absorveu a mão-de-obra assentada. Alguns trabalham como frentistas, caixas de lanchonete, balconistas etc. Um quilômetro antes, na mesma rodovia, existe a lanchonete “Castelinho da Pamonha”, que permitiu o ingresso de vários assentados nos seus postos de trabalho, um destes chegando mesmo a ser gerente do comércio. Há várias granjas na avenida que corta o assentamento ao meio e que o divide, de um lado os assentados individuais e, de outro, os assentados da agrovila que

incorporaram também vários assentados, sendo que a granja mais próxima faz fronteira com o assentamento.

Foto 21: Oportunidades de trabalho

Foto 21: Castelinho da Pamonha lugar que abriga vários funcionários do Assentamento, o comércio fica ladeado por lotes residenciais da agrovila. Fonte: Amauri T. B. Nogueira, 01/05/2006.

Mas foi o surgimento do Parque Industrial de Porto Feliz (1990) que produziu um impacto no assentamento, pois recrutou pessoal para seus quadros desde o início das construções dos barracões, absorvendo mão-de-obra (pedreiros, serventes, carpinteiros, pintores, eletricistas e outros), até a sua conclusão. Nesse processo, muitos foram incorporados aos quadros das empresas, desde faxineiros(as), auxiliares de produção até gerente de produção.

As relações sociais do assentamento produziram uma dinâmica cuja dimensão revela-se no “miudinho”, e que vai dando o ritmo acelerado que o Estado não previa e que, por isso, não acompanhou, deixando os técnicos em uma situação de perplexidade e de desafio. A forma como está sendo ocupado o espaço dos quintais na agrovila, bem

como a forma de ocupação nos lotes individuais, em que o espaço de consumo próprio se mistura com o de mercado, fugiu ao controle dos representantes, das lideranças e dos assentados, informando em suas relações outros conteúdos.

> *Porto Feliz tem uma população de famílias agregadas muito grande, muito significativa, é um outro mundo que mora ali junto no assentamento. E é muito interessante porque a situação geográfica permitiu isso e estimulou. Então, um pai que recebe uma terra para morar, que tem um espaço, eu não imagino como ele diria pro filho dele que ele não pode vir fazer uma casa ali do lado dele. Isso aconteceu porque depois surgiu o posto de combustível, o Rei da Castelo, que empregava e emprega bastante gente e, depois, a Zona Industrial ali do lado, que também emprega bastante gente, e aí muita gente veio morar com os pais, ou foram casando e fizeram suas casas ali e continuam morando. Aí as lideranças reclamavam demais, hoje, nós temos mais que o dobro da população aqui na agrovila. De pessoas que não são assentadas e que são agregados e que não participam de nenhuma discussão, e nós abrimos a discussão para todo mundo pra possibilitar que as pessoas também passassem. Afinal de contas, isso virou uma vila. Então não tem nada previsto nos caderninhos, como é que faz quando um assentamento vira uma vila. Aí tem até quem defendia, não, tem que tirar todo mundo. Isso não existe. É a dinâmica das populações. E aí, o que fazer? Hoje inclusive é uma discussão que a gente trava assim, o que fazer? Isso vira uma vila, um bairro de Porto Feliz, população pra ser um bairro tem. A prefeitura não vê isso como um bairro, não desloca ou aloca recurso como faz num bairro e, por outro lado, você tem problema de saneamento porque uma fossa séptica pra cada casa é uma coisa; agora, cinco para cada lote. Então toma um volume que precisa ser olhado como uma vila, então são encaminhamentos que vão tomando, que não estão no script e o Estado é lento pra isso. (Entrevista com Engenheira Izabel, em 07/02/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

A mobilidade que o assentamento permite, por estar cercado de possibilidades de reposição do trabalho que outrora os assentados faziam nas cidades da região de Campinas, adensa seu espaço. Tal força de trabalho foi absorvida pelo mercado local e possibilitou uma dinâmica diferente no processo de assentamento. “Dois filhos meus, um

trabalha no Rei da Castelo, no caixa, de frentista; e outro trabalha no escritório”(Entrevista com Miltão, em 26/11/2005, realizada por Amauri T.B Nogueira).

Essa forma de extra-trabalho foi usada tanto pelos moradores da agrovila como pelos individuais. Os trabalhos externos desenvolveram um importante papel na construção do território, pois conformaram outros elementos, gerando outros conflitos de pertencimento.

O extra-trabalho possibilitou que homens/mulheres, jovens e crianças pudessem ter a oportunidade de participar de outras territorialidades que encerram objetos materiais e não-materiais, multifacetados. Esse processo imprimiu outras formas de se relacionar com a terra, tanto nos moradores individuais como nos coletivos, ou seja, uma outra forma de lidar com o dinheiro (salário fixo) e a escolha do produto para plantio/colheita. Portanto, com um dos componentes da família trabalhando fora e o(s) outro(s) trabalhando a terra, tornou-se uma estratégia de resistência para não a perderem; os trabalhadores que ficam são geralmente os pais, ou irmãos(ãs) que o fazem por opção, por não poderem, ou por não conseguirem emprego.

Percebe-se que, desde o início, no grupo III, foram se estabelecendo redes sociais que, ao chegarem ao assentamento definitivo, propiciaram a sua manutenção e desenvolvimento e, sobretudo, conseguiram manter suas redes sociais renovadas, como a Igreja que chega ao território rede.

Esses novos elementos propõem aos assentados as novas experiências no espaço social do assentamento. A unidade contraditória e desigual, soldada pelo capitalismo (cidade/campo) revela-se de forma dramática nesse momento do assentamento, tanto no sujeito individual como no coletivo, que vivencia a transformação no cotidiano e se territorializa no espaço do assentamento. A população se adensa na agrovila pelo número

maior de famílias e pela concentração do poder decisório, que até os dias de hoje permanece na agrovila.

O assentamento nasce do paradoxo do rural e do urbano.

> *O espaço das moradias tem a forma de um retângulo recortado ao meio da área cedida pelo Estado. Foi dividido em lotes iguais de 1,20 ha, reservando o equivalente a dois lotes para as necessidades da vida comum, Quarenta e um lotes foram delimitados, dos quais somente trinta e nove estão ocupados, Um traçado de ruas de terra que se cruzam organiza o acesso aos lotes, dando ao conjunto o aspeto de uma pequena vila (D'Incao e Roy, 1995:55).*

No momento de sua formação, percebe-se que o objetivo era organizar uma vila que fosse auto-sustentável, mesclando objetos da vila rural com objetos da vila urbana. Ou seja, o espaço comunitário remete a uma territorialidade urbana que traz no seu bojo elementos estruturadores das identidades coletivas que se põem no assentamento; o lugar do lazer, das negociações sobre a administração de questões cotidianas e outras que engendram essa urbanidade e, sobretudo, a distribuição dos objetos materiais que geram símbolos representativos do urbano.

Foto 22: A participação da Igreja Católica

Foto 22: Igreja Católica na agrovila. Fonte: Amauri T. B. Nogueira, em 26/11/2005.

Foto 23: Programa da Saúde Familiar

Foto 23: Posto de Saúde na Agrovila. Fonte: Amauri T. B. Nogueira, em 26/11/2005.

Foto 24: Escola Agrovila

Foto 24: Estudam na Escola da Agrovila, 34 crianças no período manhã, no ensino fundamental, 2°, 3°, 4º séries; A tarde pré-escola com 23 alunos e no Fundamental a 1º série com 23 alunos.

Nesse sentido, Gomes (1997) argumenta que o arranjo das coisas no espaço, se relacionados às relações sociais, aos conflitos, que existem e resistem, podem dar conta das práticas sociais que se processam no espaço.

> *Para que determinadas ações se produzam, é necessário que um certo arranjo físico-espacial seja concomitantemente produzido. Os exemplos são inúmeros, e poderíamos falar do espaço interno de uma casa, que em certa medida pressupõe, limita e condiciona as práticas que vão ocorrer. É claro que há sempre enormes possibilidades de transformar estas práticas e de arrumar este espaço. O modo como as pessoas dispõem seus móveis e equipamentos de forma diferente dentro de um edifício que possui uma mesma planta básica dos apartamentos é o sintoma disto. Entretanto, na maneira como o espaço está dividido e pela forma de arrumá-lo, pressupomos limites diferenciais, por exemplo, nos níveis de intimidade com as pessoas, tanto entre as que ali habitam quanto com aquelas que por ali passam. (Gomes, 1997:37)*

Segundo Gonçalves (2005), o MST está promovendo novos modelos de assentamentos que pressupõem uma nova disposição dos lotes nas futuras agrovilas, com o objetivo de favorecer a construção de novos hábitos entre os assentados.

> *Este novo modelo de assentamento tem com ponto central a organização das habitações por meio dos Núcleos de Moradia com um número de famílias que pode variar de 10 a 25, em função do tamanho da área do assentamento. Diferente das agrovilas em que o lote fica distante da casa, nos Núcleos de Moradia as casas ficam em cima dos lotes. Este novo jeito também diferente do parcelamento tradicional, o quadrado burro, em que cada casa fica distante uma da outra perdida no meio do lote. Este modelo tem o formato de um raio de sol, com casas circunvizinhas formando um círculo, os lotes começando no quintal e se ampliando para fora. Há uma aproximação das famílias, que permite a implantação de áreas sociais onde se instalam espaços reservados para escolas, celebração religiosa, esportes, etc. (Gonçalves, 2005:289)*

O espaço social do assentamento como base territorial produz uma territorialidade que se expressa na identidade coletiva, e cria o ser camponês assentado, que se sustenta nas relações socioespaciais por meio da capacidade que as práticas e estratégias têm de imprimir significados.

Em um estudo comparativo entre agricultores do Brasil, França, Canadá, Polônia e Tunísia, Wanderley e Lourenço (1998) chamam a atenção para a inserção dos agricultores no espaço local, lugar privilegiado da construção de uma identidade coletiva. (Wanderley e Lourenço, 1998:207). Os autores destacam quatro formas de localidade encontrada:

a) Localidade Fortalecida, em que o local é o centro da organização social rural, destacando-se bens e serviços básicos, lugar de poderes políticos integrados com os municípios (Canadá, França e Polônia).

b) Localidade Dependente, em que os agricultores têm uma profunda inserção na cidade devido à falta de instituições superiores, como sindicatos, bens e serviços, escolas secundárias etc. (Ijuí - Rio Grande do Sul).

c) Localidade Precária, em que o espaço rural é incapaz de oferecer acesso satisfatório de bens de serviços indispensáveis. Lugar em que a vizinhança se confunde com a família (Cariri- Brasil, Zaghovam – Tunísia).

d) Localidade Deslocada, de situação extrema, em que os agricultores moram na cidade e trabalham no espaço rural, tendendo a incorporarem-se à população urbana.

Portanto, o estudo revela as várias facetas da localidade.

A territorialidade que se constitui no assentamento é a construção de um processo, fruto da unidade contraditória e desigual, sob a carga civilizatória do capitalismo, que cria e recria suas condições materiais e espirituais herdadas da modernidade e produz uma localidade precária. Esse deslocamento fragmentou o sujeito unificado e criou um conflito tanto em relação ao seu lugar no mundo social e cultural quanto em relação a si mesmo, constituindo, nesse sentido, uma crise de identidade para o sujeito social.

> *Mais do que novas 'formas', o que interessa são as novas relações que estes múltiplos espaços permitem construir. Nunca é demais lembrar o pressuposto básico de que o território, no sentido relacional com o qual trabalhamos, não é simplesmente uma 'coisa' que se possui ou uma forma que se constrói, mas, sobretudo uma relação social mediada e moldada na pela materialidade do espaço. Assim, mais importantes do que as formas concretas que construímos são as relações com as quais nós significamos e 'funcionalizamos' o espaço, ainda que num nível mais individual. (Haesbaert, 2004:351)*

Nesse sentido o assentamento torna-se o lugar de abrigo, aconchego, pertencimento e localidade, é o que percebemos nas falas a seguir.

> *Eu acho que significa o seguinte, é aonde você tem uma moradia, um lugar a moda do outro, um lugar fixo, você tem endereço seu. Tem que ser um brasileiro nato que tem endereço, você compra uma coisa vem no seu endereço, vem aqui assim. Tudo que você faz na cidade ou Sorocaba, Campinas qualquer*

> *lugar você tem endereço fixo seu. O pessoal fala fulano de tal mora em tal lugar vem sim. Esse eu acho que é o certo. (Entrevista com Cleter, em 05/11/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

> *Dessas turbulência quando eu cheguei em Campinas eu morei em favela, dentro da favela, em um ano eu cheguei de mudar oito vezes, eu não tinha barraco não podia nem comprar barraco eu mudei. Eu tô aqui há vinte anos e nunca mudei daqui nem pretendo mudar daqui meu problema de moradia esta resolvido. Outra coisa é a alimentação lá eu cheguei a comprá um quilo de mandioca ela não cozinhou hoje eu tenho dois alqueires e meio de mandioca plantado. (Entrevista com Miltão, em 26/11/2005, realizado por Amauri T.B. Nogueira)*

Sendo assim, a territorialidade é aqui pensada como uma estratégia de resistência e de sobrevivência, em que, nas trajetórias de vida/trabalho dos assentados, engendra mudanças de espaço-tempo. Territorialidade que se revela flexível, pois é resultado dos espaços e territórios transitórios construídos em redes (circuitos), por meio de relações que expressam sentimentos de pertencimento e identidade coletiva de base territorial.

> *Assim, o sonho das multiterritorialidades generalizadas, dos territórios-rede a conectar a humanidade inteira, parte, antes de mais nada, da territorialidade mínima, abrigo e aconchego, condição indispensável para, ao mesmo tempo, estimular a individualidade e promover o convívio solidário das multiplicidades de todos e de cada um de nós. (Haesbaert, 2004:18)*

Desta forma, o ser camponês assentado emerge clivado das mediações advindas das relações sociais (afetivas, produtivas, econômicas, religiosas, familiares e outras) vivenciadas e partilhadas entre sujeitos, expressa na territorialidade dos assentados, cujo *locus* de construção "é o espaço local, lugar privilegiado da construção de uma identidade cidadã" (Wanderley e Lourenço, 1998:207).

O ser camponês assentado vive sob o signo do conflito, o qual é acidental e se dá pela territorialização do capital, que força uma trajetória de vida/trabalho precária e põe na mesma estrada homens e mulheres espoliados, expropriados por ele. O conflito é carregado de negatividade; fere, sangra, separa amigos de longos anos, faz inimigos, se

torna quase um poema, tece sua trama e faz seu drama. É efêmero, pois se dá no "miudinho" da vida, nas rupturas, nos imprevistos, no inesperado. Nesse sentido, é processual, e se desvenda/transforma no cotidiano da vida, tornando-se eterno.

Desta forma, esse processo permite que o ser camponês assentado afirme-se na sua atitude política, oferecendo-lhe a capacidade de inserção em outros territórios.

> *Ao lado de uma geopolítica global das grandes corporações brotam micropolíticas capazes de forjar resistências menores, mas não menos relevantes, em que territórios alternativos tentam impor sua própria ordem, ainda minoritária e anárquica, é verdade, mas talvez por isso mesmo embrião de uma nova forma de ordenação territorial que começa a ser gestada. (Haesbaert, 2002:14)*

O ser camponês assentado torna-se fruto das mediações da sociedade contemporânea, que reflete o momento atual da sociedade capitalista. É a práxis laborativa e existencial que o cria e recria no movimento do real por meio da dupla determinação global e local, que traz no seu bojo múltiplas escalas processadas simultaneamente de forma contraditória na construção de um território alternativo, ou seja, produz um "contra-território", que apresenta uma práxis libertadora. Esse ser, é, portanto, a síntese contraditória produzida nestes últimos vinte anos de assentamento, em que a negatividade emergida dos segmentos sociais nos quais ele se socializou produz um momento de resignificação do camponês com suas relações econômicas, simbólicas e culturais: o camponês não morre, mas reinventa o rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foto 25

Foto 25: Preparando o futuro
Crianças saindo da Escola. Fonte: Amauri T. B. Nogueira, em 21/11/2006

> *A gente compra uma terra, vai ser você. Se você mora no assentamento e você conquista uma terra já é diferente, sou eu e mais alguém, um grupo de pessoas que vai fazer parte do mesmo projeto. (Entrevista com Miltão, em 26.11.2005 realizada por Amauri T. B. Nogueira)*

Nas histórias de vida, podemos perceber as transformações dos espaços, mas, sobretudo, a formação da identidade coletiva de resistência, que vai se desenvolvendo entre os sujeitos dentro de um processo de espacialização e de territorialização da luta pela terra e da luta na terra, de acordo com as necessidades do momento e de cada integrante. Essas estratégias e práticas no processo de ocupação sinalizam a criação de novos espaços de diálogos e de negociação por meio de imagens, idéias e ações que incluem diferentes modos de se articular com o real, que alteram a visão dos sujeitos envolvidos no processo de ocupação.

Além disso, os assentados transformam situações produzidas pela formação social capitalista por intermédio de um remanejamento contínuo das experiências, idéias e ações, o que não dispensa a possibilidade de se organizarem enquanto grupo inovador e criativo, mas que envolve hierarquias, tensões, conflitos e o jogo de poder.

No entanto, tais estratégias e práticas permitem que os integrantes se insiram na luta social com mais possibilidade de êxito, a partir das experiências vividas no cotidiano, proporcionando aos sujeitos uma forma de pertencimento ao grupo e um grau de conscientização coletiva que lhes possibilita exercer uma influência cada vez maior nos resultados dos diálogos e negociação, uma maior capacidade por parte desses sujeitos de se organizarem e de se mobilizarem para conquistar seus direitos. Eles não se colocam numa posição subalterna nas relações que surgem dentro e fora dos assentamentos, mas transformam as relações por meio da práxis e são capazes de incorporar valores expressivos da realidade vivida. É a práxis existencial, ou seja, é a luta pelo reconhecimento que nos permite levar em conta a organização da experiência e da ação

humana por meios simbólicos, proporcionando a construção de instrumentos democráticos.

> *A democracia é a única forma política que considera o conflito legítimo e legal, permitindo que seja trabalhado politicamente pela própria sociedade. Suponhamos, por exemplo, que interesse a grandes proprietários de terras deixá-las inativa esperando a valorização imobiliária, mas que interesse a trabalhadores rurais sem terra o cultivo de alimentos para a sobrevivência; temos aí um conflito de interesses Dizemos que uma sociedade e não um simples regime de governo é democrático, quando, além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da República, respeito à vontade das maiorias das minorias, institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando institui direitos. (Chauí, 1999:43)*

Partindo dessa visão, a democracia, aliada à noção de cidadania, deixou de ter um sentido apenas jurídico-político, passando a ser o *locus* de conflitos de *emancipações* de grupos que se interdependem, interagem, interpenetram de forma organizada na busca de soluções de problemas imediatos e, também, mediatos, apontando para uma sociedade plural, mais justa, igual, com uma distribuição mais eqüitativa de seus bens, mas, também, com um forte apelo à solidariedade, entre outros segmentos da sociedade. É a (re)distribuição de poder e de riqueza, das reivindicações dos direitos civis, juntamente com a promoção social, saúde, educação, transporte, moradia e terra.

Os representantes, como CPT, STRs, CUT e outros, ampliam os limites de negociação e dão uma dimensão política solidária, ou seja, criam uma rede de intercâmbio, de co-presença, local e regional, fazendo com que as conquistas se estendam a um número maior de pessoas, não se limitando a um espaço determinado. Por meio dessas redes sociais se impõem novos interlocutores que, juntamente com o MST e os assentados, não se contentam com a sociabilidade proposta pelo Estado (que pressupõe acesso a bens materiais), não querem só ser integrados aos programas governamentais de crédito bancário, querem para além de projetos de sociabilidade do governo, querem *o poder*. Nessa perspectiva, os assentados desenvolvem a identidade de projeto.

Conforme definido por Castells (2001), a identidade é trabalhada como fonte de significado e experiência de um povo. Segundo o autor, existem três formas e origens de construção de identidades: a identidade legitimadora, que dá origem a uma sociedade civil; a identidade de resistência, que leva à formação de comunas, ou comunidades e a identidade de projetos, que produz sujeitos. "Sujeitos não são indivíduos, mesmo considerando que são constituídos a partir de indivíduos. A construção da identidade consiste em um projeto de uma vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida, porém expandindo-se no sentido a transformação da sociedade prolongamento desse projeto de identidade" (Castells, 2001:26).

A democracia deve ser vista com esses novos elementos, dentro desses novos marcos. Essa democracia ampliada é plural e multifacetada; confunde, por isso inquieta, muda, recoloca a forma de ver, de entender e de compreender os conflitos no interior das práticas sociais e estratégias de luta nos assentamentos, colocando no mesmo espaço social, com suas várias experiências (simbólicas, culturais, políticas e outras), líderes assentados, representantes e assentados envolvidos no processo de formação e de organização do assentamento.

Nesse contexto, invertem-se os processos metodológico–analíticos em que os sujeitos sociais não são passivos, e também não são mais os sujeitos sociais de décadas atrás que ficavam à mercê de outros segmentos sociais esperando aportes estratégicos. Tais sujeitos sociais, ao mudarem a referência do foco dos conflitos, não processam mais os problemas exclusivamente pelos paradigmas do Estado, agentes representantes, ONGs, STRs, CPT e outros segmentos, mas pelas suas próprias práticas sociais e estratégias de luta, ou seja, é um olhar por dentro, partindo de si mesmos e indo em direção ao outro, deixando de pensar o mundo com os olhos exclusivos dos outros segmentos. Ao construírem sua história singular, os sem-terra do grupo III construíram estratégias de

luta e práticas sociais que influenciaram suas vidas. Desta forma, os sem-terra III tiveram que imprimir seus próprios significados às novas práticas culturais, recorrendo a negociações que se constituíam cotidianamente, muitas vezes em forma de resistência, de acordo com suas intenções, que, aliadas às estratégias e práticas, emergem como reação e tentativa de estabelecer parâmetros de uma nova sociabilidade, promovendo o surgimento de outros espaços alternativos no interior do sistema vigente, de uma sociedade excludente e produtora de profundas desigualdades, permitindo que os trabalhadores encontrem novas formas de entender a realidade em que atuam.

O embate pela democracia em escala macrossocial, com seus novos elementos, se dá entre os proprietários dos meios de produção e os não-proprietários, ocorrendo também em escala microssocial, em que as tensões e os conflitos têm uma releitura por meio dos campos de forças que desvendam uma luta entre facções sociais, com suas mais variadas experiências (simbólicas, culturais, políticas e outras), revelando a dramaticidade da luta na construção de uma sociedade que seja capaz de contemplar as várias necessidades de direitos.

Tal forma de democracia impõe uma (re)elaboração da maneira de fazer democracia, imprimindo novos elementos para uma nova cultura política, partindo de uma visão horizontal e invertendo, desta forma, o tradicional modelo vertical (em que o Estado impunha suas condições e os grupos só acatavam) de fazer-se reconhecer dos sujeitos sociais envolvidos, que legitimava um processo de exclusão. O assentamento é um espaço social complexo, político e marcado pelo conflito de grupos que se interpenetram na busca da reorganização do espaço ocupado, em que as práticas sociais e as estratégias de luta expressam a dimensão dos conflitos no seu interior, resultado dos projetos distintos dos sujeitos sociais participantes do processo. Pode-se afirmar que as práticas de favores e autoritárias têm outros instrumentos de mediação que não dão conta

de revelar as experiências surgidas no interior do assentamento. Isto é, na produção do espaço, configura-se um momento de construção de relações democráticas, ou seja, nas práticas sociais e estratégias de luta pensadas em seu conjunto expressa-se a força transformadora da democracia.

Sendo assim, acreditamos na necessidade de novos estudos, no sentido de aproximar a geografia agrária em uma perspectiva de análise voltada para o campo dos estudos culturais.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Reforma agrária, desenvolvimento capitalista e democracia**. In: Laurindo Leal. (Org.) Reforma agrária da Nova Republica: um balanço. São Paulo: Hucitec, 1985.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O Mundo desencantado dos Assentamentos.** In: Medeiros. L. et. al. Assentamentos Rurais uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994.

AQUINO, Joacir Rufino de. et. al **PRONAF: Política Agrícola Discriminatória**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2003.

BECKER, Olga Maria Schilde. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (Org) **Explorações Geográficas**. Percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 1997.

BELLEVILLE, Eddy. Delaunay. **Etude dês mecanismes de differenciation dês producturs de L'Assentamento de Porto-Feliz Bresil.** Mémoire presente em vue de l'obtention du Diplome d'Ingénieur agronome de I'E. N. S. A. de Toulouse. 1993.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira, Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In **:** MEDEIROS. Leonilde de. et al. (Org.). **Assentamentos rurais*:*** uma visão multidisciplinar uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira, & FERRANTE, Vera Lucia Silveira. **Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo**: analise e avaliação dos projetos de reforma agrária e assentamentos do Estado de São Paulo. São Paulo, 1995

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira, & NORDER, Luiz Antonio Cabello. **O que são Assentamentos Rurais.** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: UNESP, 1996.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira, **Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais em São Paulo**. In: Medeiros, Leonilde. e LEITE, Sérgio. (orgs) A formação dos Assentamentos Rurais no Brasil. Porto Alegre/Rio de Janeiro: UJRJ/CPDA, 1999.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira, & FERRANTE, Vera Lucia Silveira. Botta. A Realidade dos Assentamentos por de trás dos números In: **Revista dos Estudos Avançados**. Vol. 11 dez de 1997 .São Paulo.

BOBBIO Norberto, et. al. **Dicionário de Política.** DF: NB,1993

BOMBARDI, Larissa Mies. O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa. www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/index.htm 2004 acessado em 20/10/2006.

BOSI, Ecléa. O **Tempo Vivo da Memória Ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 1989.

Brasil a Globalização Equivocada: análise de conjuntura. Subsídio apresentado à Assembléia Geral da CNBB, 1999.

BRENNEISEN, Cardoso. Eliane. **Relações de poder, dominação e resistência**: o MST e os assentamentos rurais de Cascavel: Edunioeste, 2002.

BRUMMER, Anita. **Gênero e geração em assentamentos de reforma agrária**.
In: FERRANTE,Vera. L.S.B. e Jr, A. O.(Org.) Assentamentos Rurais: Impasses e Dilemas (uma trajetória de 20 anos), 2005.

BRUNO, Regina. & MEDEIROS, Leonilde de. **Percentuais e Causas das Evasões nos Assentamentos Rurais.** Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 1998.

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1997.

CARVALHO, Horacio Martins. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro). In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Os Caminhos da Produção não Capitalista**. Produzir para viver. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTELL, Manuel. **O poder da identidade**. Rio de janeiro: Paz e Terra, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Convite a filosofía**. São Paulo: Àtica, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência:** aspectos da cultura popular no Brasil.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

D'INCAO, Maria da Conceição. & ROY, Gerard. **Nós Cidadão: aprendendo e Ensinando a Democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

D'INCAO, Maria da Conceição. **Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo**: notas sobre os impasses da assessoria técnica estatal. Série Pesquisas v. 02 nº 05 Maio/1998

FERNADES, Bernardo. Mançano. MST: **Formação e Territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec,1996/(1999).2º Edição.

FERNADES, Bernardo. Mançano. **Diretrizes para os planos de implantação e desenvolvimento dos Assentamentos**: uma perspectiva de integração regional. Série Estudos v. 02 nº13 Nov/1997

FERNADES, Bernardo. Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNADES, Bernardo. Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1987

GERALDO, Sebastião. **O cotidiano no Assentamento da Fazenda Boa Sorte em Restinga/SP**. Departamento da Escola de comunicações Social e Artes da Universidade de São Paulo: ECA/USP2002

GOMES, Paulo. César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2003.

GOMES, Paulo. César da Costa Geografia fin-de-siécle: O discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO Iná Elias de et al. (Org) **Explorações Geográficas**. Percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 1997.

GONÇALVES, Renata Cristina. **"Vamos acampar":** A luta pela terra e a busca pelos assentamentos de novas relações de gênero no MST do Pontal do Paranapanema. Tese Doutorado 320fl. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2005

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2004

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niteroi: EduFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **Territorios Alternativos.** São Paulo: Contexto, 2002.

IANNI, Octavio. **A Sociedade Global**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1992.

JUSTO, Marcelo Gomes. **Capim na fresta do asfalto:** conflito agrário violento e justiça. São Paulo: FFLCH/USP, 2002.

JUSTO, Marcelo Gomes. **"Exculhidos**": ex- moradores de rua como camponeses num assentamento do MST. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Geografia Humana) DG – Universidade de São Paulo.

KOSIL, Karel. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LEAL, Victor. Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

LÉFÈBVRE, Henri. **Lógica formal/lógica dialética.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1991.

LÉFÈBVRE, Henri. **La Production de L'espace**. Paris: Anthopos, 1974

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 1990.

LEITE, Sérgio et. al **Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil**: Aspectos Políticos, Econômicos e Sociais. www.nead.org.br.1998 acessado em 12/08/2000

LEITE, Sérgio Et al **Impactos dos Assentamentos**: Um estudo sobre o Meio Rural. NEAD. 2004.

MARQUES, Marta. Inez Medeiros. **De sem-terra a 'posseiro', a luta pela terá e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária.** São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Geografia Humana) DG – Universidade de São Paulo.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência:** a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** A degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo, 1997.

MARTINS, José de Souza. O senso comum e a vida cotidiana. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 1-8, 1998

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, 2002.

MARTINS, Leila Chalub. **Entre o plantar e o colher**: representações e saberes envolvidos na extensão rural. 340 f. Tese Doutorado Universidade Estadual de Campinas Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP/SP, 2001
MASSELI, Maria. Cecília. **Extensão rural entre os Sem-Terra.** Piracicaba: Unimep, 1998.

MST Sumaré: **a formação do grupo III.** In: site www.mst.org.br/mstsp/suma.htm, acessado em 11/ 03/2005

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A geografia das Lutas no Campo.** São Paulo São Paulo: Contexto,1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

ORTIZ, Renato. **Românticos e Folcloristas**. São Paulo: Olhe D'água, 1992.

PENIN, Sônia. **Cotidiano e Escola:** a obra em construção. São Paulo: Cortez, 1989.

PINHEIRO, Diógenes. **Batismo de fogo:** lideranças políticas em assentamentos. 273 f. Tese (Doutorado em sociologia) Faculdade de Filosofias e Letras/UNICAMP,.1999.

PINTO, Geraldo Stevo. et. al **Terra não se ganha, terra se conquista: a caminhada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Sumaré III.** São Paulo, s/d.

SAHLINS, Marshal. **O "Pessimismo Sentimental" e a experiência etnográfica**: porque a Cultura não é um "objeto" em vias de extinção. Revista Mana, vol 3, nº1, Museu Nacional, UFRJ, abril de 1997.

SCHERER-WARREN, Ilse. Novos rumos da pesquisa sobre as ações coletivas rurais. In: COSTA, Luiz Flávio Carvalho da. & SANTOS, Raimundo. (orgs) **Política e Reforma Agrária**. MAUAD, 1998.
SILVA, Maria. Aparecida Moraes. **A Cultura na Esteira do Tempo**. In: São Paulo em Perspectiva Fundação Sead vol. 15, nº 03, jul-set, 2001.

SOARES, Jonas de Souza. **O engenho central de Porto Feliz**. Anais do Museu Paulista tomo 25, 1971.

SOUZA, Maria Antonia. **A formação da Identidade Coletiva:** Um estudo das Lideranças de Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema. 251f. (Dissertação de Mestrado em Educação) Faculdade de Educação/UNICAMP,1994

SOUZA, Maria Antonia. **As Formas de Produção em Assentamentos Rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 259. f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Eduação/UNICAMP, 1999

STÉDILE, João Pedro. **A reforma agrária e o MST**. In: Crítica Marxista. nº 5, 1997a.

STÉDILE, João Pedro **Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997b.

STÉDILE, João Pedro O MST e a questão agrária. In: Estudos Avançados. Setembro/Dezembro. vol. 11 nº 31, 1997 c.

STÉDILE, João Pedro. e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

TARELHO, Luiz Carlos. **Da consciência dos Direitos á Identidade Social**: Os Sem Terra de Sumaré. 261.f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social Pontífica Universidade Católica de São Paulo, 1988

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. e LOURENÇO, Fernando, Antonio. O agricultor e a vida local. In: LAMARCHE, Hugues. (cood) **A Agricultura Familiar**. 2v. Campinas: Unicamp, 1998.

WILDE, Oscar. **A alma do Homem sob o socialismo**. www.sabotagem.cjb.net 2004, acessado em 02/10/2005

ZIMMERMANN, Neuza de Castro. **Os desafios internos de um assentamento rural.** In: MEDEIROS, L. Assentamentos Rurais: Uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994.

FONTES ORAIS

Entrevistados

1. BARBOSA, Edson Santos. **Assentado.** Porto Feliz, 30/07/2006 – 13/08/2006 – 20/11/2006

2 .CARDOSO, Milton. **Assentado**. Porto Feliz, 26/11/2005 – 05/11/2006 – 03/05/2006 – 06/10/2004

3. COSTA, Nilcio. **Coordenador Regional do MST/Sorocaba**. 31/08/2006

4. DORIZZOTTO, Maria Izabel. **Engenheira do ITESP/Sorocaba**, 07/02/2006.

5. MAFFEI, Cláudio. **Prefeito de Porto Feliz**. Porto Feliz, 13/07/2006

6. MATOS, Joelma Santos Barbosa. **Assentada**. Porto Feliz, 30/07/2006 – 13/08/2006 – 20/11/2006

7. MORAES, Francisco de Assis. **Representante da Igreja Católic**a (Padre Chico). 09/11/2005

8. PARRA, Evanilda Cardoso. **Merendeira da Escola da Agrovila**. Porto Feliz, 07/09/2004 - 20/11/2006

9. PEREIRA, Francisco. **Assentado.** Porto Feliz, 14/01/2006 – 12/11/2006

10. PEREIRA, Osvaldo. **Assentado** Porto Feliz, 01/05/2006 - 12/11/2006 - 13/08/2006 – 13/07/2006

11. RODRIGUES, Wilson. **Assentado**. Porto Feliz, 18/12/2005 - 01/05/2006 - 13/08/2006

12. SOUZA, Ana Maria da Silva. **Assentada.** Porto Feliz, 07/09/2004 - 10/12/2005 - 10/11/2006 – 01/05/2006

13. SOUZA, Edilaine Pires de. **Assentada** Porto Feliz, 01/05/2006 - 05/11/2006.

14. SOUZA, Idarlei Rodrigues de. **Assentado**. Porto Feliz, 26/11/2005 – 01/05/2006

15. SOUZA, Sueli dos Santos de, **Assentada**. Porto Feliz, 05/11/2006 – 20/11/2006

16.TEIXEIRA, Cleter. **Assentado**. Porto Feliz, 01/05/2009 - 13/08/2006 -05/11/2006

Jornais

Correio Popular. Campinas, 11/11/1985, p. 04 – 21/111985, p.08 – 13/11/1985, p. 06

Jornal de Porto Feliz. Porto Feliz, 01/03/2002.

Tribuna das Monções. Porto Feliz 22/06/1985, p. 01 – 22/10/1985, p.05 – 13/05/1986, p. 04 – 06/02/1987, p.06

Documentos

ITESP. **Relatório de Viagem do Assentamento de Porto Feliz**.1987

ITESP. **Diagnóstico do Assentamento de Porto Feliz**. 1991.

ITESP. Ata de regimento da seleção de beneficiários para o projeto de Assentamento de Porto Feliz 1993.

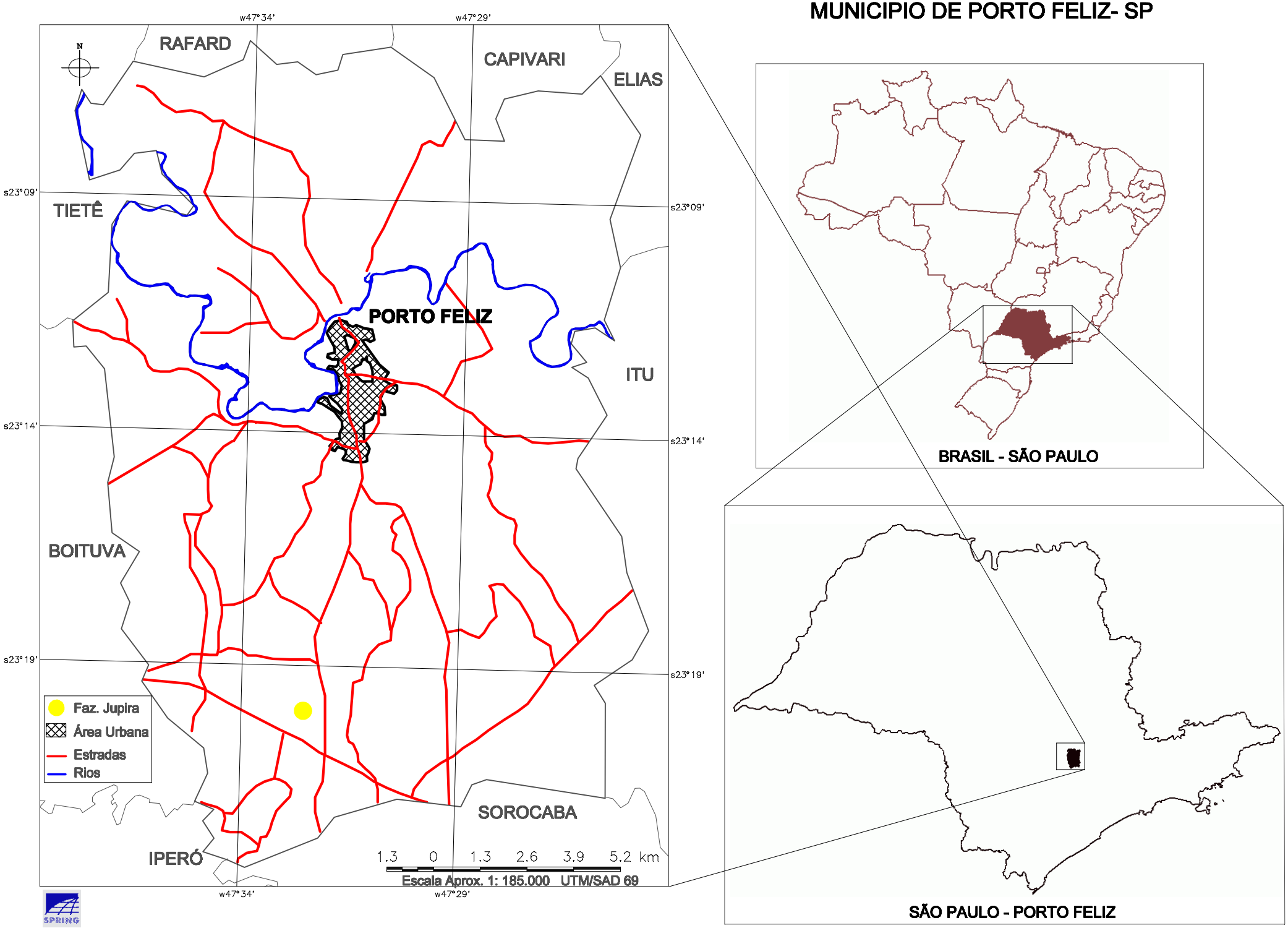
SEAF. Ata da reunião de comissão de seleção para o projeto de assentamento de Porto Feliz no denominado Horto Florestal. 1985

SEAF. Ata da reunião do secretario executivo de assuntos fundiários com à comissão de representantes dos acampados do trevo da Bosch Sumaré III. 1986

.

Lista dos Assentados Entrevistados

Nome	Local de Nascimento	Idade	Estado Civil	Filhos	Coletivo/Individual
Ana Maria (4) *	Pernambuco	50	Casada	10	Coletivo
Creter (3)	Paraná	50	Casado	03	Individual
Edilaine (2)	Porto Feliz	19	Casada	01	Coletivo
Edson (3)	São Paulo	32	Casado	01	Individual
Evanilda (2)	-	-	Casada	05	coletivo
Francisco (2)	Santopolis/SP	51	Solteiro	-	Individual
Idarlei (2)	Bahia	53	Casado	03	Coletivo
Joelma (3)	São Paulo		Casada	-	Individual
Miltão (4)	Minas Gerais	53	Casado	04	Coletivo
Osvaldo (4)	Santopolis/S.P	53	Casado	03	Coletivo
Sueli (2)	Campinas	27	Solteira	-	Coletivo
Wilson (3)	Jales/S.P	50	Casado	02	Individual

* O número entre parênteses refere-se ao número de entrevistas realizadas com a mesma pessoa

MUNICIPIO DE PORTO FELIZ- SP